



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

PATRÍCIA BATISTA DOS SANTOS

**“AMAI A PÁTRIA”:
O ENSINO DA DISCIPLINA ESCOLAR EDUCAÇÃO MORAL E
CÍVICA NO ATHENEU SERGIPENSE
(DÉCADA DE 70 DO SÉCULO XX)**

SÃO CRISTÓVÃO-SE
2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

PATRÍCIA BATISTA DOS SANTOS

**“AMAI A PÁTRIA”:
O ENSINO DA DISCIPLINA ESCOLAR EDUCAÇÃO MORAL E
CÍVICA NO ATHENEU SERGIPENSE
(DÉCADA DE 70 DO SÉCULO XX)**

São Cristóvão-SE
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO



PATRÍCIA BATISTA DOS SANTOS

**“AMAI A PÁTRIA”:
O ENSINO DA DISCIPLINA ESCOLAR EDUCAÇÃO MORAL E
CÍVICA NO ATHENEU SERGIPENSE
(DÉCADA DE 70 DO SÉCULO XX)**

Dissertação submetida à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, em cumprimento dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Eva Maria Siqueira Alves.

SÃO CRISTÓVÃO-SE
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S237a Santos, Patrícia Batista dos
"Amai a pátria" : o ensino da disciplina escolar Educação Moral e Cívica no Atheneu Sergipense (década de 70 do século XX) / Patrícia Batista dos Santos ; orientadora Eva Maria Siqueira Alves. – São Cristóvão, 2012.
125 f.

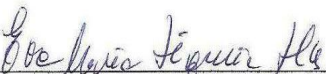
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2012.

1. Educação – Sergipe – História. 2. Educação moral e cívica (Primeiro grau). 3. Colégio Atheneu Sergipense. I. Alves, Eva Maria Siqueira, orient. II. Título.

CDU 37.016(813.7)(091)

““ AMAI A PATRIA” : O ENSINO DA DISCIPLINA ESCOLAR EDUCAÇÃO
MORAL E CÍVICA NO ATHENEU SERGIPENSE (DÉCADA DE 70 DO
SÉCULO XX)”.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM
16 DE MARÇO DE 2012



PROF.^a DR.^a EVA MARIA SIQUEIRA ALVES



PROF.^a DR.^a MARIA DO CARMO MARTINS



PROF. DR. ITAMAR FREITAS

SUPLENTE

AGRADECIMENTOS

É chegada a hora mais esperada, o momento de agradecer. Foi a possibilidade desse instante que mantiveram em mim a vontade de não desistir. Muitos foram os cúmplices desse meu momento: Deus, a família, os amigos, os professores.

À Deus, pois sem o seu infinito amor eu não seria capaz de prosseguir diante de tantos obstáculos que enfrentei durante a caminhada da construção deste trabalho

À família, pela paciência com minhas ausências e por todo carinho concedido.

À Daniel, meu filho querido, seu sorriso dá sentido a minha vida.

À minha mãe e irmã Dayane que com muito amor e dedicação cuidaram de Daneil enquanto eu estudava.

À Edney por toda a dedicação, incentivo, carinho e por ouvir minhas queixas infundáveis.

À Amiga, Neide por estar ao meu lado em todos os momentos.

À Fidellis, por sua preciosa atenção.

Aos colegas de turma pela convivência nas aulas. Em especial quero agradecer a Silvânia, exemplo de determinação e a Márcio por sua disponibilidade em corrigir esse trabalho.

À Família Siqueira de Santana por toda a acolhida e exemplo de vida. À Amanda que redigitou o trabalho.

À Lêda, pela disponibilidade e confiança.

À professora Dr^a. Eva Maria Siqueira Alves, minha orientadora.

À todos os meus professores do mestrado.

Aos professores da Banca de Qualificação, Itamar Freitas e Dilton Maynard.

À professora Maria do Carmo Martins que participou da Banca de Defesa.

Por fim, a todos que torceram e contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse trabalho.

“A vida só pode ser comprendida olhando-se para trás, mas só pode ser vivida olhando-se para frente.”

Kierkegaard

RESUMO

O presente trabalho investiga a Disciplina Escolar Educação Moral e Cívica no Atheneu Sergipense na década de 70 do século XX. Encontra-se vinculado aos pressupostos teórico-metodológicos da História das Disciplinas Escolares e sob a perspectiva da História Cultural. Para a construção desse trabalho utilizou-se teóricos como André Chervel (1990); Ivor Goodson (2001, 1998, 1990); Dominique Julia (2001) e Vinão Frago (2008); além de leituras das seguintes fontes: Documento da Comissão Nacional de Moral e Civismo, Legislação de Ensino, Cadernetas Escolares, Livros Didáticos e atividades escritas. A investigação da disciplina Educação Moral e Cívica no Atheneu Sergipense revelou que o seu ensino estava entrelaçado a exposição dos conteúdos e prática cívica. O conteúdo perpassava pela apresentação do civismo, conhecimento do Estado Brasileiro, bem como, na construção de hábitos e comportamentos morais. As pesquisas foram realizadas: na Biblioteca e Arquivo do Atheneu Sergipense, no Conselho Estadual de Educação de Sergipe e na Biblioteca Dom Luciano José Cabral.

Palavras-chave: Educação Moral e Cívica, História das Disciplinas Escolares, Atheneu Sergipense.

ABSTRACT

The present study investigates the School Subject Morals and Patriotic Education in Atheneu Sergipense in the 70s of the twentieth century. This study is connected to the theories and methodologies of School Subjects History and from the perspective of Cultural History. For the construction of this work were used scholars as a: André Chervel (1990), Ivor Goodson (2001, 1998, 1990), Dominique Julia (2001) and Viñao Frago (2008); beyond readings from the following sources: Documents of National Commission of Morals and Patriotic, Laws of Education, Records Book, Textbooks and writing activities. The investigation of the subject Morals and Patriotic Education in Atheneu Sergipense revealed that his teaching was connected to exposure of contents and patriotic practice. The content passed through the presentation of the patriotism, knowledge of the Brazilian State, as well as the creation of morals habits and behaviors. The surveys were conducted: in the Library and Archive of Atheneu Sergipense, in the State Corporation of Education of Sergipe and Dom Luciano José Cabral Library.

Keywords: Morals and Patriotic Education, History of School Subjects, Atheneu Sergipense.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Colégio Atheneu Sergipense.....	51
Figura 2: Caderneta de aula da disciplina Educação Moral e Cívica da Professora Maria Célia Barreto Batalha, ano de 1971.....	63
Figura 3: Folha do Comparecimento do Professor Clodoaldo Andrade, ano de 1971.....	64
Figura 4: Folha do Comparecimento do Professor Vilder Santos, do mês de setembro de 1971.....	67
Figura 5: Folha de Comparecimento do Professor Vilder Santos, do mês de agosto de 1971.....	68
Figura 6: Folha de Comparecimento do Professor Vilder Santos, ano de 1971.....	69
Figura 7: Folha de Comparecimento da Professora Maria Célia Barreto Batalha, mês de abril de 1971.....	70
Figura 8: Folha de Comparecimento da Professora Maria Célia Barreto Batalha, mês de abril de 1971.....	71
Figura 9: Parecer da Comissão de Moral e Civismo da obra TDMC - Trabalho Dirigido de Moral e Civismo de Elian Alabi Lucci, 1978.....	76
Figura 10: Capa do Manual de Amaral Fontoura, 1970.....	78
Figura 11: Capa do Manual de Antônio Xavier Teles, 1971.....	79
Figura 12: Página do livro “Educação Moral e Cívica em Nova Metodologia Didática: Dinâmica de Grupo”, de Antônio Xavier Teles, 1969.....	81
Figura 13: Capa do livro “Guia de civismo”, de Diniz Almeida do Valle, 1971.....	84
Figura 14: Capa do livro de Angelo Agazzi, 1970.....	88
Figura 15: Palavras do autor Agazzi retiradas da capa do livro “Curso de Educação Moral e Cívica”, 1970.....	89
Figura 16: Capa do Manual, de Elian Alabi Lucci, 1982.....	92
Figura 17: Exercício do livro de Antônio Xavier Teles, 1971.....	94
Figura 18: Atividade Escolar.....	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Disciplinas Curriculares apresentadas no Atheneu Sergipense.....	54
Quadro 2 - Sobre a matriz curricular da Disciplina Escolar Educação Moral e Cívica no ano de 1970 - Ensino Primário.....	58
Quadro 3 - Sobre a matriz curricular da Disciplina Escolar Educação Moral e Cívica no ano de 1970 - Ensino Secundário.....	59
Quadro 4 - Sobre a matriz curricular da Disciplina Escolar Educação Moral e Cívica no ano de 1970 - Ensino Superior.....	61
Quadro 5 - Dos conteúdos da Disciplina Escolar Educação Moral e Cívica no Atheneu Sergipense.....	66
Quadro 6 - Sobre os Livros Didáticos de Educação Moral e Cívica.....	77

LISTA DE SIGLAS

EMC - Educação Moral e Cívica

NPGED - Núcleo de Pós-Graduação em Educação

UFS - Universidade Federal de Sergipe

CEMAS - Centro de Memória do Atheneu Sergipense

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

OSPB - Organização Social e Política do Brasil

CNMC - Comissão Nacional de Moral e Civismo

CFE - Conselho Federal de Educação

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

INL - Instituto Nacional do Livro

28º BC – 28º Batalhão de Caçadores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
Periodização.....	20
Metodologia e Referencial Conceitual.....	21
Corpus Documental.....	27
Organização do Texto.....	29
CAPÍTULO I - A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA: UMA DISCIPLINA ESCOLAR.....	30
1.1 - A Educação Moral e Cívica: sua trajetória.....	33
1.1.1- A EMC e a contextualização histórica.....	39
1.2 - A Educação Moral e Cívica: a Legislação.....	40
CAPÍTULO II – O ATHENEU SERGIPENSE E A DISCIPLINA EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA: DO CURRÍCULO PRESCRITO AOS CONTEÚDOS ENSINADOS.....	50
2.1 - O Atheneu Sergipense.....	51
2.2 - Do currículo prescrito.....	56
2.3 - Os conteúdos ensinados de Educação Moral e Cívica no Atheneu Sergipense a partir das Cadernetas de Classe.....	63
CAPÍTULO III – ENTRE TEXTOS E PRÁTICAS: OS LIVROS DIDÁTICOS UTILIZADOS PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NO ATHENEU SERGIPENSE.....	73
3.1 - O Livro Didático de Educação Moral e Cívica no Atheneu Sergipense.....	74
3.1.2 - Antônio Xavier Teles e a “Educação Moral e Cívica em Nova Metodologia Didática: Dinâmica de Grupo”.....	79
3.1.3 - Diniz Almeida do Valle e o “Guia de Civismo”.....	83
3.1.4 - Angelo Agazzi: Curso de Educação Moral e Cívica.....	87
3.2 - Os exercícios de Educação Moral e Cívica.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97

REFERÊNCIAS.....	100
-------------------------	------------

INTRODUÇÃO

“Uma disciplina é igualmente, para, nós, em qualquer campo que se a encontre, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer, de lhe dar métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte”

André Chervel

No presente trabalho, investiga-se a Disciplina Educação Moral e Cívica (EMC) no Colégio Atheneu Sergipense, durante a década de 70 do século XX, tendo como objetivo analisar as finalidades e os conteúdos da disciplina, transmitidos na referida instituição de ensino.

Essa disciplina vem sendo objeto de interesse antes do acesso ao curso de graduação, quando ainda cursando o antigo 2º grau, a EMC foi retirada do currículo sem que aos alunos fossem informados os porquês, desde então, ficaram várias interrogações que não foram respondidas na época da escola. Tempos depois, ao ingressar na graduação de Licenciatura em História, passou-se a estudar a História da Educação e aos poucos tais questionamentos foram retornando, dessa maneira, escolheu-se a EMC como objeto a ser estudado para a construção da monografia do curso de Licenciatura em História. Esse estudo intitulado “Educação Moral e Cívica nas Escolas Municipais de Aracaju”, foi apresentado no ano de 2000 sob a orientação do Prof. Msc. Paulo Heimar Souto.

Naquele momento, a pesquisa foi iniciada com o objetivo de investigar a História da Disciplina Escolar EMC na cidade de Aracaju, com a tentativa de problematizar a presença e ausência da referida disciplina nos currículos. De início, foi feita a análise das escolas municipais sendo que o estudo girou em torno de um levantamento histórico bibliográfico com um enfoque na história política.

Terminou-se a licenciatura e parecia que, enfim, tinha-se respondido bem mais que a curiosidade de colegial. Porém, desde então, uma aguçada paixão pelo objeto dessa investigação se manifestou e anos depois, fora iniciada uma nova etapa no curso de pós-graduação e passou-se a analisar os Livros Didáticos da referida disciplina.

Ainda assim, mediante os estudos já realizados, uma questão mais forte não havia sido respondida: afinal o que é uma Disciplina Escolar? Desse modo, no retorno à temática de pesquisa era inevitável a busca por novas respostas. Nessa busca, a pesquisadora cursou a disciplina optativa “Tópicos Especiais: História das Disciplinas Escolares” no Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (NPGED), concomitantemente, houve o convite à participação do Grupo de Pesquisa “Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem” vinculado à Universidade Federal de Sergipe (UFS), tendo como coordenadora a Profª. Drª. Eva Maria Siqueira Alves.

Afinal era preciso entender acerca das mudanças ocorridas no tempo que levam ao surgimento ou ao desaparecimento de uma disciplina.

O contexto que faz surgir uma disciplina escolar, a evolução e as mudanças pelas quais ela passa, que pode inclusive levar o seu desaparecimento, deve-se a fatos internos e externos. Os fatos internos dizem respeito às estruturas e organização do trabalho na própria área e os externos relaciona-se às questões políticas educacionais e ao contexto social, político, cultural e econômico (VENTURINI; GATTI JR, 2004, p.86).

As leituras realizadas na disciplina cursada e no grupo de estudo definiram a direção da lente utilizada para a investigação da EMC. Desse modo, o elemento analítico fundamental na construção das ideias no presente estudo é o conceito de Disciplina Escolar tratado por André Chervel (1990), que utiliza o termo Disciplina Escolar para as matérias do Ensino Básico e Disciplina Acadêmica para o Ensino de Nível Superior. Chervel (1990) aponta a constituição e o funcionamento das disciplinas para três problemas: sua gênese, sua função e seu funcionamento, e que estas devem ser analisadas como parte de uma cultura produzida na escola. Também foram buscados outros teóricos, como: Viñao Frago (2008), que trata da Disciplina Escolar como um organismo vivo, Ivor Goodson (2001), que procura estabelecer a relação entre a História do Currículo e das matérias escolares, e Dominique Julia (2001), com o conceito de Cultura Escolar.

Sendo assim, a partir da construção teórica dos autores citados, houve a apropriação por parte da pesquisadora da História das Disciplinas Escolares para investigar a Educação Moral e Cívica no Atheneu Sergipense, focalizando seus conteúdos e nessa perspectiva teve-se a possibilidade de compreender as práticas educativas dessa disciplina escolar. Para tanto, foi proposta uma análise de suas constituintes, utilizando para a investigação as Cadernetas Escolares e outras fontes que se fizeram necessárias para a compreensão histórica desta disciplina durante o período em estudo.

Escolheu-se o Atheneu, porque a escola é um lugar de produção de conhecimento e cultura e

[...] em decorrência desta concepção de escola como lugar de produção de conhecimento, a História das Disciplinas Escolares deve ser analisada como parte integrante da cultura escolar para que se possam entender as relações estabelecidas com o exterior, com a cultura geral e a sociedade (BITTENCOURT, 2003, p.26).

Desse modo, fez-se a opção por analisar a Disciplina EMC ministrada no Atheneu Sergipense. A escolha pela referida instituição se processou por esta ser mais que referência para a cidade de Aracaju, um ícone de ensino em todo o Estado de Sergipe desde sua fundação no século XIX.

O Atheneu Sergipense, em funcionamento até os dias atuais, agregando alunos de vários pontos da cidade e do estado que, mesmo longe de suas residências, preferem lá estudar, pela sua tradição, tem chamado a atenção dos pesquisadores da História da Educação em Sergipe (ALVES, 2005, p. 4).

Ao estudar a EMC no Atheneu Sergipense, consegue-se delimitar e definir o espaço para investigação ao passo que a instituição abrange a presença de alunos de todo o Estado de Sergipe, como se pode constatar através da identificação das fichas escolares encontradas em seus arquivos. Ao se definir o foco do trabalho passou-se a percorrer os acervos para a leitura de documentos e, nesses acervos, a grande questão da pesquisa foi selecionar as fontes diante da variedade de informações disponíveis.

Dessa forma, para a escolha das fontes passou-se a considerar os componentes curriculares da disciplina estudada e as alterações ou permanências que ocorreram no decorrer do tempo. Como hipótese de trabalho, indicou-se que os conteúdos da EMC permaneceram os mesmos durante o período estudado, o que se crê que o diferencial residia na prática do cotidiano.

Dessa maneira, fez-se a escolha das fontes a partir das questões norteadoras da pesquisa:

- Como a Disciplina EMC era abordada pela Legislação Educacional durante a Ditadura de 1964?
- Quais as finalidades estabelecidas para o ensino da EMC?
- Como essa disciplina escolar foi ministrada no Atheneu Sergipense? Quais conteúdos foram ensinados? Quais os livros didáticos adotados? Como eram realizados os exercícios e as avaliações?

A pesquisa foi realizada em sua maior parte no acervo do Arquivo Corrente do Atheneu Sergipense, onde a documentação encontra-se disposta sem critérios arquivísticos e apesar de ser um arquivo que dispõe de uma documentação recente não foge a regra de outras instituições, dificultando o trabalho do pesquisador, pois além de conviver com a poeira dos papéis, tem que intuir a localização dos documentos.

O acervo é diverso, contendo cadernetas escolares, pastas de ex-alunos, pastas de alunos regulares, pastas de professores, atas de reuniões entre outros documentos não

identificados. O período da documentação é a partir da década de 1960, e a documentação anterior a esse período encontra-se no Centro de Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS).¹

No Arquivo Corrente, o espaço é apertado entre uma estante e outra, e os documentos estão dispostos em caixas. A leitura desses documentos foi feita ali e na emoção da releitura dos dados do passado encontrados em cada documento a satisfação superava as limitações.

A pesquisa contou também com outros acervos de consulta, dentre eles: a Biblioteca do Atheneu Sergipense, a Biblioteca Dom Luciano José Cabral Duarte e o Conselho Estadual de Educação de Sergipe.

Com documentos lidos e relidos, enfim, era necessário interpretar, avaliar e determinar o significado de cada um.

A crítica interna deve interpretar o significado dos documentos; avaliar a competência de seu autor, determinar sua sinceridade, medir a exatidão do documento, controlá-lo através de outros testemunhos. [...] as condições de produção do documento devem ser minuciosamente estudadas [...] nenhum documento é inocente (LE GOFF, 2008, p.110).

Iniciou-se a análise das fontes, fazendo uso das leituras feitas para nortear teoricamente a pesquisa e escrever a presente dissertação. Considera-se que:

O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é “falso”, avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo. Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estarem sujeitos a tratamentos destinados a transformar sua função de mentira em confissão de verdade (LE GOFF, 2008, p.110).

PERIODIZAÇÃO

A presença da disciplina EMC no processo da Educação Brasileira ocorre em diversos momentos da história da escolarização, nesse viés, buscou-se identificar momentos em que relevantes modificações ocorreram.

¹ O Centro de Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS) é local onde se encontra a documentação catalogada e, em parte, já digitalizada do Atheneu Sergipense desde sua fundação até os anos cinquenta. Esse Centro de Memória foi idealizado e é coordenado pela professora Dr^a. Eva Maria Siqueira Alves.

No estudo da bibliografia da História da Educação, em textos de Maria do Carmo Martins, José Silvério Baía Horta e Solange Zotti sobre as Legislações de Ensino observou-se que na trajetória da Educação Brasileira, existem três fases da referida disciplina, a saber:

A primeira fase refere-se aos anos anteriores à década de 30 do século XX. Esse período se caracteriza pela institucionalização da escola pública no Brasil, em que se percebe uma preocupação com a EMC, que ainda se encontra muito próxima catequese da Igreja Católica; nessa catequese os dogmas religiosos e os conceitos para a Educação Moral confundem-se, pois são apresentados como se tivessem a mesma origem.

A segunda fase corresponde ao pós anos 30, durante o Governo Vargas, quando a EMC ainda não era estabelecida como disciplina escolar, mas como prática educativa.

A terceira fase corresponde ao pós década 60 do século XX durante a Ditadura Militar no Brasil. Nesse período, a EMC é desmembrada das disciplinas História do Brasil e Geografia do Brasil, passando a fazer parte do currículo obrigatório como disciplina autônoma para todos os níveis de ensino, sendo definidos, além das práticas, os conteúdos curriculares.

Toma-se como delimitação temporal a década de 70 do século XX, período em que as finalidades e os conteúdos da EMC são redefinidos, a partir de decretos e leis, como a Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969 que regulamenta a disciplina Moral e Cívica enquanto disciplina autônoma, dando dessa maneira, o status de disciplina e obrigando sua presença em todos os níveis de ensino; e o Decreto-Lei nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971, que estabelece a presença da disciplina como parte do Currículo Nacional; além disso, nesse período, há o lançamento de novas edições de livros didáticos.

O momento histórico da reestruturação desta Disciplina foi marcado por um regime político autoritário e de repressão que caracteriza uma Ditadura.²

METODOLOGIA E REFERENCIAL CONCEITUAL

A presente pesquisa teve por objetivo estudar as finalidades e os conteúdos do ensino da Educação Moral e Cívica no Atheneu Sergipense, na década de 70 do século XX para tal se segue o caminho metodológico dentro do enfoque da pesquisa da História Cultural que tem como campo de pesquisa a História das Disciplinas Escolares. Os procedimentos de

² O Brasil, com o processo intervencionista de 1964 e a conseqüente derrubada do Governo Constitucional de João Goulart, deu início ao ciclo militarista, que entrou pelos anos de 1980 (FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da ditadura**: Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 4. v.).

pesquisa foram: levantamento bibliográfico sobre História da Educação e História das Disciplinas Escolares, consulta a acervos documentais na busca por Decretos-Leis, Cadernetas Escolares, Avaliações Escolares e os Livros Didáticos. Ou seja, todo e qualquer vestígio que torne possível a construção da memória da EMC no Atheneu Sergipense na década de 70 do século XX.

Caberia, aqui, a seguinte reflexão: “como investigar elementos da História da Educação, uma vez que esta possui uma diversidade de objetos e fontes? O que antes se resumia a estudos relacionados à escola e seus procedimentos deram lugar a diferentes saberes, tais como: o discente, o docente, o livro, as mulheres, a violência, a avaliação, a disciplina, o currículo e outros, concebidos e construídos como verdadeiros templos do saber *encarnado* simultaneamente. Todo um conjunto de saberes, de projetos político-educativos punha em circulação o modelo definitivo da educação” (VIDAL, 2005, p.53).

Ao considerar este alargamento das fontes para a pesquisa da História da Educação, observa-se a importância do estudo da História das Disciplinas Escolares como campo de investigação das normas e finalidades, observando o momento sócio-histórico e especificidades do ensino e do currículo prescrito.

A Historiografia da Educação tem se alimentado das discussões da História Cultural, em que há uma tendência à valorização das práticas do cotidiano escolar e uma compreensão dos sujeitos envolvidos no processo. Essa tendência amplia o conceito do poder e problematiza o objeto de investigação.

Estudar a Disciplina Escolar pressupõe explicar entre outras coisas, as transformações ocorridas em um determinado período. Dessa maneira, torna-se possível identificar os fatores ligados a conteúdos e métodos de ensino, o que se possibilitará a articulação de mudanças curriculares.

La cultura escolar, así entendida, estaría constituida por un conjunto de teorías, ideas, principios, normas, pautas, rituales, inercias, hábitos y prácticas (formas de hacer e pensar, mentalidades y comportamientos) sedimentados a lo largo del tiempo en forma de tradiciones, regularidades y reglas de juego no puestas en entredicho y compartidas por sus actores, en el seno de las instituciones educativas [...] Sus rasgos característicos serían la continuidad y persistencia en el tiempo, su institucionalización y una relativa autonomía que le permite generar productos específicos como las disciplinas escolares. La cultura escolar sería, en síntesis, algo que permanece y que dura; algo que las sucesivas reformas no logran más que

aramar superficialmente, que sobrevive a ellas, y que constituyem sedimento formado a lo largo del tempo (VINÃO FRAGO, 2000, p. 29).³

Percebe-se a importância das Disciplinas Escolares para apreender um movimento histórico na definição dos conteúdos escolares, sendo assim, a disciplina acadêmica aparece, portanto, como elemento estruturador do currículo.

A história das disciplinas escolares, relacionadas à análise histórica dos currículos escolares, apresenta novos paradigmas à historiografia da educação porque permitem vislumbrar a configuração dos saberes escolares no momento de sua proposição, os diferentes sujeitos envolvidos na tarefa disciplinadora, os jogos de interesse e as relações de poder que se estabeleceram nessa configuração (MARTINS, 2003, p.142).

A pesquisa da História das Disciplinas Escolares remete-se a diversas questões ao que diz respeito à seleção dos conhecimentos para o ensino, à reflexão de como os saberes tornam-se disciplinas e das escolhas dos conteúdos curriculares de determinadas épocas, ou seja, o estudo das Disciplinas Escolares mostra-se a construção histórica de uma Disciplina Escolar.

Chervel (1990) observa a História das Disciplinas a partir do entendimento de suas especificidades com objetivos próprios, tendo o autor que compreender suas particularidades e sua autonomia.

[...] desde que se compreenda em toda a sua amplitude a noção de disciplina, desde que se reconheça que uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa que ela determina então a História das Disciplinas Escolares podem desempenhar um papel importante não somente na História da Educação, mas na História Cultural (CHERVEL, 1990, p.184).

Compreende-se que o estudo da História da Educação deve levar em consideração o seu momento histórico, observando o papel exercido pela escola e a cultura por ela

³Tradução livre: A cultura escolar, assim entendida, estaria constituída por um conjunto de teorias, ideais, princípios, normas, pautas, rituais, inércias, hábitos e práticas (formas de fazer e pensar, mentalidades e comportamentos) sedimentados ao longo do tempo em forma de tradições, regularidades e regras de jogo não postas em entendimento e compartilhadas por seus atores, em cena nas instituições educativas [...] Suas características seriam a continuidade e a persistência no tempo, sua institucionalização e uma relativa autonomia que os possibilita gerar produtos específicos como as Disciplinas Escolares. A cultura escolar seria em síntese, algo que permanece e que durara, algo que as sucessivas reformas não conseguem mais que tocar de forma superficialmente, que sobrevivem a elas e que constituem um sedimento formado ao longo do tempo (VINÃO FRAGO, 2000, p. 29).

produzida. Dessa forma, pode-se considerar a escola não apenas como uma reprodutora da ideologia imposta pelo Estado, mas como agente de uma cultura. Como entende Dominique Julia, a Cultura Escolar representa:

Um conjunto de normas que definem saberes a ensinar e condutas a incorporar em um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses saberes e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas ordenadas de acordo com finalidades que podem variar segundo épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem que se leve em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas normas e, portanto, a por em ação dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores (JULIA, 2001, p.15).

A partir do conceito de Cultura Escolar, Julia apresenta uma busca por identificar um sentido mais amplo, indo além da documentação oficial, perpassando através dos vestígios deixados em cadernos escolares, livros didáticos, diários, dentre outros.

Apesar do estudo da História das Disciplinas Escolares ser relativamente um campo de pesquisa novo no Brasil, alguns trabalhos já foram ou vem sendo construídos. Ao elaborar o estado da arte a respeito da disciplina escolar EMC, identificaram-se no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pesquisas em diferentes estados sob o enfoque do estudo das Disciplinas Escolares.

As pesquisas a respeito do objeto de investigação, deste escrito científico, apontaram algumas dissertações já defendidas nos últimos anos, que auxiliaram na compreensão da EMC enquanto disciplina escolar. As dissertações versam a respeito de temáticas como: política, educação, professores e livros didáticos. Pode-se citar a dissertação de Djair de Almeida **“Educação Moral e Cívica na Ditadura Militar: um estudo de manuais didáticos,”** defendida na Universidade de São Carlos (UFSCAR) em 2009. O referido trabalho apresenta uma investigação através da análise de manuais didáticos, do papel das Disciplinas EMC e Organização Social e Política do Brasil (OSPB) no pós 1964. O autor investigou o livro didático de EMC e OSPB, mostrando como esses livros ilustravam o modelo exemplar das estruturas sociais com a finalidade de aplicar determinações estabelecidas pelo discurso da Soberania Nacional.

Também foi realizada a leitura da dissertação de Vanessa Kern de Abreu **“A Educação Moral e Cívica: Disciplina Escolar e Doutrina Disciplinar,”** defendida na Universidade Federal de Uberlândia (UFUB) em 2008, que se encontrou auxílio. Na referida dissertação, observou-se que foi elencado como objetivo central a compreensão do

papel da EMC dentro do contexto da fragmentação do ensino de História no período da Ditadura Militar no Brasil tem como referência o Estado de Minas Gerais entre 1969 e 1963. A pesquisadora, através da análise da Legislação Educacional e documentos pesquisados no Arquivo Público de Minas, traçou a relação entre a Segurança Nacional e o conceito de Educação, Trabalho e Pátria.

Outra investigação que merece destaque é a dissertação de André Luiz Onghero, intitulada “**Moral e Civismo nos currículos das escolas do oeste catarinense: memórias de professores,**” defendida em 2007 pelo programa do mestrado em Educação da Universidade Estadual de Campinas. O autor procura construir um conhecimento histórico acerca da implantação e do desenvolvimento da disciplina de EMC em escolas de Santa Catarina. A referida dissertação deteve-se em analisar os objetivos da EMC na relação com o momento histórico-político de sua implantação e interpretar as experiências narradas pelos professores da disciplina, sobre suas práticas pedagógicas, sua atuação, formação, material utilizado, metodologia e relação com os alunos.

Em “**A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969-1993**”, Juliana Miranda Filgueira apresenta os resultados de sua pesquisa defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) em 2006, essa dissertação elencou como objetivo disponibilizar a Constituição da EMC como arcabouço político ideológico do Regime Militar. A autora descreve o arcabouço político ideológico da Ditadura Militar, mostrando as diversas mudanças ocorridas no currículo dessa disciplina. Percebe-se, ainda, que a autora considera a EMC como principal responsável para a transmissão dos saberes cívicos do povo brasileiro.

A dissertação de Janete de Oliveira Elias, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1999, intitulada “**A Reivindicação do Cidadão: as estratégias da construção da memória nacional no desenvolvimento da disciplina Educação Moral e Cívica**” aborda a utilização da EMC num processo político-educacional autoritário. Nessa pesquisa, a autora desvelou as estratégias da reconstrução da memória nacional, tomando como foco a institucionalização da disciplina no período da Ditadura Militar. A autora, ainda, trabalhou com enfoque foucaultiano, procurando ressaltar conexões fundamentais entre a produção dos sujeitos pedagógicos, os jogos de verdade e as práticas de poder.

Maria de Fátima Viegas Josgrilbert, aluna da Universidade de Mato Grosso do Sul (UFMS), apresentou a defesa no ano de 1998 da dissertação “**História da Educação Moral e Cívica: um álbum de fotografias da Sociedade Brasileira**” e teve por objetivo verificar a

efetivação da EMC nas escolas de 1º grau, reconstruindo um álbum da sociedade brasileira. O trabalho investiga as características da EMC no Brasil, definindo o controle exercido pela Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), que entre várias funções, essa comissão aprovava os livros didáticos que deveriam ser utilizados pela escola. As principais fontes utilizadas foram os manuais didáticos, a legislação vigente e os discursos e as palestras dos militares.

Em Sergipe, encontram-se alguns estudos no campo das Disciplinas Escolares desenvolvidos pelos membros do Grupo de Pesquisa “Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem”, especificamente do Atheneu Sergipense, que contribuíram para a presente pesquisa.

Uma dessas contribuições foi a tese de Eva Maria Siqueira Alves (2005), intitulada “**O Atheneu Sergipense: uma Casa de Educação Literária examinada segundo os Planos de Estudos (1870-1908).**” A autora apresenta a reconstrução do ensino secundário e a construção da Educação Escolar em Sergipe e, através do olhar sob o Atheneu Sergipense, identifica seu *ethos* cultural, sendo imprescindível a leitura da referida obra para conhecer a história dessa instituição escolar. Através de um vasto levantamento de fontes documentais e bibliográficas, a pesquisadora estuda a trajetória da instituição segundo os Planos de Estudos, identificando e analisando a história dessa Casa de Educação Literária, com aspectos de sua organização, cotidiano, rituais, normas e personagens.

Em “**Sob a Lente do Discurso: aspectos do Ensino de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense (1874-1891)**”, a autora Ana Mércia Barbosa dos Santos apresenta os resultados da sua dissertação de mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Sua análise parte da leitura dos Regulamentos da Instituição Pública, das Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, dos jornais locais, das apostilas, dos programas e dos compêndios de ensino. O referido trabalho apresenta a estrutura de uma Disciplina Escolar para o ensino secundário em Sergipe, buscando evidenciar a importância da Retórica e Poética no âmbito das humanidades e demonstrar seu caráter estético, utilização como instrumento de elevação social e a sua atuação como transmissora de valores culturais e morais.

Outro trabalho que se propôs a analisar a trajetória de uma Disciplina Escolar no Atheneu Sergipense foi “**Uma História da Disciplina Matemática no Atheneu Sergipense durante a ação da reforma Francisco Campos (1938-1943).**” Nessa dissertação, Suely Cristina Silva Souza (2000) procurou compreender a configuração da Disciplina Matemática

apresentando a legislação educacional e local, e o corpo docente da instituição, discutindo o desempenho dos alunos na referida disciplina. A autora buscou estabelecer uma mediação entre o que foi prescrito oficialmente e o realizado nas salas de aula da instituição. Os resultados da investigação evidenciaram que a disciplina Matemática, ministrada no Atheneu Sergipense atendeu às determinações propostas pelo movimento inovador da época.

O estudo da arte contribuiu para a delimitação do objeto estudado. Dividiram-se os trabalhos estudados em dois blocos: os que estudaram de diferentes formas a EMC e os trabalhos que especificamente estudaram uma disciplina escolar no Atheneu Sergipense.

Os estudos referentes à EMC apresentaram a disciplina em diferentes maneiras, enquanto discurso ideológico, Doutrina de Segurança Nacional e Educadora Social, a partir de seus livros didáticos durante a Ditadura Militar.

Já os estudos a respeito de disciplinas escolares no Atheneu Sergipense apresentam a instituição de ensino através de seus planos de estudos, seus aspectos funcionais, o estudo de outras disciplinas escolares, tais como: a Retórica e a Matemática.

Dessa maneira, a presente pesquisa utiliza os estudos desses trabalhos como ponto de partida para conhecer o objeto e justifica-se por contribuir com o estudo sobre a História das Disciplinas Escolares ao focar a EMC no Atheneu Sergipense na década de 70 do século XX.

CORPUS DOCUMENTAL

O corpus documental deste trabalho é composto por fontes, como:

1- Decretos - Lei:

- Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória⁴;
- Decreto-Lei nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971. Regulamenta o Decreto-Lei nº 869⁵;
- Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Reforma o Ensino de 1º e 2º graus⁶;
- Lei nº 8.663, 14 de junho de 1993. Revoga o Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969⁷.

⁴ Acervo: Biblioteca Dom Luciano Cabral Duarte.

⁵ Acervo: Conselho Estadual de Educação de Sergipe.

⁶ Acervo: Biblioteca Dom Luciano Cabral Duarte.

⁷ Acervo: Biblioteca Dom Luciano Cabral Duarte.

Na abordagem dessas fontes, procurou-se perceber a regulamentação e o desenvolvimento da disciplina escolar EMC perante a Legislação Brasileira.

2- Leis e Resoluções do Conselho Estadual de Educação:

- Lei orgânica do Estado de Sergipe, de 14 de dezembro de 1973. Estabelece o Conselho Estadual de Educação como órgão normativo, deliberativo e consultivo do Sistema de Ensino do Estado de Sergipe. Resolução nº 15, de 73. Apresenta o currículo para os exames Supletivos aplicados pelo Atheneu Sergipense.
- Resolução nº 2, de 73. Aprova Plano Estadual de implantação do Regime instituído na Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 para o ensino de 1º e 2º grau.
- Resolução nº 5, de 73. Estabelece Normas de Estrutura e Funcionamento dos Estudos Adicionais de que trata a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.
- Resolução nº 21, de 74. Concede a dispensa da Disciplina Educação Moral e Cívica para alunos da Escola de Auxiliar de Enfermagem Dr. Augusto Leite.
- Resolução nº 35, de 73. Dispõe da realização de exames supletivos e deliberando o Atheneu Sergipense a elaborar, aplicar e a corrigir as provas.

3- Pareceres do CNMC, que aprovam as diretrizes curriculares que autorizam os livros didáticos de EMC. Na leitura dessas fontes, procurou-se analisar a proposta curricular regulamentada e autorizada.⁸

4- Livros Didáticos de EMC utilizados na instituição estudada, que apresentam os conteúdos sugeridos para a disciplina. Observou-se os conceitos que deviam ser construídos, os exercícios propostos e a culminância entre livros propostos e Pareceres Nacionais.⁹

5- Fichas do corpo docente do Atheneu Sergipense durante a década de 70 do século XX. Esta fonte possibilitou entender a formação e a presença dos professores de EMC na referida instituição.¹⁰

6- Cadernetas Escolares, avaliações e provas de supletivo. Através dessas fontes, foi possível verificar os conteúdos trabalhados, a metodologia proposta pelos docentes da disciplina e a aproximação dos temas propostos pelos livros didáticos e as temáticas das aulas.¹¹

Na abordagem dessas fontes, averiguaram-se as finalidades e os conteúdos da disciplina, buscando documentos que fazem referência ao momento histórico da pesquisa, que

⁸ Acervo: Biblioteca Pública Ephifânio Dória.

⁹ Acervo: Biblioteca Atheneu Sergipense e Acervo particular da autora.

¹⁰ Acervo: Arquivo Corrente do Atheneu Sergipense.

¹¹ Acervo: Arquivo Corrente do Atheneu Sergipense.

corresponde à década de 70 do século XX, que de forma consciente ou não ditaram regras e estabeleceram normas para o período em referência.

ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

Buscou-se, na organização do texto, explicar a trajetória da disciplina EMC. Nesse viés, o texto está estruturado em cinco partes, a saber: introdução, três capítulos e considerações finais.

O primeiro capítulo, intitulado **“Educação Moral e Cívica: uma Disciplina Escolar,”** relata a trajetória histórica da disciplina no Brasil. Nele, fez-se um apanhado sobre as etapas da EMC no país, perpassando pelos Decretos-Leis e Currículo Oficial, buscando dessa maneira, a compreensão da finalidade dessa disciplina. Ainda descreve-se como o ensino da disciplina escolar EMC foi sendo construído e criando formas e maneiras de se fazer presente no cotidiano escolar.

No segundo capítulo, **“O Atheneu Sergipense, a disciplina Educação Moral e Cívica: do currículo prescrito aos conteúdos ensinados,”** recupera-se a vida da disciplina escolar apresentando os conteúdos, as atividades propostas, os exercícios e as avaliações. A partir da leitura dos Diários de Classe foi possível perceber a relação entre os conteúdos da disciplina e a dinâmica das atividades utilizadas pelos professores nas aulas.

No terceiro capítulo, **“Entre Textos e Práticas: os livros didáticos utilizados para o ensino da Educação Moral e Cívica no Atheneu Sergipense”**, apresenta-se os livros didáticos adotados no Atheneu Sergipense, observando-se os autores, a estrutura, a opção metodológica, os conteúdos e os exercícios sugeridos.

Dessa maneira, na investigação da disciplina escolar EMC durante a década de 70 do século XX no Atheneu Sergipense, identificou-se que os conteúdos da disciplina, desde as primeiras instruções à consolidação desta nos currículos escolares, apresenta-se o seu lugar enquanto disciplina, seus objetivos explícitos e implícitos, os discursos que a legitimaram como disciplina escolar, seus conteúdos prescritos nos Currículos Oficiais, nos Manuais Didáticos e nas Cadernetas Escolares.

CAPÍTULO I - A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA: UMA DISCIPLINA ESCOLAR

“[...] Tem-se manifestado uma tendência, entre os docentes, em favor de uma história de sua própria disciplina. Dos conteúdos do ensino, tais como são dados nos programas, o interesse então evoluiu sensivelmente para uma visão global do problema associando-se às ordens do legislador ou das autoridades [...]

André Chervel

A pesquisa da História das Disciplinas Escolares remete a diversas questões ao que diz respeito à seleção dos conhecimentos para o ensino, as reflexões de como os saberes se tornaram disciplinas e das escolhas dos conteúdos curriculares de determinadas épocas.

Estudar a EMC como disciplina escolar pressupõe explicar as transformações ocorridas em uma disciplina ao longo do tempo. Assim, torna-se possível identificar os fatores ligados a conteúdos, aos métodos e à avaliação de ensino, o que possibilitará a articulação de propostas mais consistentes de mudanças curriculares.

Chervel (1990), em seu estudo sobre História das Disciplinas, mostra a importância das disciplinas para apreender um movimento histórico na definição dos conteúdos, a disciplina do intelecto aparece, portanto, como um elemento estruturador do currículo.

Se se pode atribuir um papel estruturante a função educativa da escola na história do ensino, é devido a uma propriedade das disciplinas escolares. O estudo dessas leva a pôr em evidência o caráter eminentemente criativo do sistema escolar, e portanto a classificar no estatuto dos acessórios a imagem de uma escola encerrada na passividade, de uma escola receptáculo dos subprodutos culturais da sociedade. Porque são criações espontâneas e originais do sistema escolar é que as disciplinas merecem um interesse todo particular. E porque o sistema escolar é detentor de um poder criativo insuficientemente valorizado até aqui é que ele desempenha na sociedade um papel o qual não se percebeu que era duplo: de fato ele forma não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global (CHERVEL, 1990, p.184).

Para melhor compreender a EMC como disciplina escolar faz-se necessário conhecer um pouco sobre a História das Disciplinas Escolares. Para refletir teoricamente, sobre essa disciplina, neste campo de pesquisa, dois autores são primordiais, ei-los: Ivor Goodson e André Chervel.

Goodson (1998) procurou estabelecer a relação entre a História do Currículo e das matérias escolares como fruto de uma construção social e o papel do professor para transformar o currículo em matéria escolar.

El curriculum escolar es un artefacto social, concebido y hecho para propósitos humanos deliberados. Pero hasta la fecha y em muchas exposiciones pedagógicas, el curriculum escrito, la más manifiesta de las creaciones sociales, ha sido tratado como un elemento dado. Además, el problema se ha complicado por el hecho de que se le ha tratado a menudo

como un elemento dado neutral incluído en una situación por lo demás significativa compleja (GOODSON, 1998, p.95).¹²

Chervel (1990) observa a História das Disciplinas Escolares a partir de uma concepção de disciplina, entendendo suas especificidades com objetivos próprios, tendo o pesquisador que compreender suas particularidades e sua autonomia. Esse autor utiliza o termo Disciplina Escolar para as matérias do Ensino Básico e Disciplina Acadêmica para o Ensino Superior.

[...] desde que se compreenda em toda a sua amplitude a noção de disciplina, desde que se reconheça que uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa que ela determina, então a história das disciplinas escolares pode desempenhar um papel importante não somente na história da educação, mas na história cultural (CHERVEL, 1990, p.184).

Bittencourt (2005) apresenta os objetivos quanto às principais diferenças entre as disciplinas escolares e acadêmicas:

[...] a disciplina acadêmica visa formar um profissional: cientista, professor, administrador, técnico, etc. A disciplina ou matéria escolar visa um cidadão comum que necessita de ferramentas intelectuais variadas para situar-se na sociedade e compreender o mundo físico e social em que vive (BITTENCOURT, 2005, p.47).

Entende-se que o estudo da Disciplina Escolar deve levar em consideração o seu período histórico. Porém, observando o papel exercido pela escola e a cultura por ela produzida. A EMC apesar de não ter se configurado como disciplina acadêmica, como saber científico, tornou-se área de formação de professores e disciplina escolar.

Durante o final da década de 60 e anos 70 do século XX, o Brasil passou por modificações no currículo escolar entre estas, o fim da autonomia das disciplinas de História e Geografia e a inclusão de Estudos Sociais que trazia consigo o ensino de EMC e OSPB.

Martins (2002) apresenta os conflitos e resoluções do Conselho Federal de Educação (CFE) a respeito da implantação dessas disciplinas, mostrando que o CFE insistia

¹²Tradução livre: “O currículo escolar é um artefato social, concebido e feito para propósitos humanos deliberados. Porém, até o momento e em muitas exposições pedagógicas, o currículo escrito, manifesta muito mais as criações sociais e tem sido tratado como elemento dado ademais, o problema se agrava pelo fato de tratar a questão como elemento neutro, incluindo em uma situação por demais significativa e complexa” (GOODSON, 1998, p.95).

que as disciplinas tradicionais não seriam obrigatoriamente suprimidas do currículo, mas assinalava a preferência para que a integração entre elas fosse realizada nas práticas escolares, com seus conteúdos ministrados, preferencialmente, por um professor polivalente.

1.1- A Educação Moral e Cívica: sua trajetória

O estudo de uma disciplina escolar leva a alguns questionamentos como: por que são escolhidos certos conhecimentos a serem ensinados e, por que os conteúdos de uma disciplina mudam ou permanecem no currículo?

As disciplinas são historicamente construídas, e, segundo Chervel:

Quando uma disciplina, que não era dispensada até então, se instala solidamente na instituição, quando ela produziu seus efeitos sobre uma geração inteira de alunos, por vinte ou trinta anos ao menos, ela forçosamente recolocada em questão por seu próprio sucesso. Sua existência continuada não é automática, como se poderia ser tentado a crer. Pois ao término desse período probatório, ela se dirige a partir de então às crianças ou aos adolescentes cujos pais e o meio familiar receberam uma aculturação que fazia falta totalmente às famílias de trinta anos antes. Uma parte, ao menos da disciplina, está, entretanto, integrada às aprendizagens familiares e sociais; os alunos beneficiam-se então de uma “pré-aculturação”, ou de uma “periaculturação”, que enriquece um pouco mais a bagagem que levam consigo para a escola. O ensino é, pelo menos, facilitado, as etapas são transpostas com mais vivacidade, os bloqueios de antigamente desaparecem. E a disciplina deve mudar seus métodos. Por vezes mesmo, ela desaparece dos programas, e cede lugar a outras urgências não tendo sido necessária senão uma rodada para modificar a cultura da sociedade global (CHERVEL, 1990, p.218).

No Brasil, a necessidade de uma educação voltada para a moral e civismo foi tema de projetos educacionais anteriores ao da Ditadura Militar. Para uma melhor compreensão divide-se essa trajetória em três momentos. O primeiro momento, o da consolidação da escola pública no período da República; o segundo momento corresponde aos anos posteriores à Primeira Guerra Mundial; e o terceiro momento corresponde ao período da Ditadura Militar. A instrução moral e cívica implantada no início da República era laica e estava aliada à educação para formar o senso de responsabilidade e facilitar o despertar do amor pela família e à pátria. Antônio de Almeida Oliveira (2003) em sua obra “O Ensino Público” vislumbra o cenário da Educação Brasileira no século XIX, ressaltando a secularização do ensino.

A escola que admite todos os meninos sem distinção de cultos, e que ensina a moral nos seus princípios gerais e independentes do dogma, isto é, a escola secular, é uma instituição nova que apenas remonta ao começo deste século (OLIVEIRA, 2003, p. 103).

A formação do homem republicano exigia um conhecimento baseado nos princípios da ciência, do civismo e da moral. A escola deveria ser o lugar a ser construído para a instrução desse novo cidadão. “A escola representa as luzes, a vitória da razão sobre a ignorância, um meio de luta contra a monarquia e, conseqüentemente, um instrumento de consolidação do regime republicano” (SOUZA, 2008, p.171).

Percebe-se que, desde o início do processo de institucionalização da escola pública no Brasil, a moral permeia uma falsa educação escolar independente do ensino. O estado declara-se laico, porém os ensinamentos corroboram para a permanência do ensino dos dogmas religiosos cristãos católicos, no entanto, agora, revestido de verde e amarelo. Dessa maneira a educação moral para o Estado tanto quanto higiene, fisiologia, história natural, economia são conhecimentos necessários ao homem.

A moral fundada na natureza humana, na existência de Deus e nas Virtudes Sociais e domésticas, que levam o homem a amar o trabalho, a honra, a família, a liberdade, o próximo e a pátria, é uma base que serve para todas as religiões (OLIVEIRA, 2003, p. 109).

A proposta da educação moral era de acentuar os direitos e os deveres civis e políticos da Nação Republicana e em reconhecer a organização do Estado. “A escola leiga substituíu a moral religiosa pelo civismo republicano que se torna moral prática sobre a qual se fundamentaria a formação do cidadão” (SOUZA, 2008, p.173).

Em Sergipe de acordo com Nunes (1984), Felisbello Freire ao assumir a presidência de Sergipe, justificava a necessidade de reformular radicalmente a Instrução Pública.

Justificava o Presidente a necessidade de reformular radicalmente a Instrução Pública ante “o verdadeiro estado de desorganização em que se encontrava o Sistema Educacional Sergipano acarretando grande desaproveito para o ensino e, portanto para as classes populares”, que assim, pela primeira vez em Sergipe eram invocadas no contexto de uma reforma da educação. Ainda, o ensino popular era visto “como base principal do bem-estar das nações.” Refletia-se neste preâmbulo o idealismo daqueles que fizeram a República e no primeiro momento a conduziram (NUNES, 1984, p.179).

Em Sergipe, foi possível observar essa substituição da cadeira Religião por cadeiras relacionadas à Moral e Cívica. Segundo Alves (2005): em 1882 no Atheneu Sergipense, passou a ser lida a cadeira de “Sociologia, Moral, Noções de Economia Política, Direito Pátrio.” “Assim, os princípios da Sociologia seriam estudados no Atheneu Sergipense como uma ciência mais geral, além do amor à Pátria e ao trabalho, traçados pela Constituição Federa e Estadual” (ALVES e COSTA, 2006, p.118).

A partir da década de 1920, pós fim da Primeira Guerra Mundial, o sentimento cívico de nacionalismo crescia na população brasileira. A educação deveria promover a formação do caráter nacional, os ensinamentos tanto moral quanto cívico eram bem mais que Disciplina Escolar, deveriam estar presentes em todas as situações da escola. Segundo Souza (2008, p.33) a EMC promoveria nas crianças “amor à Pátria, respeito à ordem constituída e o acatamento de seus deveres”. Essa era a maneira de vislumbrar o ápice da moral e dos cumprimentos dos deveres cívicos. Pode-se então compreender que a Educação Escolar nas primeiras décadas da República foi concebida com caráter de necessidade da sociedade, para a construção do homem republicano e que os novos moldes cívicos deveriam ser ensinados na escola.

A EMC estava presente desde a Lei nº 16.782, de 13 de janeiro de 1925, conhecida como Reforma de Rocha Vaz, encontrando-se presente em algumas escolas, servindo na transmissão de conceitos de aprimoramento da pátria. Conforme o que se lê:

Art. 47- O ensino secundário, como prolongamento do ensino primário, para fornecer a cultura média geral do paiz, compreenderá um conjunto de estudos com a duração de seis annos, pela fórma seguinte:

- 1) Portuguez;
- 2) Arithmética;
- 3) Geographia Geral;
- 4) Inglez;
- 5) Francez;
- 6) Instrucção moral e cívica;
- 7) Desenho.

§5º O programma de ensino da intrucção moral e cívica, no curso secundário, constará de ampliação do ensino ministrado no curso primário (at.55, §2), acrescido de noções positivas dos deveres do cidadão na família, na escola, na pátria e em todas as manifestações do sentimento de solidariedade humana, comemorações das grandes datas nacionais, dos grandes factos da história da pátria e universal, homenagens aos grandes vultos representativos das nossas phases históricas e dos que influíram decisivamente no humano (Lei nº 16.782, de 13 de janeiro de 1925).¹³

¹³ Reforma Rocha Vaz/ Lei nº 16.782 de 13 de janeiro de 1925, estabelece o concurso da União para a difusão do Ensino Primário, organiza o Departamento Nacional de Ensino, reforma o Ensino Secundário e Superior e dá

Com a Reforma Rocha Vaz a EMC passou a fazer parte do currículo das escolas secundárias de todo o país, era considerada como responsável por formar o senso de responsabilidade do cidadão brasileiro. Para José Silvério Baía Horta:

A ênfase na educação moral do cidadão traduzir-se-á, inicialmente, pela introdução do ensino religioso nas escolas. Mais tarde, enriquecida com ingredientes do civismo e do patriotismo, servirá para justificar as tentativas de reintrodução da Educação Moral e Cívica nos currículos dos diferentes níveis de ensino (HORTA, 1994, p.2).

A partir de seus discursos, assemelham-se aos conteúdos em regimes totalitários da Europa, seus conteúdos eram estáticos e práticos, com funções cívicas para o preparo do cidadão. Haja vista que o cidadão devia cumprir o seu papel na sociedade e não a transformar.

O civismo brasileiro, no momento, é comprometer-se com a fase histórica de desenvolvimento do país e trabalhar na construção de uma Pátria engrandecida. Uma Pátria em que haja um lugar ao sol para todos e que seja, cada dia mais, uma Democracia de homens livres, responsáveis e solidários. (DUARTE, 2008, p.47)

De acordo com Baía Horta (1994), o discurso totalitário estava presente neste período:

Os mesmos temas e os mesmos atores estão, em maior ou menor grau, presentes também no discurso pedagógico e na prática educativa dos regimes totalitários da Europa, no mesmo período. Assim, na Itália fascista o processo de ‘fascistização’ da escola traduz-se por uma acelerada centralização do aparelho educativo, sob a direção do Ministero Dell’educazione Nazionale (HORTA, 1994, p. 3).

Na década de 30 do século XX, a EMC ainda é bastante discutida. Em 1931, com a Reforma Francisco Campos, ela é retirada do currículo das escolas secundárias, em seu lugar foi introduzido o ensino religioso nas escolas públicas de ensino primário, secundário e normal.

O conceito moral é considerado como algo que deveria ser transmitido em aulas de religião, bem como os vultos cívicos nas aulas de História do Brasil. No entanto, no governo de Getúlio Vargas, conceitos como moral e civismo são transmitidos também em

aulas de Educação Física e até em Cantos Orfeônicos. Havia a preocupação com uma transmissão dos conceitos cívicos e patrióticos, sendo assim, a EMC deveria semear suas sementes em todos os momentos e espaços da escola.

Segundo Horta foram travados muitos debates com relação ao ensino destes conceitos, entre os principais debatedores estavam intelectuais como: Tiro Prates da Fonseca (Professor de Ciências Econômicas de São Paulo) e Marcondes Resende (Professor de Filosofia de São Paulo). O primeiro afirmava que “fora da moral católica, nenhum sistema se apresenta coerente e completo, formando, com ela, um corpo de doutrina em que se resolvem os principais problemas e são recebidos todas as novas informações sobre a evolução da vida e os progressos da ciência” (HORTA, 1994, p.132). Ambos eram partidários de que o ensino de Moral e Civismo deveria estar intrinsecamente ligado à Igreja Católica, tornado nítida a vinculação de valores cristãos ditando os princípios morais.

O CFE, diante de várias opiniões, optou pelas ideias de Capanema e decidiu por a disciplina tratar de instruções morais e cívicas e pelo estudo da ética geral, ou seja, os fins do homem, à vontade, os atos dos homens e as leis naturais e civis, enfim, teoricamente vincular-se-ia pelo conceito do “bem” e para o exercício do “bem”.

Art. 24 - A Educação Moral e Cívica não seja dada em um tempo determinado, mediante a execução de um programa específico, mas resulte, a cada momento da forma de execução de todos os programas e do próprio processo da vida escolar que, em todas as atividades e circunstâncias, deve transcorrer em termos de elevada dignidade e fervor patriótico (Decreto - Lei nº 4.244, 1942).¹⁴

Em Sergipe, a educação cívica era relacionada a práticas que na maior parte das vezes extrapolavam os muros dos grupos escolares por meio das festas e desfiles que eram de comemoração obrigatória.

Azevedo (2009) defende a tese que:

A data da Independência do Brasil, obviamente, era uma comemoração obrigatória. A própria Diretoria da Instrução Pública do Estado incumbia-se de determinar a realização da cerimônia. No ano de 1927, o Grupo Escolar Olympio Campos realizou um passeio cívico pelas ruas da cidade, acompanhado da banda de música local e da escola noturna “Tobias Barreto”, que incorporou a caminhada havendo ao final o hasteamento e arreamento solene da Bandeira. (AZEVEDO, 2009, p.223)

¹⁴ Decreto-Lei n.4.244 de 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário do Brasil.

A respeito da Reforma Capanema, Sergipe não ficou à margem e como apresenta Souza (2011) acerca dessa no Atheneu Sergipense:

[...] sua atuação aconteceu com a instalação dos cursos complementares, mediante determinações da Lei nº 4, de 18 de novembro de 1936, conforme Decreto Federal nº 21.241, de 4 de abril de 1932. Contudo, sua implementação definitiva ocorreu com a criação do regulamento Interno por meio de Decreto nº 7, de março de 1938, em obediência às instruções expedidas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública para organizar seu regime escolar, processo didático, distribuição, seriação, número de disciplinas e fiscalização (SOUZA, 2001, p.196).

A partir dos anos 60 do século XX, no qual segundo o parecer do CFE 131/62.

Costuma-se denominar disciplinas, as atividades escolares destinadas, assimilação de conhecimentos sistematizados e progressivos, dosados conforme certos interesses. Neste caso, evidentemente, a assimilação do conjunto dos conhecimentos programados é passível de mensuração e é condição de prosseguimentos dos estudos. As práticas educativas, por outro lado, abrangendo as atividades que devem atender às necessidades dos adolescentes, de ordem física, artística, cívica, moral e religiosa, colocam o acento principal na maturação da personalidade, com a formação de hábitos correspondentes, embora necessitem também da assimilação. (Parecer CFE n. 131/62)

Com a Lei nº 5.692/71, são direcionadas e impostas bases para o ensino dos Estudos Sociais e suas emendas, EMC e OSPB, no entanto, não obtém um ensino reflexivo, e sim, apontam para o ensino técnico-profissionalizante, o qual atribui menor importância à formação geral do aluno. “Assim, se entendermos que a disciplina Estudos Sociais, pela lei 5.696, foi direcionada para uma abordagem mais superficial e menos preocupada com a efetiva formação global do aluno [...]” (LEME, 1980, p.84).

De 1964 à última década dos anos XX, os conteúdos dos programas não possuíam grandes variações, abordando sempre o conceito de família, pátria e religião. E observando os livros didáticos, percebe-se que eram reeditados com as mesmas figuras e textos.

A partir dos anos 90 do século XX é retomada a redefinição do ensino da História e em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 é consolidada a ausência desta disciplina nos currículos escolares, enfatizando o ensino de História, Sociologia, Filosofia e Geografia, uma vez que estas devem levar os alunos a compreender e a posicionar-se de maneira crítica diante da cidadania, por meio da participação social e política.

1.1.1- A EMC e a contextualização histórica

A década de 1970 é reflexo do movimento político-militar de abril de 1964, que representou um golpe contra a frágil democracia que tinha se instalado com o fim do Estado Novo e contra as reformas sociais que eram definidas por amplos setores da sociedade brasileira.

João Goulart tomou posse em setembro de 1961 após a renúncia de Jânio Quadros. No entanto, seu governo iniciou efetivamente em janeiro de 1963. Nos anos 1960, um amplo debate político, ideológico e cultural acontecia em diversos espaços da sociedade. Conservadores, liberais e nacionalistas formulavam suas propostas e se mobilizavam politicamente em defesa de seus projetos sociais e econômicos. Essas propostas eram debatidas na imprensa, no teatro, no cinema, na música e nas artes plásticas. O movimento estudantil, por meio principalmente da UNE, teve destacado a sua atuação. A UNE defendia a Reforma Universitária, procurava se associar a movimentos de orientação nacionalista e reformista.

Segundo Toledo (2004) dois acontecimentos foram fundamentais para a deflagração do golpe, o conflito em relação à insubordinação de cabos marinheiros no Rio de Janeiro. Goulart permitiu a anistia aos revoltosos, mesmo sabendo que eles tinham sido punidos dias antes pelo Ministro da Marinha Silvio Mota e o segundo acontecimento refere-se ao discurso do presidente no Rio de Janeiro, em assembleia de marinheiros. Em seu discurso, Goulart denunciou as forças reacionárias e golpistas, e defendeu a necessidade de um golpe reformista (TOLEDO, 2004, p.23).

É durante o governo de Goulart que é criado o Conselho Federal de Educação-CFE, como órgão público colegiado da educação. A criação do conselho e as escolhas de seus membros refletiam as discussões que permearam a tramitação e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (MARTINS, 2000, p.66).

Nos anos de 60 e 70 o Brasil vive um dos períodos mais críticos de toda a sua história, a Ditadura Militar está fortalecida e intervém em todas as esferas da sociedade. Para a educação entre várias modificações apontam-se as portarias do CFE sobre a EMC que pretendiam reformular o enfoque dado à formação moral e cívica dos estudantes. Disciplinar os estudantes e principalmente conter o movimento estudantil passava a ser um dos objetivos da política educacional da Ditadura Militar.

Segundo Oliveira (1982), a primeira regulamentação do CFE em relação à formação moral e cívica dos estudantes foi a Indicação nº 1, de 1962, que dispunha sobre as normas para o ensino médio e indicava as disciplinas obrigatórias e optativas dos sistemas de ensino. A primeira Indicação nº 1 estabelecia que no sistema federal de ensino a educação cívica seria considerada prática educativa.

As características da educação escolar no período mostram preocupação com o fato de uma escolarização para a maioria das crianças e jovens ser representativa da educação para a cidadania, para o desenvolvimento de posturas e comportamentos sociais que dessem sustentáculo e legitimidade ao investimento que deveria ser realizado pela Educação Nacional (MARTINS, 2003, p.162).

Durante o período estudado a EMC passava a ser entendida sob a perspectiva da Segurança Nacional. A EMC era fundamental para a estruturação do “sistema de defesa democrático”, desenvolvido pela Política de Segurança Nacional, contra a guerra revolucionária. As crianças teriam sua personalidade formada desde cedo, de maneira a prepará-las contra a propaganda subversiva, quando se tornassem adultos.

1.2- A Educação Moral e Cívica: a legislação

Compreender a legislação vigente em um determinado período é compreender regras e normas pré-estabelecidas para determinadas questões. Pode-se considerar a legislação educacional como um conjunto de leis referentes à educação voltada a questões relacionadas ao ensino e suas aplicações, que tem muito a contar a respeito da função e finalidade da educação. Segundo Martins (2002), a legislação educacional possui duas naturezas: uma reguladora e uma regulamentadora. Ela é reguladora quando:

Manifesta através de leis, sejam federais, estaduais ou municipais. As normas constitucionais que tratam da educação são fontes primárias da regulação e organização da educação nacional, pois, só elas, definem-se as competências constitucionais e atribuições administrativas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. [...] O principal traço da regulação é sua força de regular, isto é, de poder regulamentador, ou que pode ser trazido também democraticamente, estabelecer regras gerais de Direito ou normas Criadoras de Direito (MARTINS, 2002, p.1).

E é regulamentadora quando:

Não é descritiva, mas prescritiva, volta-se a própria práxis da educação. [...] A regulamentação não cria direito porque limita-se a instruir normas sobre a execução da Lei, tomando as providências indispensáveis para o funcionamento dos serviços educacionais (MARTINS, 2002, p.1).

Como afirma Chervel (1990), a História das disciplinas escolares necessita de uma documentação capaz de contemplar as finalidades e os objetivos fixados. Dessa forma, analisam-se os Decretos-Leis que estabeleciam e regulamentavam a EMC como disciplina escolar. Os documentos são: o Decreto- Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969; a Lei nº 5.692, de 1971 e a Lei nº 8.663, de 14 de junho de 1993, além das Resoluções do Conselho Estadual de Educação do Estado de Sergipe.

O Decreto-Lei nº 869 de 1969 estabelece a obrigatoriedade da EMC em todos os graus e modalidades de ensino, mostrando que o estabelecimento da EMC era uma preocupação não apenas com a educação das crianças, mas com a construção de hábitos cívicos. O Art. 3º desse dispositivo legal fazia referência a que “A Educação Moral e Cívica, como disciplina e prática educativa, será ministrada com apropriada adequação, em todos os graus e ramos de escolarização.” (Decreto-Lei nº 869/69)

Já em seu artigo 2º, são apresentadas suas finalidades e bases filosóficas:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana ;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições, e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação a família e à comunidade ;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização da ordem sócio-política-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade (Decreto-Lei n. 869/69).

Diante do que trata o artigo 2º, percebe-se que as finalidades abordadas nele desejavam preparar o aluno para o exercício da cidadania. Os conteúdos apreendidos na sala de aula deveriam ser incorporados pelos alunos e deveriam tomar forma na vida de cada um deles. Os alunos deveriam ser devotos da Pátria sob a inspiração de Deus, resultando no bem comum. Portanto, a ordem e o crescimento do Brasil eram de responsabilidade de todos.

Quanto às bases filosóficas apresentadas na legislação citada, localiza-se:

- a) a ação nas respectivas disciplinas, de todos os titulares do magistério nacional, publico ou privado, tendo em vista a formação da consciência cívica do aluno;
- b) a prática educativa da moral e do civismo nos estabelecimentos de ensino, através de todas as atividades escolares, inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções extra-classe e orientações dos pais (Decreto-Lei nº 869/69).

Percebe-se que a intenção de formar um cidadão brasileiro que atendesse aos padrões políticos da época. O período de restabelecimento do ensino da EMC se refere ao regime de Ditadura Militar no Brasil. Apesar de ser um regime autoritário é tratado como a única opção à verdadeira democracia.

Entre os valores defendidos, percebe-se a relação entre política e religião, traço forte nos conteúdos da referida disciplina. Observa-se melhor esta relação ao fazer a leitura dos livros didáticos da disciplina.

Como aspecto relevante presente no Decreto-Lei nº 869/69 é a necessidade de despertar e fortalecer o sentimento nacionalista por meio do culto à Pátria, esse amor deve ultrapassar os muros da escola, através das práticas cívicas, a exemplo do hasteamento da Bandeira, canto do Hino Nacional em lugares públicos e os desfiles cívicos no sete de setembro. Outro exemplo do cultivo ao amor à pátria era a presença da “Oração pelo Brasil” recitada pelos alunos, em geral, depois de cantar o Hino Nacional.

Ó Deus onipotente, presente e
Fim de todas as coisas,
Infundi em nós, brasileiros,
O amor ao estudo e ao trabalho,
Para que façamos da nossa PÁTRIA
Uma terra de paz, de ordem e de grandeza.
Velai, SENHOR pelos destinos do BRASIL! (Secretaria da Educação e
Cultura do Estado da Bahia, 1970, p.40).

A oração mostra a sacralização da Pátria e como os elementos da educação moral vinculam-se e integram-se aos princípios patrióticos. A Pátria é fortalecida diante dos valores éticos, cristãos e ao ser sacralizada, ela torna-se objeto de veneração e seus subalternos lhe devem a fidelidade absoluta.

É também no Decreto-Lei nº 869/69 que estabelece a CNMC, esta criada pelo Ministério de Educação e Cultura e estava diretamente subordinada ao Ministério de Estado. A comissão integrada por 9 (nove) membros, nomeados pelo presidente da República e, tendo como função primordial dedicar-se a causa da EMC.

No artigo 6º do Decreto-Lei nº 869 são estabelecidas as atribuições da CNMC. Elas:

- a) articular-se com as autoridades civis e militares de todos os níveis de governo, para implantação e manutenção da doutrina de Educação Moral e Cívica, de acordo com os princípios estabelecidos no artigo 2º;
- b) colaborar com o Conselho Federal de Educação, na elaboração de currículos e programas de Educação Moral e Cívica;
- c) colaborar com as organizações sindicais de todos os graus, para o desenvolvimento e intensificação de suas atividades relacionadas com a Educação Moral e Cívica;
- d) influenciar e convocar a cooperação, para servir aos objetivos da Educação Moral e Cívica, das Instituições e dos órgãos formadores da opinião pública e de difusão cultural, inclusive jornais, revistas, editoras, teatros, cinemas, estações de rádio e de televisão; das entidades de classe e dos órgãos profissionais; e das empresas gráficas e de publicidade;
- e) assessorar o Ministro de Estado na aprovação dos livros didáticos, sob o ponto de vista de moral e civismo, e colaborar com os demais órgãos do Ministério da Educação e Cultura, na execução das providências e iniciativas que se fizerem necessárias, dentro do espírito deste Decreto-Lei (Decreto-Lei nº 869/69).

Quanto às atribuições destinadas a CNMC, fica clara a abrangência e a dimensão a qual teve a EMC. Refere-se à denominação “à defesa da Pátria”, dever-se-ia envolver, influenciar e buscar a contribuição de todos os seguimentos sociais. O fortalecimento do Nacionalismo foi estabelecido como dever dos brasileiros e a CNMC foi tida como a mediadora para a realização deste projeto.

A formação de professores é estabelecida no Art. 7º do referido Decreto-Lei:

Art. 7º. A formação de professores e orientadores da disciplina “Educação Moral e Cívica”, fazer-se-a em nível universitário, e para o ensino primário, nos cursos normais.

§1º Competirá ao Conselho Federal e aos Conselhos Estaduais de Educação adotar as medidas necessárias à formação de que trata este artigo.

§ 2º Aos Centros Regionais de Pós-Graduação, incumbirá o preparo de professores dessa área, em cursos de mestrado.

§ 3º Enquanto não houver, em número bastante, professores e orientadores de Educação Moral e Cívica, a habilitação de candidatos será feita por meio de suficiência, na forma da legislação em vigor.

§ 4º No ensino primário, a disciplina “Educação Moral e Cívica” será ministrada pelos professores, cumulativamente com as funções próprias.

§ 5º O aproveitamento de professores e orientadores na forma do § 3º, será feito sempre a título precário, devendo a respectiva remuneração subordinar-se, nos estabelecimentos oficiais de ensino, ao regime previsto no artigo III de Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

§ 6º Até que o estabelecimento de ensino disponha de professor ou orientador, regularmente formado ou habilitado em exame de suficiência, o diretor avocará o ensino da Educação Moral e Cívica, a qual, sob nenhum pretexto, poderá deixar de ser ministrada na forma prevista (Decreto-Lei nº 869/69).

A participação dos professores foi muito importante, pois como nos afirma Julia (2001), a escola não é apenas um lugar de aplicação planejada de fora. O professor deveria ser bem escolhido, bem formado para que pudesse alicerçar o projeto da EMC.

Quanto à Lei nº 5.692/71¹⁵ foi instituída no governo do General Emílio Garrastazu Médice, oficialmente não foi considerada como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), pois lhe faltava um sentido de inteireza, pois focava principalmente os ensinos de 1º e 2º graus.

Teve como princípio teórico a auto-realização do aluno, ou seja, a educação interagindo com a cultura. Nesse viés, ela valorizava o chamado ensino profissionalizante no ensino de 2º grau, e obrigava o Estado a fornecer o ensino da 1ª à 8ª série do primeiro grau, como se observa em seu artigo primeiro.

Art. 1º O ensino de 1º e 2º grau tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício da cidadania (Lei nº 5.692/71).

Entre os princípios que norteiam a Lei nº 5692/71 está presente logo no primeiro artigo, o “exercício da cidadania”. Este será transformado em conteúdos curriculares e práticas educativas de responsabilidade da EMC.

Em seu artigo 7º, estabelece a matriz curricular para o 1º e 2º graus, em que aparece a EMC como disciplina escolar.

Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programa de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observando quanto a primeira o disposto no Decreto-Lei n. 869, de 12 de setembro de 1969 (Lei nº 5.692/71).

¹⁵ Reforma do Ensino de 1º e 2º graus.

Nessa perspectiva a Lei nº 5.692/71 ratifica a presença ou a ausência de um campo escolar, definindo segundo os seus conceitos o que deve ser ensinado no ambiente escolar. Ou seja, a Lei reafirma a EMC nas modalidades de 1º e 2º graus e ratifica a validade do Decreto-Lei nº 869/69 que dispõe das finalidades dessa disciplina.

Segundo Chervel (1990, p. 219), as “disciplinas escolares intervêm igualmente na história cultural da sociedade,” então, entende-se, a sua gênese e a constituição de sua razão social, ou seja, “[...] uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiam sua contribuição e o fenômeno da aculturação de massa que ela determina” (CHERVEL, 1990, p.188).

A Lei nº 8.663, de 14 de junho de 1993 revoga a presença da EMC do currículo escolar, porém, sabe-se que embora extinta institucionalmente, os saberes vão continuar, pois os valores foram apropriados pela escola e, muitas vezes, passam a ser práticas escolares e não necessitam de uma disciplina que ensine o que já foi apreendido. Chama-se a atenção também ao fato de que muitos dos professores que ministravam a EMC, passaram a compor outras disciplinas como, por exemplo: História, Geografia e Sociologia, perpetuando de alguma forma os conteúdos e as finalidades da EMC.

Em Sergipe como em qualquer parte do país, as Resoluções Estaduais versavam sobre a EMC a partir das deliberações do Conselho Estadual de Educação, em 14 de dezembro de 1973, o Governador do Estado de Sergipe, Paulo Barreto de Menezes, sancionou a Lei nº 1.823 a qual estabelece o Conselho Estadual como órgão normativo, deliberativo e consultivo do Sistema de Ensino do Estado de Sergipe, vinculado tecnicamente, ao Conselho da Secretaria de Educação e Cultura.

As normas fixadas pelo Conselho Estadual de Educação de Sergipe que orientam a elaboração dos regimentos escolares encontram-se em consonância com as Deliberações ou Pareceres do CFE.

A Resolução nº 02/73 aprova plano de implantação do regime instituído para o ensino de 1º e 2º graus, a partir de então, a rede escolar deveria utilizar esta nomenclatura e fazer as alterações necessárias para ajustar-se à Lei.

Art.1º Fica aprovado o Plano Estadual de Implantação, no Sistema de Ensino, do Sistema instituído na Lei Federal n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, para o ensino de 1º e 2º graus nos termos do Planejamento, Legislação e Normas deste Conselho (Resolução nº 02/73 do Conselho Estadual de Educação de Sergipe).

Entre os conselheiros responsáveis pela elaboração deste Plano de Educação, identificam-se: Alcebíades Melo Vilas-Boas¹⁶, Belmiro da Silveira Goes¹⁷, Carlos Alberto Barros Sampaio¹⁸, Dalila Cortes¹⁹, Francisco Melo Novais²⁰, João Moreira Filho²¹, José Aloísio de Campos²², José Rollemberg Leite²³, José Silvério Leite Fontes²⁴, Lauro Ferreira do Nascimento²⁵, Dom Luciano José Cabral Duarte²⁶, Manoel Cabral Machado²⁷, Neyde F. de

¹⁶ Foi Responsável por administrar a Escola de Instrução Militar (EsIM) que esteve em atividade até 1969 no Estado de Sergipe. SANTOS, Arionaldo Moreira. **Colégio Estadual Tobias Barreto**. Web Artigos, Aracaju, out. 2011. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/historico-do-colegio-estadual-tobias-barreto-de-aracaju-se/77420/>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

¹⁷ Ex-presidente do Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe no ano de 1964. Disponível em: <<http://www.tjse.jus.br/arquivjudiciario/content/view/15/26/>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

¹⁸ Conselheiro da Corte de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE) no ano de 1970 (ano de instalação do Órgão). Disponível em: <<http://www.tce.se.gov.br/sitev2/historico.php>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

¹⁹ Dalila Cortes nasceu em 25 de abril de 1908, em Aracaju. Foi professora primária formada na Escola Normal Rui Barbosa, entre 1921 e 1925. Atuou em cidades sergipanas como: Japaratuba, Barra dos Coqueiros, Capela e Aracaju. ALBUQUERQUE, Samuel B. M. **Memórias de Dalila**. Jornal da Cidade, Aracaju, mai. 2009. Disponível em: <<http://2008.jornaldacidade.net>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

²⁰ Juiz aposentado do Estado de Sergipe. Disponível em: <<http://mp-se.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 18 jan. 2012.

²¹ “Nascido em Pedra Mole, Moreira Filho formou-se em Direito, foi conselheiro do Conselho Estadual de Educação e funcionário do Conselho do Desenvolvimento Econômico de Sergipe (Condes). No biênio 1962/1963 presidiu a OAB/SE e em 1970 foi nomeado juiz (conselheiro) do TCE, na primeira formação do órgão. O conselheiro aposentado também atuou como deputado estadual, eleito pela União Democrática Nacional, tendo papel destacado na Assembléia Legislativa. Jurista atento à evolução do Direito redigiu a Emenda Constitucional número 2, e colaborou diretamente na elaboração da legislação do TCE.” Disponível em: <<http://www.tce.se.gov.br/sitev2/conteudo.ler>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

²² Ex- professor e Reitor da Universidade Federal de Sergipe (UFS) no período de 1976-1980. Ocupou cargos e funções no Serviço Público Estadual e Municipal, contribuindo para o campo educacional em Sergipe. SANTOS, Patrícia Francisca de M.; SOUZA, Anderson Teixeira. Contribuição do Reitor Aloísio Campos para a formação do Campo Superior Público em Sergipe (1976-1980). In: V Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”, 5, 2011, São Cristóvão. **Contribuição do Reitor Aloísio Campos para a formação do Campo Superior Público em Sergipe (1976-1980)**. São Cristóvão: UFS, 2011. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.educonufs.com.br/vcoloquio/>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

²³ “José Rollemberg Leite (1912-1996) governou Sergipe em duas ocasiões: de 1947 a 1951 e de 1975 a 1979. Em ambas deu uma enorme contribuição à história da educação, criando escolas de nível médio e superior, criando o ensino rural, levando ao interior as licenciaturas de curta duração, ampliando, enfim, a presença do Poder Público estadual, instrumentalizado para oferecer o ensino universalizado e de boa qualidade. [...] O Governo José Rollemberg Leite deu nova sede ao velho Atheneu, montou seus laboratórios, sob a orientação de Antonio Tavares de Bragança [...]” BARRETO, Luis A. **José Rollemberg Leite e o ensino sergipano**. Infonet, Aracaju, nov. 2004. Seção Blogs. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/luisantonioabarreto/ler>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

²⁴ Silvério Fontes nasceu em Aracaju em 1924. Foi sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS). [...] “Professor Titular e Procurador da Universidade Federal de Sergipe, onde lecionou várias disciplinas. Precursor da cientificidade da História Sergipana. Iniciador da pesquisa histórica em Sergipe. Participou ativamente da criação da Universidade Federal de Sergipe. Organizou o movimento docente, presidiu a ADUFS, seu órgão de representação, dirigiu o Departamento de História, integrou comissões, conselhos superiores, fazendo-se sempre respeitar pela sua sensatez e sabedoria.” Disponível em: <<http://silveriofontes.com.br>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

²⁵ Membro do Conselho Estadual de Educação de Sergipe no ano de 1963, empossado por Sebastião Celso de Carvalho, Governador do Estado em Exercício, para cumprir mandato de dois (2) anos. Disponível em: <<http://www.seed.se.gov.br/portais/cee/historico.asp>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

²⁶ “[...] Primeiro diretor da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e grande batalhador pela criação da Universidade Federal de Sergipe, quando integrou o Conselho Diretor da Fundação sendo o seu primeiro

Albuquerque Mesquita²⁸, Dom Nivaldo Monte²⁹, Ofenísia Soares Freire³⁰, Stelita de Oliveira Falcão³¹. Nomes conhecidos na sociedade sergipana durante o período estudado, o corpo de conselheiros era formado por membros nomeados pelo governador do Estado.

Art. 2º O Conselho Estadual de Educação é constituído de doze (12) membros nomeados pelo governador do Estado, escolhidos entre pessoas de notório saber e experiência em matéria de educação, observada a devida representação dos diversos graus de ensino e a participação de representantes do magistério oficial e particular (Lei Orgânica do Estado de Sergipe nº 1.823 de 1973).

A respeito dos representantes:

§ 1º Dentre os representantes do Magistério particular um (1) será indicado pelo Sindicato dos Professores, um (1) pela Associação dos Professores de Sergipe e um (1) pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, escolhidos em listas trípticas, enviada ao Governador do Estado pelos Presidentes dos respectivos órgãos de classe (Lei Orgânica do Estado de Sergipe nº 1.823 de 1973).

No capítulo XXVII do artigo 9º da Lei nº 1.823/73 refere-se ao Ensino da EMC como uma atribuição também delegada ao Conselho. É dever do Conselho “estabelecer normas para o ensino da Educação Moral e Cívica e da Educação Física, nos estabelecimentos

presidente. Nomeado Conselheiro Federal de Educação, exerceu o mandato a partir de 1968, por mais dois períodos.” Disponível em: <<http://www.institutodomalucianoalbuquerque.com.br>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

²⁷ Nasceu em Rosário do Catete e foi “Membro da Academia Sergipana de Letras desde 1963, ocupante da Cadeira 25[...]. [...] Teve profícua atividade jornalística, no *Diário de Sergipe* e noutros jornais, colaborou com revistas, especialmente a da Academia Sergipana de Letras e publicou diversos livros [...]. Foi, ainda, por muitos anos, Orador do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Figurou, também, como membro de outras entidades culturais e sociais, como a Associação Franco-Brasileira (Aliança Francesa), destacando-se, nacionalmente, como integrante da Academia Brasileira de Ciências Sociais, com sede no Rio de Janeiro.” BARRETO, Luis A. **Manoel Cabral Machado**. Infonet, Aracaju, jan, 2001. Seção Blogs. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

²⁸ Foi professora de Educação Moral e Cívica no Atheneu. Membro do Conselho Estadual de Educação na época de sua criação. Na administração de Gileno Lima na prefeitura de Aracaju, assumiu o cargo de diretora do Departamento de Educação do Município. SANTOS, Osmário. Neide Mesquita: uma vida cheia de atividade. **Jornal da Cidade**, Aracaju, 8 fev. 1998. Seção Variedades, p.17. Acervo particular de Rosemeire Siqueira de Santana.

²⁹ Foi Bispo Auxiliar de Aracaju até maio de 1965. DELGADO, Normando Pignataro. Dom Nivaldo Monte, Administrador Apostólico de Natal. Arquidiocese de Natal, Natal, abr, 2008. Seção História. Disponível em: <<http://www.arquidiocesedenatal.org.br/arquidiocese/domnivaldomonte.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

³⁰ Professora de Língua e Literatura do Colégio Atheneu Sergipense e do Colégio Tobias Barreto. Membro do Conselho Estadual de Educação, Membro da Academia Sergipana de Letras e Secretaria Municipal de Cultura. BARRETO, Luis A. **Ofenísia Soares Freire**: A mestra de todos nós. Infonet, Aracaju, set. 2004. Seção Blogs. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

³¹ Ex-Secretária da Educação e Cultura do Estado de Sergipe. Disponível em: <<http://www.seed.se.gov.br>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

de 1º e 2º graus, observadas a legislação em vigor” (Lei Orgânica n. 1.183 de 1973 do Estado de Sergipe).

Em 23 de maio de 1974, o Conselho Estadual de Educação de Sergipe tem seu Regimento aprovado em que define se, entre várias questões, sua estrutura e seu funcionamento, no artigo 6º do capítulo III define os órgãos que compõem o Conselho, sendo: Plenário, Presidência, Câmaras e Comissões, Secretaria Geral e Assessoria Técnica.

A secção III se refere às subdivisões das Câmaras:

- I- Câmara de Ensino de Primeiro Grau;
- II- Câmara de Ensino de Segundo Grau;
- III- Câmara de Ensino Supletivo e de Educação Moral e Cívica;
- IV- Câmara de Planejamento, Legislação e Normas.

A Lei previa a presença da EMC em todos os níveis de ensino, e as resoluções no Estado de Sergipe mostram claramente esta preocupação na Resolução nº 35/79 que dispõe sobre a realização de exames supletivos, estando a cargo do Atheneu Sergipense a elaboração, a aplicação e a correção das provas.

Art. 1º Os exames supletivos serão realizados de acordo com o que estabelece a secção II da Resolução nº 14/73 de 25.06.1973 do Conselho Estadual de Educação, exceto no que se conflitar com estas Normas.

Art. 2º Ficará a cargo do Colégio Estadual Atheneu Sergipense a realização dos exames supletivos até 31.12.1974, competindo-lhe a elaboração, aplicação e correção das provas, em Aracaju e nos municípios de Itabaiana, Estância e Propriá.

§ 3º O Colégio Estadual Atheneu Sergipense, ouvida a CODEX, expedirá o Edital para instrução aos candidatos sobre os requisitos para a prestação de exames supletivos (Resolução nº 30/74 do CEE de Sergipe).

Também era de responsabilidade do Atheneu Sergipense conferir os atestados de aprovação e selecionar a Banca Examinadora das provas.

Art. 4º Ao candidato aprovado nos exames será conferido Atestado pelo Colégio Estadual Atheneu Sergipense, correspondente às áreas de estudo ou disciplinas vencidas, no qual deverão conter, além dos dados de praxe, as notas obtidas, a data de prestação dos exames, a citação dos dispositivos legais autorizativos dos mesmos e as observações necessárias.

Art. 8º A escolha das Bancas Examinadoras, homologadas pela CODEX, será de iniciativa do Colégio Estadual Atheneu Sergipense.

Art. 9º §2º Na hipótese da necessidade de professores em maior número que o lotado no Colégio Estadual Atheneu Sergipense poderá ser solicitado a SEC indicação de professores da Rede Estadual (Resolução nº 30/74 do CEE de Sergipe).

No currículo estabelecido pelo Conselho Estadual de Educação estava presente em meio às demais Disciplinas Escolares a EMC.

Art. 4º O Currículo dos Cursos Supletivos abrangerá as matérias: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências, incluindo obrigatoriamente:

- a) Língua Portuguesa
- b) Geografia
- c) História
- d) Organização Social e Política do Brasil
- e) Educação Moral e Cívica
- f) Ciências Físicas e Biológicas
- g) Matemática (Resolução nº 30/74 do CEE de Sergipe).

A EMC, além de fazer parte do currículo obrigatório, também se tornará pública, através dos atos cívicos, exemplo disso, é a Resolução nº 09/76 que estabelece as instruções para a realização da Maratona Intelectual de EMC, esta em comemoração ao sesquicentenário da Independência do Brasil. No Atheneu Sergipense, há cadernetas com o registro de aulas com a referida comemoração e a participação na Maratona é registrada. Pode-se ver através do registro no Diário de Classe, de outubro de 1973, do professor José Alves dos Santos, que ministrava as aulas no 1º ano colegial, turma D, período noturno: “Maratona Intelectual de Moral e Cívica” ³²

Portanto, de modo geral, estudar as Leis, os Decretos e as Resoluções nos remetem a traços e características das expectativas e das ações para o ensino da Disciplina Escolar EMC, que apresenta o perfil de um saber escolar que estava sendo sedimentado após uma longa jornada de presença nos bancos escolares.

³² A presente Maratona ocorreu em outubro de 1973, conforme registro em Diário de Classe. Acervo: Arquivo Corrente do Atheneu Sergipense

**CAPÍTULO II- O ATHENEU SERGIPENSE E A DISCIPLINA EDUCAÇÃO MORAL
E CÍVICA: DO CURRÍCULO PRESCRITO AOS CONTEÚDOS ENSINADOS**

“Na prática, portanto, será necessário utilizar, num passo rítmico, completamente, a Prática Educativa de Educação Moral e Cívica como força plasmadora de comportamento e inspiradora de atitudes, e a Disciplina Educação Moral e Cívica, como fonte de enriquecimento intelectual e nacional.”

Dom Luciano Duarte

O presente capítulo estuda a configuração da Disciplina Escolar EMC no Atheneu Sergipense. Tem-se como objetivo trabalhar as seguintes questões: o histórico da instituição alvo da presente pesquisa, a disciplina EMC e a inserção de seus conteúdos na referida escola.

2.1 - O Atheneu Sergipense

Figura 1 - Colégio Atheneu Sergipense em 1940



Fonte: FREITAS, Itamar. A identidade do ensino secundário e a proposta da integração. Aracaju, 17 abril de 2007. Disponível em: <<http://itamarfo.blogspot.com>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

Criado no final do século XIX, o Atheneu Sergipense vinha preencher o anseio da sociedade sergipana em ter um estabelecimento de ensino público secundário. Uma instituição de ensino a qual traria a possibilidade de educação para os jovens de todo Sergipe sem que houvesse a necessidade de dirigir-se a outro estado. Em 1870, foi criado o Atheneu Sergipense que ofereceria dois cursos: o de Humanidades e o Normal.

De acordo com Alves (2005):

Uma singularidade do Atheneu Sergipense é a existência concomitante dos dois cursos: Humanidades e o Normal, idealizado por Manoel Luiz, defensor da necessidade de centralizar as aulas de humanidades e as do curso Normal

em um só “estabelecimento público de línguas e ciências preparatórias”, com professores lecionando ao mesmo tempo nos dois cursos, em horários estabelecidos para funcionarem as cadeiras e dias alternados (ALVES, 2005, p. 5).

O curso de Humanidades no Atheneu Sergipense tinha como finalidade oferecer aos jovens sergipanos o ensino secundário e a preparação para o acesso aos cursos superiores, que se dava por meio da admissão nos Exames Preparatórios.

Tinha, pois, o Atheneu Sergipense como finalidade do curso de Humanidades: proporcionar a instrução necessária para o acesso aos cursos superiores ministrando as cadeiras exigidas nos Exames Preparatórios, bem como formar indivíduos que pudessem desempenhar funções variadas na sociedade. Assumia, desse modo, não só o caráter propedêutico, mesmo porque, havia ainda, na mesma casa o curso normal, destinado à formação do quadro do magistério primário, iniciando a perspectiva de formação profissional do magistério Sergipano (ALVES, 2005, p. 68).

O curso de Humanidades apresentava caráter científico e literário e preparava os estudantes para que seguissem seus estudos superiores de maneira satisfatória, este curso tinha a duração de quatro anos. Já o curso Normal formava para o exercício da docência com duração de dois anos.

Segundo Alves (2005), o Atheneu Sergipense sofreu variadas denominações:

Atheneu Sergipense (1870), Lyceu Secundário de Sergipe (1881), Escola Normal de Dois Graus (1882), Atheneu Sergipense (1890), Atheneu Pedro II (1925), Atheneu Sergipense (1938), Colégio de Sergipe (1942), Colégio Estadual Atheneu de Sergipe (1943), Colégio Estadual Atheneu Sergipense (1970) e atualmente Centro de Excelência Colégio Atheneu Sergipense (desde 2003) (ALVES, 2005, p. 6).

Em 1970, período estudado nesta pesquisa, passou a ser denominado de Colégio Estadual Atheneu Sergipense. Percebe-se que, apesar de ter modificado de nomenclatura por diversas vezes, a instituição de estudo de nível secundário em Sergipe permaneceu formando e contribuindo para a formação intelectual deste Estado, tendo estabelecido um novo padrão pedagógico para a educação sergipana, sendo possível encontrar diferentes nomes de ex-alunos do Atheneu Sergipense nas esferas públicas e privadas não somente no estado, mas no país.

A preocupação e o zelo para com a educação no Atheneu Sergipense são visíveis. Foi possível perceber isso ao observar os diferentes tipos de registros da memória desta

escola, tais como: os documentos e os decretos, as cadernetas escolares, os livros didáticos utilizados e os artigos em jornais.

Apesar de o período estudado ser os anos da década de 70 do século XX, fez-se necessário perceber como a disciplina EMC era ministrada no Atheneu Sergipense em outros momentos para que se pudesse compreender a presença desses conteúdos no currículo.

Nas primeiras décadas do Atheneu Sergipense no curso de Humanidades, os conteúdos da disciplina apresentavam-se como Filosofia Racional e Moral tendo como professor Sancho Barros Pimentel e no curso Normal, em 1875, a cadeira era denominada de Moral e Religião.

Em 1892, percebe-se a presença da cadeira de Sociologia, Moral, Noções de Economia Política e Direito Pátrio. Observa-se que a presença de conteúdos ligados a educação moral, ora atrelado ao ensino religioso, ora ao ensino de Filosofia e de Sociologia.

Quanto à Cadeira de Sociologia, Moral, Noções de Economia Política e Direito Pátrio no Atheneu Sergipense é apresentado por Alves e Costa (2006) como finalidade para instauração da razão na busca da ordem social.

[...], a cadeira que se institui no Atheneu Sergipense no século XIX foi intitulada de “Sociologia, Moral, Noções de Economia Política e Direito Pátrio.” [...] os conteúdos dessas disciplinas voltam-se para a civilidade, a moralidade, o respeito, o político-social, as formas de governo, a importância da família e do Estado, além de muitas noções de direito, ou seja, pautam-se nas idéias da ciência positivista, principalmente na instauração da razão para a busca da ordem social (ALVES E COSTA, 2006, p. 35).

Com a Reforma Rocha Vaz, através do Decreto nº 940 de 02 de julho de 1926, em seu artigo 1º, o Atheneu Sergipense passa a equipara-se ao Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, assim:

Destinado a ministrar a instrução de humanidades indispensável no exame vestibular nos estabelecimentos de ensino superior e, também, a conferir diploma de Bacharel em Ciências e Letras, nos termos da lei vigente. (Art. 1º)

Segundo Thétis Nunes:

As determinações da Reforma Rocha Vaz, na equiparação do Colégio Pedro II aos estabelecimentos oficiais de ensino secundário, condicionam, que se tornou seu paradigma, passando, a partir de 1927, a adotar os mesmos livros.

Dessa época até a promulgação da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, denominada Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, seguiu todas as alterações que há, na estrutura, nos currículos e nos programas alterasse aquele estabelecimento. Assim, o objetivo do Atheneu passava a ser, além “de ministrar a instrução de humanidades indispensável ao exame vestibular ao estabelecimento de ensino superior, e também, a conferir o diploma de Bacharel em Ciências e Letras, nos termos da lei vigente” (NUNES, 1984, p. 248).

Para Chervel:

Se é verdade que a sociedade impõe sua finalidade, estando a cargo dessa última buscar naquela apoio para criar suas próprias disciplinas, há toda razão em pensar que é ao redor dessas finalidades que se elaboram políticas educacionais, os programas e os planos de estudo, e que se realizam a construção e a transformação histórica da escola (CHERVEL, 1990, p. 219).

A partir de dados apresentados na pesquisa de Alves e Costa (2006) a respeito da cadeira de Moral, Educação Cívica e Noções de Direito nos estudos secundários, foi possível observar que o programa era direcionado para a formação racional do cidadão.

As disciplinas curriculares apresentadas no Atheneu Sergipense seguiam o mesmo modelo adotado no colégio Pedro II. No Quadro 1 é possível visualizar as disciplinas curriculares de acordo com as séries no Colégio Estadual Atheneu Sergipense.

Quadro 1 - Disciplinas Curriculares apresentadas no Atheneu Sergipense

1º Anno	2º Anno	3º Anno	4º Anno	5º Anno	6º Anno
Portuguez, Aritmethica, Geographia Geral, Inglez, Francez, Instrucção moral e cívica e Desenho.	Portuguez, Aritmethica, Geographia, História Universal, Francez, Inglez ou Allemão, Latim e Desenho	Portuguez, Historia Universal, Francez, Inglez ou Allemão, Latim, Algebra e Desenho.	Portuguez, Latim, Geometria, Trigonometria, História do Brasil, Physica, Chimica, Historia Natural e Desenho.	Portuguez, Latim, Cosmographia Physica, Chimica, Historia Natural, Philosophia e Desenho	Literatura brasileira, Literatura das linguas latinas, Philosophia e Sociologia

Fonte: Reforma Rocha Vaz. Decreto nº 16.782 de 13 de janeiro de 1925. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislação/publicações/república>>.

A partir de 1930 há uma redefinição das disciplinas ministradas na instituição. Essa redefinição deu-se pela exclusão da Instrução Moral e Cívica e Ciência Física, e o Alemão deixou de ser facultativo, estando organizado da maneira apresentada. Os conteúdos de EMC eram ministrados enquanto práticas escolares e diluídos em outras disciplinas.

Alguns conceitos e conteúdos da Educação Moral e da Educação Cívica já estavam presentes de alguma forma em outras disciplinas, como em:

- História, com a presença de estudo de datas e comemorações cívicas, os vultos e grandes personagens brasileiros;
- Na Geografia, em questões como território, agropecuária, indústria, comércio, defesa do território, solo e aspectos populacionais;
- Em Religião, com aspectos que dizem respeito à espiritualidade, existência de Deus, o valor do homem e a família;
- Na Sociologia, com a abordagem do bem comum, cidadão, trabalho, direito, e deveres, política, comunidade e eleição;
- Na Filosofia, com conteúdos a respeito da ética, valores, cidadania, direito e deveres;
- No Canto Orfeônico, com a presença dos Hinos que faziam parte das festividades cívicas como o da Independência, o da Bandeira e outras datas comemorativas;
- E na Educação Física, com a disciplina do corpo.

Porém, a preocupação com a formação do indivíduo e como ele deveria entender o Estado Brasileiro é que sofre alteração mediante as abordagens, cabendo ao historiador das disciplinas escolares manter o olhar atento não apenas às nomenclaturas, mas aos conteúdos:

O corolário da solidariedade didática é a ambigüidade de algumas rubricas, da qual se pode questionar se, por trás de uma denominação única, elas não escondem duas ou três disciplinas distintas. Sobre este ponto, a evolução da terminologia é por vezes esclarecedora (CHERVEL, 1990, p. 215).

Em 1969, a EMC se constitui como disciplina escolar, no contexto da Ditadura Militar sem o aparato de uma ciência de referência. A partir da década de 1970 do século XX, a disciplina vai ganhando corpo, definindo os conteúdos a serem ministrados, as séries que deveriam ser ensinadas, os professores capazes para ministrá-la.

No Atheneu Sergipense, nos anos de 1971, 1972 e 1973, a EMC esteve presente em todas as séries e níveis de ensino. A partir de 1974, começa-se a utilizar a nomenclatura de

primeiro e segundo graus, e a EMC tornava-se disciplina obrigatória, ministrada na 5ª e 6ª séries do primeiro grau e no 1º ano de segundo grau.

2.2 - Do Currículo prescrito

A responsabilidade da organização do Currículo, da aprovação e publicação dos livros didáticos de EMC era da CNMC. A referida prescrevia a estruturação dos conteúdos e fiscalizava sua aplicação.

A política de distribuição dos livros didáticos estabelecida na Lei nº 5.692/71, coordenada pelo Instituto Nacional do Livro (INL) influenciou diretamente na escolha dos conteúdos ministrados, visto que os professores teriam nos livros didáticos um guia a ser seguido.

No primeiro momento, o Programa Nacional Básico de Ensino estava dividido para três níveis: ensino primário, ensino secundário e ensino superior. No entanto, o alicerce para a construção da grade curricular de todas as modalidades de ensino era a moral cristã e o civismo, derramando-se de “amor pela Pátria”.

No ensino primário, as questões abordadas eram referentes às obrigações do homem com Deus, os valores morais que deveriam reger a sociedade, a importância da família na transmissão desses valores, vistos como alicerce para uma sociedade harmônica, o reforço na legitimidade de se ter leis e um governo que as fizesse cumprir, dentre outras questões enfatizadas pelo currículo.³³

O CFE tinha o poder de promover as reformas do Estado, legitimando sua atuação, que se dava

por meio de Pareceres e Indicações que, posteriormente aprovados no próprio Conselho, criam uma racionalidade formal, normatizam e procuram estabelecer as regras do comportamento social, neste caso, na área da Educação (MARTINS, 2002, p.62).

Assim como o CFE, a CNMC foi criada como órgão normativo pelo poder executivo e seus membros eram escolhidos sem a participação popular. Estabelecia-se mais um mecanismo de burocratização do Estado, com cargos de nomeação.

³³ A Disciplina EMC foi implantada em 1969, momento em que se denominava a educação escolar da seguinte forma: Ensino Primário, Ensino Secundário e Ensino Colegial. Com a Reforma nº 5.692/71 a educação escolar passou a ser denominada 1º grau e 2º graus.

Por meio do Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro 1969, que determinou a obrigatoriedade da EMC como disciplina e prática educativa nas escolas de todos os graus e modalidades de ensino do país, foi criada no Ministério de Educação e Cultura, a CNMC, subordinada diretamente ao Ministro da Educação. A comissão era integrada por nove membros brasileiros, que seriam nomeados pelo Presidente da República. A comissão seria composta por pessoas “dedicadas à causa da Educação Moral e Cívica, de ilibado caráter e valor cultural, e de acordo com a orientação dos dispositivos do Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969” (Decreto nº 68.065/71).

Conforme Filgueiras (2006), a partir de 1970, a CNMC iniciava a divisão do espaço com o CFE, em relação à EMC. A primeira grande atuação da comissão foi a elaboração dos “subsídios para os Currículos e os Programas Básicos de Educação Moral e Cívica”.

Em 4 de fevereiro de 1971, a Comissão Especial para Educação Moral e Cívica do CFE, apresentou o parecer nº 4, que fixou os currículos e os programas de EMC em todos os níveis de ensino do país em substituição aos subsídios de 1970 do CNMC. No entanto, não apresentou grandes distinções em relação ao elaborado pelo CNMC.

A CNMC desempenhou papel central também ao estabelecer os subsídios para Currículos e Programas Básicos de Educação Moral e Cívica em 1970, principalmente porque esses subsídios serviram de base para muitos livros didáticos, mesmo com o parecer nº 94/71 do CFE, que fixava novos currículos.

Ao analisar a matriz curricular da disciplina EMC, foram elaborados: o Quadro II correspondente às diretrizes do Ensino Primário; o Quadro III referente ao Ensino Secundário e o Quadro IV alusivo ao Ensino Superior. Esses indicam os conteúdos que deveriam ser desenvolvidos pelo docente a fim de contemplar o propósito de formação do homem dentro dos padrões estabelecidos.

Desde o Ensino Primário, a criança seria preparada para viver em comunidade, aprendendo a conviver na sociedade de forma harmônica, solidária e cooperativa. Os conteúdos vistos apontavam para a obediência e a preparação para a construção do coletivo, do bem público e comum.

No quadro seguinte observa-se a matriz curricular da EMC para o ensino primário:

Quadro 2 - Sobre a matriz curricular da Disciplina Escolar Educação Moral e Cívica no ano de 1970 – Ensino Primário

ENSINO PRIMÁRIO
I - Deveres do ser humano com Deus e o próximo. - Necessidade de uma Religião para situar o homem no Universo e para o estabelecimento de uma correta escala de valores. - O valor da Oração como contato, entre a criatura e o criador. - Espírito e matéria. O princípio da identidade do ser humano, apesar da mutabilidade física. - Hierarquia de valores. Valores permanentes e valores transitórios. A construção de uma escala de valores como uma das melhores conquistas do homem. - As tradições religiosas da Nação brasileira, na herança dos seus três grupos éticos.
II - A formação do caráter – estabelecimento de princípios e fortalecimento da vontade. - O civismo como caráter, patriotismo e ação. - O homem moral e o homem físico. As virtudes morais e cívicas. - O valor da renúncia na construção civilização.
III - A família como instituição. Os valores permanentes que permitem sua existência: amor e renúncia. - O papel da família na formação do caráter - A dignidade da criatura humana; o respeito e obediência aos pais e mestres; o respeito aos colegas; a boa vizinhança. - Autoridade na família e na escola. - Ordem e higiene
IV - O sentido de comunidade. A interdependência no Lar, na escola e no ambiente comunitário. - O trabalho como fator necessário à estruturação da dignidade humana e á construção do bem comum. - Vantagens morais e cívicas da solidariedade e cooperação. - O papel da escola na comunidade. - Contribuição, individual e coletiva, para a felicidade pessoal e para o progresso da comunidade.
V - Relação entre comunidades. Comunidade urbana. - Necessidade de leis. Necessidade de governo. - Pátria, comunidade nacional – ambiente físico, história, problemas, ideias e anseios. - Símbolos da Pátria. Tradições. Episódios de grandes vultos da história brasileira. Valores criados pelos Heróis brasileiros. - Conjuntura e anseios nacionais. Causas, interligações, soluções. - Noções preliminares da organização sócio-político-econômica do país.
VI - Responsabilidade do cidadão pela defesa da propriedade pública. - O bem comum. - Responsabilidade do brasileiro para com a Segurança Nacional. - Direitos e deveres do cidadão. - O trabalho como um direito do homem e um dever social. - Dever do cidadão de trabalhar para o desenvolvimento páio e participar da solução dos problemas ao seu alcance. - Características de um sistema democrático de governo; fundo e forma.
VII - Deveres e direitos fundamentais do Homem.

Fonte: Conselho Nacional de Educação. Prescrições Sobre Currículos e Programas Básicos. 1970, p.14-32.

Constata-se que a matriz curricular da disciplina para o ensino primário desempenhava um papel fundamental na formação do brasileiro cívico, social e disciplinado,

visto que em seu currículo os conteúdos enfatizavam e propunham a desenvolver aspectos de formação moral, de obediência, de respeito à família, a religião e ao estado, para isso, era preciso se reconhecer enquanto brasileiro disposto a mudar os rumos do país reconhecendo seus direitos e deveres.

O Quadro III apresenta a matriz curricular do Ensino Secundário, como pode ser observado, cabia ao currículo a exaltação da pátria, da nacionalidade, dos símbolos nacionais e da constituição. O amor a pátria deveria se configurar como prioridade entre os cidadãos.

Quadro 3 - Sobre a matriz curricular da Disciplina Escolar Educação Moral e Cívica no ano de 1970 - Ensino Secundário

ENSINO SECUNDÁRIO
I - A harmonia do Universo. Deus e o mundo. - Conceito de Homem – Espírito e matéria. - Conceito de Religião – religião da criatura ao criador. Respeito a todas as formas de religião, como diferentes caminhos. O significado da oração. - Religiosidade, dignidade da criatura humana, direito à liberdade. - A Religião como base da Moral. - Liberdade com responsabilidade. Liberdade com Deus.
II - O caráter. Sentido moral: firmeza de convicções e fortaleza de vontade. A formação do caráter. - O homem moral e o homem cívico. O bom cidadão. - Noções de Axiologia. Valores subjetivos e valores objetivos; permanentes e efêmeros. Escala de hierarquia de valores. - Virtudes morais e virtudes cívicas. O hábito. - Deveres e direitos morais; direito e deveres cívicos
III - Elementos básicos de nacionalidade. - A terra; características e peculiaridades de ordem econômica e social. - O homem. Os grupos éticos formadores. - As instituições, caracterizadas por valores permanentes. Família, Igrejas, Forças Armadas, Estado. Instituições culturais.
IV - A constituição do Brasil. Suas bases filosóficas-ateístas, aconfessionais. Consequências na Educação. - Características jurídicas. OS três poderes. - Segurança Nacional. Forças Armadas. Direitos e garantias individuais. - A ordem econômica e social. O trabalho e a propriedade, pressupostos jurídicos do desenvolvimento Nacional. - A família, a educação e a cultura. - A democracia brasileira, como filosofia e estilo de vida e como regime político.
V - A Pátria Brasileira: ideais características físicas e históricas. Vultos nacionais. Valores criados que inspiram a ação construtiva. - Os símbolos Nacionais; conhecimento e uso. - O Voto e o serviço Militar. - O civismo como caráter, patriotismo e ação.
VI - Síntese da organização sócio-política-econômica do Brasil.

- Principais problemas brasileiros e da comunidade. Possibilidades de participação do educando. - Relação entre pessoa, família e comunidade.
VII - O Brasil e o mundo. Integração no mundo ocidental. Relações internacionais. - Noções das principais estruturas sociais e contemporâneas. A democracia espiritualista; e o comunismo ateu. - A necessidade de a democracia alicerçar-se em valores espirituais e morais, para o uso da liberdade responsável.

Fonte: Conselho Nacional de Educação. Prescrições Sobre Currículos e Programas Básicos. 1970, p.14-32.

A matriz curricular do ensino secundário estava dividida em sete partes, englobando em cada um, aspectos considerados essenciais para a formação do indivíduo. O programa do ensino primário girava em torno de diversas questões ligadas a religião, a família, a comunidade, ao caráter, ao estado, a comunidade, a segurança, a disciplina, aos direitos e deveres do cidadão. A diretriz religiosa era apresentada como elemento importante para o direcionamento da formação humana pautada nos valores, no respeito e na obediência aos ensinamentos divinos. A religião era um complemento aos outros setores sociais, indispensável na formação do homem.

Na primeira parte, a questão religiosa novamente aparece como ponto crucial para a formação moral do indivíduo, há o destaque para os conceitos de homem e religião, bem como para o princípio de liberdade pautada nas diretrizes divina. Na segunda parte, percebe-se que a formação do caráter, dos valores, das virtudes, dos hábitos, da moral; assim como o reconhecimento dos direitos e deveres cívicos contribuiriam para a formação do bom cidadão.

No entanto, para que a escola conseguisse formar o homem bom, respeitador da ordem, ela deveria se reconhecer enquanto grupo formador e pertencente às instituições como: a família, a igreja, as forças armadas, ao estado. Esses destaques dados pela terceira parte evidenciam a importância dada pelo currículo do ensino secundário às instituições como: órgãos difusores e conservadores dos valores da sociedade.

É percebido na quarta parte, que para o ensino secundário, a formação da nação e os males provocados por princípios destoantes do discurso religioso provocavam mazelas no processo educacional. Nesta parte, verifica-se uma abordagem mais enfática aos poderes políticos, a questão da segurança nacional e a democracia. Faz-se menção a esfera econômica e social como forma de desenvolvimento do Brasil.

Na quinta parte, os grandes heróis são destacados como forma de dar exemplo aos jovens, despertando para o amor a nação brasileira e o respeito aos símbolos nacionais. Este se diferencia do Ensino Primário por abordar o voto e o serviço militar. Enfatiza o civismo, o patriotismo e a ação.

Nas partes seis e sete percebe-se a preocupação em evidenciar o nacional e associá-lo ao mundo ocidental, destacando-se a organização social, política e econômica, e inserindo o aluno como ser participativo nos problemas da nação fazendo-o sentir-se parte do processo de estruturação da pátria. Os princípios democráticos alicerçados em valores espirituais e morais em contradição as noções espiritualistas e ao comunismo ateu.

No nível de ensino superior, fazia-se necessário prescrever as bases filosóficas que regiam a sociedade brasileira na ordem e no progresso e dispor sobre a segurança nacional e a defesa territorial diante da subversão e do terrorismo. No quadro a seguir, a matriz curricular do ensino superior é apresentada.

Quadro 4 - Sobre a matriz curricular da Disciplina Escolar Educação Moral e Cívica no ano de 1970 - Ensino Superior

ENSINO SUPERIOR
I – Introdução doutrinária: - O Bem-estar do brasileiro e da Nação. Política Nacional e poder Nacional. - Desenvolvimento integral e Segurança Nacional. - Elementos básicos da Nacionalidade: terra, o homem e as instituições. - Aspirações dos brasileiros e interesses nacionais. A Constituição; bases filosóficas e consequências.
II- Campo psicossocial: - A Constituição; bases filosóficas e consequências. Implicações na educação. - AS tradições Nacionais. Valores permanentes e transitórios. - Visão da sociedade brasileira e inter-relação dos aspectos psicossociais, econômicos e políticos. - Comportamento social; peculiaridades urbanas e rurais. - Justiça social. - O espírito religioso no complexo cultural brasileiro. - Constituição dos grupos étnicos formadores, no folclore brasileiro. - O problema educacional brasileiro qualitativo e quantitativo. - A importância do campo psicossocial na Guerra Revolucionária. - A propaganda e a contrapropaganda. - Aspectos demográficos; o incremento populacional. - Visão global da cultura brasileira.
III- Campo político: - A formação política nacional. - Deveres e direitos do Cidadão. Constituição, ONU e OEA. - A representação popular; processo eleitoral. - A estrutura política, judiciária, administrativa e das informações no Brasil. - Características da política externa. - O Brasil na América do sul, na América, no ocidente e no Mundo. - As estruturas sociais contemporâneas. - O movimento Comunista Internacional. As frentes internacionais comunistas. Operações contra a subversão. - O terrorismo e suas origens. - Defesa Civil e Proteção comunitária.
IV- Campo econômico. - A economia brasileira. - A indústria brasileira. - A agropecuária brasileira.

- O comércio brasileiro. - A política financeira e fiscal. - Os transportes. - O problema energético. - As regiões brasileiras; desequilíbrio sócio- econômico . - Riquezas nacionais: Solo, subsolo e fundo do mar.
V- Campo técnico-científico. - A ciência e a tecnologia no desenvolvimento integral. - Teoria do planejamento. - Métodos de Análise. - Análise de sistemas e pesquisa operacionais. - A situação da ciência e da pesquisa no Brasil. - Necessidade de know-how, no processo do desenvolvimento integral. Aspectos educacionais.
VI- Campo militar - As Forças Armadas. O EMFA. - A segurança Nacional. A Segurança Nacional externa. - O serviço Militar. - Mobilização e Informação. - Defesa territorial. - Aspecto de guerra contemporânea. A Guerra Revolucionaria.

Fonte: Conselho Nacional de Educação. Prescrições Sobre Currículos e Programas Básicos. 1970, p.14-32.

Percebe-se que ela está dividida em seis partes, sendo, diferente das duas anteriores, cada uma das partes apresentando um título particular. Ei-los: Introdução doutrinária; Campo psicossocial; Campo político; Campo econômico; Campo técnico-científico; Campo militar.

A estruturação da matriz curricular para o ensino superior deixa evidente a necessidade de formação completa do individuo capaz de reconhecer vários setores tomando consciência de sua função social. Para isso, o cidadão precisava compreender a formação de sua nação, se reconhecendo enquanto brasileiro cumpridor de seus deveres e cientes de seus direitos.

Conhecer a nação em seus amplos e complexos direcionamentos: econômico, social, cultural, político, científico, militar era fundamental para despertar o sentido de nacionalidade, de patriotismo e defesa da pátria. Em meio as temáticas visualizadas no programa é também perceptível a abordagem religiosa e educacional.

Observa-se, nos quadros expostos da estrutura curricular, que o CNMC organizou de forma sistêmica a disposição dos conteúdos a serem trabalhados em todos os níveis de ensino. A preocupação com a moral e a ordem cívica é visível.

Os conteúdos a serem ministrados buscam transmitir para os alunos a co-responsabilidade para com a defesa e bem-estar da “Pátria Amada Brasil”. Outra questão é a necessidade de afirmar que o país é democrático. A igualdade, o respeito e a tolerância não

são características vigentes naquele momento, pois, sabe-se que historicamente o período de vigência da referida lei, a liberdade era constantemente vigiada.

A EMC ensinaria aos alunos a viverem com responsabilidade o regime político democrático. O verdadeiro cidadão brasileiro apoiaria e propagaria o governo vigente. O cidadão “consciente de seus deveres com a Pátria seria o principal fiscal para que se mantivesse a ordem do país. Portanto, para que isso acontecesse, a EMC como disciplina nas escolas era imprescindível. A ela caberia valorizar e fortalecer as instituições parceiras de um Estado autoritário, como: a Igreja, a Família e as Forças Armadas.

2.3 - Os conteúdos ensinados de Educação Moral e Cívica no Atheneu Sergipense a partir de Cadernetas de Classe

Observa-se que a disciplina EMC presente no Atheneu Sergipense nos anos de 1970 a partir das cadernetas escolares e compreende-se que o que dava vida à disciplina era o professor.

Figura 2: Caderneta de Aula da disciplina Educação Moral e Cívica da Professora Maria Célia Batalha, ano de 1971



Acervo: Arquivo Corrente do Colégio Atheneu Sergipense.

Bittencourt (2005) afirma que o professor tem papel fundamental na constituição das disciplinas, transforma o conteúdo exposto em saber apreendido.

Conteúdos, métodos e avaliação constroem-se nesse cotidiano e nas relações entre professores e alunos. Efetivamente, no ofício do professor um saber específico é constituído e a ação docente não se identifica apenas com a de um técnico ou de um “reprodutor” de um saber produzido externamente (BITTENCOURT, 2005, p. 51).

O professor constrói a aula, define e determina o conteúdo a ser ensinado, para Goodson (1998) é a ação do professor que transforma o currículo preativo em conhecimento escolar.

Com a finalidade de identificar os conteúdos do ensino de EMC na instituição na década de 70 do século XX, utilizou-se como fonte os registros nas cadernetas de aula, localizadas no arquivo do Atheneu Sergipense.

Figura 3: Folha do comparecimento do professor Clodoaldo Andrade, ano de 1971

FOLHA DE COMPARECIMENTO
Mês de Abril de 19 71
Materia Ed. Moral e Cívica Professor Clodoaldo Andrade

Dias do Mês	ASSINATURA DO PROFESSOR	ASSUNTO DA LIÇÃO
1		
2		
3		
4	Clodoaldo Andrade	A Pessoa humana e caráter e personalidade.
5	Clodoaldo Andrade	Atitudes e comportamentos.
6		
7	Clodoaldo Andrade	FÉRIAS -
8	Clodoaldo Andrade	Exemplos de dia do Pai.
9		
10		
11	Clodoaldo Andrade	A Liberdade - A
12	Clodoaldo Andrade	origem do livro escrito A LEI E A LIBERDADE OS DIREITOS DO HOMEM.
13		
14		
15		
16	Clodoaldo Andrade	Reflexões sobre o Direito de Casar
17	Clodoaldo Andrade	A importância das instituições da vida.
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		
31		
Total		

FOLHA DE COMPARECIMENTO
Mês de Setembro de 19 71
Materia Ed. Moral e Cívica Professor Clodoaldo Andrade

Dias do Mês	ASSINATURA DO PROFESSOR	ASSUNTO DA LIÇÃO
1		O professor não compareceu
2	Clodoaldo Andrade	Perfil dos estudantes.
3		
4	Clodoaldo Andrade	A constituição dos brasileiros.
5	Clodoaldo Andrade	Teste.
6		
7		
8	Clodoaldo Andrade	Exercícios de teste e algumas questões.
9	Clodoaldo Andrade	Exercícios de teste e algumas questões.
10		
11		
12		
13		
14	Clodoaldo Andrade	Exercícios de teste e algumas questões.
15	Clodoaldo Andrade	Exercícios de teste e algumas questões.
16	Clodoaldo Andrade	Exercícios de teste e algumas questões.
17	Clodoaldo Andrade	Exercícios de teste e algumas questões.
18	Clodoaldo Andrade	Exercícios de teste e algumas questões.
19	Clodoaldo Andrade	Exercícios de teste e algumas questões.
20	Clodoaldo Andrade	Exercícios de teste e algumas questões.
21	Clodoaldo Andrade	Exercícios de teste e algumas questões.
22	Clodoaldo Andrade	Exercícios de teste e algumas questões.
23	Clodoaldo Andrade	Exercícios de teste e algumas questões.
24	Clodoaldo Andrade	Exercícios de teste e algumas questões.
25	Clodoaldo Andrade	Exercícios de teste e algumas questões.
26	Clodoaldo Andrade	Exercícios de teste e algumas questões.
27	Clodoaldo Andrade	Exercícios de teste e algumas questões.
28	Clodoaldo Andrade	Exercícios de teste e algumas questões.
29	Clodoaldo Andrade	Exercícios de teste e algumas questões.
30	Clodoaldo Andrade	Exercícios de teste e algumas questões.
31		
Total		

Acervo: Arquivo Corrente do Atheneu Sergipense.

As reformas implantadas com as leis nº 4.024 de 1961 e nº 5.692 de 1971, foram responsáveis por alterações no sistema educacional, modificaram a estrutura da educação básica no Brasil. A EMC afirmada como disciplina escolar durante esse período, proporciona na década de 1970 aos alunos do Colégio Atheneu Sergipense a apropriação dos conteúdos exigidos para a formação do “bom cidadão”.

Essa afirmativa é ratificada nos registros das cadernetas escolares em que se notam os diferentes registros de aula diversos trabalhos pedagógicos nos quais os conteúdos apresentados eram sempre direcionados à formação deste cidadão.

A leitura das cadernetas de aula para a pesquisa em História da Educação possibilita o conhecimento dos registros das aulas e não o cotidiano, apontando para os conteúdos ministrados e para as diferentes práticas pedagógicas presentes no campo escolar:

Dos diversos componentes de uma disciplina escolar, o primeiro na ordem cronológica, senão na ordem de importância, é a exposição pelo professor ou pelo manual de um conteúdo de conhecimento. É esse componente que chama prioritariamente a atenção, pois é ele que distingue de todas as modalidades não escolares de aprendizagem, as da família ou da sociedade (CHERVEL, 1990, p. 202).

A partir do estudo dessas cadernetas, foi possível conhecer além dos conteúdos ministrados, as práticas existentes em um ambiente escolar, tais como: avaliação, atividades, festas, gincanas e maratonas, leituras entre outras, enfim, elementos de uma cultura escolar.

Para a realização deste trabalho, foram consultadas cento e trinta e quatro cadernetas escolares entre os cursos ginásial e colegial do ano de 1970-1973. No período de 1974-1979, a nomenclatura passa a ser 1º e 2º graus. O enfoque dado à leitura dos conteúdos foi devido ao intuito de investigar os temas de EMC trabalhados no Atheneu Sergipense. Nessas cadernetas, localizam-se informações referentes a procedimentos metodológicos adotados pelos professores nos seus primeiros dias de aula, como: primeiro contato com o professor, apresentação da disciplina, apresentação do programa e verificação do nível da turma. Outro aspecto observado, nas primeiras semanas de aula, era a divisão da turma em grupo para a realização de trabalhos ou debates. O registro de divisão da turma em grupo e a apresentação de trabalhos estiveram presentes em dez cadernetas, o que sugere uma prática de debates, plenários ou seminários.

Encontram-se também dados referentes às práticas cívicas e festivas, como “Páscoa da escola”, “festa de comemoração do aniversário de Aracaju”, “Jogos da primavera”, “Jogos estudantis”, “Semana da árvore”, “Semana da Pátria”, “Dia do soldado”,

“Visita do Presidente da República”, “Visita ao 28º Batalhão de Caçadores (28º BC)”, “Desfile Cívico” e “Maratona de Educação Moral e Cívica”. Identificam-se também: “suspensão de aulas”, “o professor ficou doente”, “falecimento de funcionários da escola”, “faltou luz”, “os alunos não compareceram”, “feriado” e “ponto facultativo”.

As avaliações eram mensais e encontram-se registros de: “Recapitulação do conteúdo”, “revisão para o teste” “argüição”, “atividade de revisão”, “apresentação de trabalho”, “verificação de aprendizagem”, “prova parcial”, “prova final” e “recuperação”.

Nesses documentos também foram perceptíveis registros de assuntos trabalhados em sala de aula cuja predominância dos conteúdos giravam em torno das virtudes, das instituições e do homem.

Quadro 5 - Dos conteúdos da Disciplina Escolar Educação Moral e Cívica no Atheneu Sergipense

Virtudes	Instituições	O homem	O homem: matéria e espírito
Caráter; Atos humanos; Trabalho; Religião; Nação; Estado.	Igreja; Justiça; Forças armadas; Trabalho; Impostos; Constituição; Direitos e deveres; Família e Sociedade; Valor moral.	O homem cívico; A formação do caráter; A religião; Cidadania e nacionalidade; Pátria; Defesa da pátria e do dia soldado; Serviço militar; As forças armadas; Comunidade; Símbolos nacionais; Proclamação da República; Segurança nacional; Datas cívicas.	Formação moral; A oração pela Pátria; Os hábitos e os valores; Páscoa; A religião: a base moral; A família; A sociedade brasileira e as instituições

Fonte: Quadro elaborado a partir da análise das cadernetas escolares (1970-1979).

Nota-se, conforme registros, que, na escola, a disposição do conteúdo durante os anos da década de 70 do século XX variavam na ordem da sua disposição, tendo o professor a escolha para apresentar os conteúdos e o favorecimento das temáticas. O docente seguia a mesma sequência de conteúdos e atividades de todas as turmas que ministrava aula.

O trabalho dos professores apresenta-se, predominantemente focalizado na apreensão dos conteúdos ministrados. Averigua-se que a sistemática de ensino adotada pelos professores do Atheneu Sergipense durante a década de 1970 priorizava uma abordagem

metodológica de verificação da aprendizagem, tendo em vista os registros constantes de atividades relativas à fixação de conteúdos.

Figura 4: Folha do comparecimento do professor Vilder Santos, ano de 1971

FOLHA DE COMPARECIMENTO		
Mês de <u>Setembro</u>		de 1971
Materia	Professor <u>VILDER SANTOS</u>	
Dias do Mês	ASSINATURA DO PROFESSOR	ASSUNTO DA LIÇÃO
1		
2	<u>Vilder Santos</u>	<u>Origem de "Setembras"</u>
3		<u>Plano de Homenagem Fontes de</u>
4		<u>Visão de transportes ligados a e-</u>
5		<u>feito para um aluno</u>
6	<u>Vilder Santos</u>	<u>Não houve aula, morte de</u>
7		<u>Francisco Xavier</u>
8		
9	<u>Vilder Santos</u>	<u>Verificação da aprendi-</u>
10		<u>zagem 1ª a 2ª Turmas (afgã)</u>
11		
12	<u>Vilder Santos</u>	
13		<u>Verificação da aprendi-</u>
14		<u>zagem 3ª a 2ª Turmas (afgã)</u>
15		
16	<u>Vilder Santos</u>	<u>Atuação de Carlos Gomes</u>
17		<u>Embora de testes e exam-</u>
18		<u>taxio</u>
19		
20	<u>Vilder Santos</u>	<u>Sobre a guerra do Paraguai</u>
21		<u>Nacido e 1970</u>
22		
23	<u>Vilder Santos</u>	<u>Estado soberano e Estado</u>
24		<u>membrado</u>
25		
26		
27	<u>O professor não compareceu</u>	
28		
29		
30	<u>Vilder Santos</u>	
31		<u>Verificação da aprendizagem</u>
Total		<u>31 a 1ª Turma (Setembras)</u>

Arquivo Corrente do Atheneu Sergipense.

Entende-se que é na aula que o conteúdo ganha vida e gera saber. Divide-se a relação dos conteúdos em três ciclos: Civismo, Estado e Moral.

O primeiro eixo diz respeito ao Civismo. Esse eixo apresenta-se relacionado ao homem e à sua prática de cidadão brasileiro, os conteúdos de cidadania, patriotismo e nacionalismo. Nas cadernetas escolares, verificam-se registros relativos a esses conteúdos.

Figura 5: Folha do comparecimento do professor Vilder Santos, ano de 1971

FOLHA DE COMPARECIMENTO		
Mês de <u>Ago</u>		de 19 <u>71</u>
Materia	Professor <u>VILDER SANTOS</u>	
Dias do mês	ASSINATURA DO PROFESSOR	ASSUNTO DA LIÇÃO
1		
2		
3	<u>A aula foi antecipada para o dia 3, às 9 horas</u>	
4		
5	<u>Vilder Santos</u>	<u>Alusão a Osvaldo Cruz e His-</u>
6		<u>tórico do Hino Nacional</u>
7	<u>Vilder Santos</u>	<u>Significado de pulso e a-</u>
8		<u>genda. Entrega de provas</u>
9		
10		
11		
12	<u>Vilder Santos</u>	<u>Alusão a Castro Alves e</u>
13		<u>Razão do "Dia do Estudante"</u>
14	<u>Vilder Santos</u>	<u>Histórico do Hino Nacional conti-</u>
15		<u>nuação</u>
16		
17		
18		
19	<u>Vilder Santos</u>	<u>Presença ao início da sema-</u>
20		<u>na do Exército</u>
21	<u>Vilder Santos</u>	<u>A Família: início</u>
22		
23		
24		
25		
26	<u>Vilder Santos</u>	<u>Alusão a Juremir de</u>
27		<u>Bessa</u>
28	<u>O professor não compareceu</u>	<u>Presença ao Encontro Re-</u>
29		<u>gional de Professores</u>
30		
31		
Total		

Acervo: Arquivo Corrente do Atheneu Sergipense.

São temas recorrentes o “sentimento pátrio”, o “nacionalismo”, os “deveres”, a “cidadania”, os “símbolos nacionais”, a “Bandeira”, o “Hino Nacional”, as “armas e selos nacionais”, o “voto”, as “formas de governo”, a “Independência do Brasil”, os “vultos cívico”, as “biografias” de figuras históricas como “Duque de Caxias”, “Olavo Bilac”, “Santos Dumont”, “Luís Alves de Lima Silva”, “Anita Garibaldi”, “Hermes Fontes”, entre

outros. Na Figura anterior nomes como “Castro Alves”, “Gumercindo Bersa” e “Osvaldo Cruz” são apresentados e na Figura seguinte consta como assunto da lição a alusão a Carlos Gomes, o mais importante compositor de ópera no Brasil.

Figura 6: Folha do comparecimento do professor Vilder Santos, ano de 1971

FOLHA DE COMPARECIMENTO		
	Mês de <u>Setembro</u>	de 1971
Materia <u>EM e Cívica</u>	Professor <u>VILDER SANTOS</u>	
Dias do Mês	ASSINATURA DO PROFESSOR	ASSUNTO DA LIÇÃO
1		
2	<u>Vilder Santos</u>	<u>Origem de setembro</u>
3		<u>A família combinada</u>
4	<u>Vilder Santos</u>	<u>Não honre aula: deixar</u>
5		<u>so p/ os alunos pelo desfile</u>
6		
7		
8		
9	<u>Vilder Santos</u>	<u>Verificação da aprendi-</u>
10		<u>zação p/ a 1ª turma - afli</u>
11	<u>Vilder Santos</u>	<u>Verificação da aprendi-</u>
12		<u>zação p/ a 2ª turma - afli</u>
13		
14		
15		
16	<u>Vilder Santos</u>	<u>Alusão a Carlos Gomes</u>
17		<u>Entrega dos textos e comentários</u>
18	<u>Vilder Santos</u>	<u>Teste p/ os 10 alunos presentes: matérias</u>
19		<u>avulsos nas respectivas turmas e</u>
20		<u>necessidade de recuperação</u>
21		
22		
23	<u>Vilder Santos</u>	<u>Passagem dos filhos p/ C/ 1ª</u>
24		<u>país e dos filhos p/ C/ 1ª turma</u>
25	<u>Vilder Santos</u>	<u>Nação e Cora</u>
26		
27		
28		
29		
30	<u>Vilder Santos</u>	<u>Estado solenemente - Estado</u>
31		<u>memórias</u>
Total		

Acervo: Arquivo Corrente do Atheneu Sergipense.

O segundo eixo refere-se ao Estado brasileiro. Esse eixo corresponde aos conteúdos ligados ao Estado, à Pátria e à Nação. A educação cívica implicava o conhecimento do Estado brasileiro sendo necessário levar ao conhecimento do aluno a organização política e administrativa do país. Apresentava-se a divisão do Brasil em União, Estado, Territórios,

Distrito Federal e os Municípios. Também eram ensinados a definição do regime político, a estrutura de funcionamento em República Federativa, democracia e os três poderes (legislativo, judiciário e executivo).

Figura 7: Folha do comparecimento do professor Vilder Santos, ano de 1972

FOLHA DE COMPARECIMENTO			FOLHA DE COMPARECIMENTO		
Mês de maio de 1972			Mês de junho de 1972		
Materia E Moral e Cívica Professor VILDER SANTOS			Materia E Moral e Cívica Professor VILDER SANTOS		
Dias do Mês	ASSINATURA DO PROFESSOR	ASSUNTO DA LIÇÃO	Dias do Mês	ASSINATURA DO PROFESSOR	ASSUNTO DA LIÇÃO
1			1		
2	O professor não compareceu		2	Vilder Santos	Os Três Poderes
3			3		
4			4		
5	Vilder Santos	Entrega dos textos e comentários	5		
6			6	Vilder Santos	Ainda sobre os Três Poderes. A harmonia entre eles
7			7		
8			8		
9			9	Vilder Santos	Proj. de Anchieta e A. político do Brasil
10			10		
11			11		
12	Vilder Santos	A Organização Política do Brasil	12		
13			13	Vilder Santos	As aulas foram suspensas. dia da APLB-IE
14			14		
15			15		
16	Vilder Santos	Símbolos das Unidades da Federação brasileira	16	Vilder Santos	O Serviço Público
17			17		
18			18		
19	Vilder Santos	Arquitetura	19		
20			20	Vilder Santos	Verificação da organização arquivística
21			21		
22			22		
23	O professor não compareceu		23	Vilder Santos	Ponto facultativo
24			24		
25			25		
26	Vilder Santos	Arquitetura	26		
27			27	Vilder Santos	Ponto facultativo
28			28		
29			29		
30	Vilder Santos	O Governo	30	Vilder Santos	Verificação da organização arquivística
31			31		
Total			Total		

Acervo: Arquivo Corrente do Atheneu Sergipense.

Referentes a esses conteúdos, identifica-se nas cadernetas do Atheneu Sergipense o seguinte: o “País”, o “Estado”, a “Nação e Estado”, o “Poder Legislativo”, o “Poder Executivo”, o “Poder Judiciário”, o “Estado de Sergipe”, a “democracia”, o “povo brasileiro”

entre outros temas. Na Figura anterior pode-se observar no assunto da lição, conteúdos como: “os três poderes”, o “Governo”, e a “Organização Política do Brasil”.

O terceiro eixo aborda as temáticas relacionadas à moral, como: a família e a religião. Essas foram as temáticas mais recorrentes, estando presentes em todas as cadernetas independente da série e grau de ensino.

Figura 8: Folha do comparecimento da professora Maria Célia Barreto Batalha, ano de 1971.

FOLHA DE COMPARECIMENTO		
	Mês de <u>Abril</u>	de 19 <u>71</u>
Materia <u>ED. MORAL</u>	Professor <u>Me. Batalha</u>	
Dias do Mês	ASSINATURA DO PROFESSOR	ASSUNTO DA LIÇÃO
1		
2	<u>A família S/ evolução</u>	<u>Me. Batalha</u>
3		
4		
5	<u>A família moderna</u>	<u>Me. Batalha</u>
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12	<u>Teste de avaliação</u>	<u>Me. Batalha</u>
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19	O professor não compareceu	
20	O professor não compareceu	
21		
22		
23	<u>Maria Izabel Lopes</u>	<u>Casamento, conceito</u>
24		<u>histórico, origem</u>
25		
26	<u>Maria Izabel Lopes</u>	<u>Homem: espírito</u>
27		<u>e matéria.</u>
28		
29		
30	<u>Maria Izabel Lopes</u>	<u>O cidadão: virtudes</u>
31		<u>cívica do cidadão</u>
Total		<u>amor e pátria - Pátria</u>

Acervo: Arquivo Corrente do Atheneu Sergipense.

A moral era relacionada diretamente a Deus e à religião. Segundo o Parecer nº 94/71, de 4 de fevereiro de 1970, ao falar sobre ensino da EMC no Brasil, teve o caráter aconfessional, afirma:

Até onde, entretanto, será possível ensinar-se especialmente no Brasil, educação moral sem fazer apelo à religião?

Com efeito, para a grande maioria da humanidade, Deus é conhecido como sendo o fundamento último da moral. E a ciência em nossos dias, vem constatando que a referência à religião aparece como algo intimamente ligado à formação moral do homem (DUARTE, 2008, p.51).

A respeito desses conteúdos no ensino de EMC no Atheneu Sergipense apontam-se: “Religião Moral”, “A Família”, “Oração pelo Brasil”, “Deus e o universo”, “Criador e criatura”, “O valor da religião”, “Casamento”, “Família e a evolução”, “Família origem”, “Família atual”, “O jovem e a família”, “Páscoa”, “Noção de moral”, “Deveres pessoais”, “Homem, corpo, alma, espírito”, “Desquite”, “Divórcio”, “Caráter moral”, “Religião como base moral”, “Religião monoteísta”, “Religião politeísta”, “Início da origem da religião e cristianismo” e “Tradição religiosa do homem brasileiro”.

A análise pode demonstrar os conteúdos trabalhados nas aulas de EMC. Essas cadernetas demonstram como os professores apropriaram-se das prescrições do currículo oficial, selecionaram e trabalharam as temáticas, fazendo a aula acontecer.

**CAPÍTULO III- ENTRE TEXTOS E PRÁTICAS: OS LIVROS DIDÁTICOS
UTILIZADOS PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NO
ATHENEU SERGIPENSE**

“Os manuais tendem a se organizar como estudos dirigidos, propondo não apenas uma relação do conteúdo a ser ensinado, mas também um modo de distribuí-lo no tempo escolar”

Antônio Augusto Gomes Batista

A análise do livro didático permite a verificação de alguns aspectos constituintes da Disciplina Escolar EMC, entre estes: as finalidades pretendidas, os conteúdos a serem ensinados e o método de ensino. Em concordância com os objetivos traçados para o ensino de uma disciplina, os livros didáticos auxiliam na apresentação dos conceitos a serem estudados dando uma forma visível aos conhecimentos propagados pela escola.

O livro didático tem uma destinação específica, uma função própria e um público definido. É organizado e utilizado com uma intencionalidade. A leitura destes manuais permite investigar a vinculação dos saberes que eram necessários a serem ensinados e logo, aprendidos em uma determinada época.

Os manuais contribuíram para o entendimento da constituição de uma Disciplina Escolar, esse material impresso e palpável coloca em movimento as finalidades estabelecidas por um currículo. Para Chervel (1990) o conjunto de matérias pedagógicas, entre eles os manuais, é denominado de vulgata, fonte fundamental para o pesquisador da História das Disciplinas Escolares. Chervel (1990) também afirma que:

Os conteúdos beneficiam-se de uma documentação abundante à base de cursos manuscritos, manuais e periódicos pedagógicos. Verifica-se aí um fenômeno de “vulgata”, o qual parece comum as diferentes disciplinas. Em cada época, o ensino dispensado pelos professores é, grosso modo, idêntico, para a mesma disciplina e para o mesmo nível. Todos os manuais ou quase todos dizem então a mesma coisa ou quase isso (CHERVEL, 1990, p. 203).

Considerar o livro didático de EMC como uma das possibilidades de materialização dos conteúdos escolares pode-SE observar que, o livro escolar vai além da estagnação dos conceitos propostos. O manual proporciona a construção de um conjunto de práticas didáticas absorvidas pela escola. De acordo com Munakata (2009):

Os livros didáticos constituem fonte indispensável para tal investigação. Claro, não se trata novamente de verificar-lhes os prêmios e as punições de acerto e erro, de acordo com uma reta doutrina ou sã ciência. Eles são maiores do que isso [...] (MUNAKATA, 2009, p. 289).

3.1 - O Livro Didático de Educação Moral e Cívica no Atheneu Sergipense

No ambiente escolar, os livros didáticos são uma tradição pedagógica. Os manuais orientam o trabalho com os conteúdos que fazem parte do currículo pré-postos, apresentam as possibilidades de como o professor deve conduzir o ensino, subdividem os programas em

cursos e graus de ensino e direcionam as atividades da aula, as pesquisas para casa e os exercícios de fixação.

Batista (2002):

Os manuais tendem a se organizar como estudos dirigidos, propondo não apenas uma seleção do conteúdo a ser ensinado, mas também um modo de distribuí-lo no tempo escolar - com base numa progressão de unidades -, assim como um conjunto de atividades que introduzem, desenvolvem a matéria e, muitas vezes, avaliam seu domínio pelo aluno (BATISTA, 2002, p. 552).

Diferente de outros livros publicados, os livros didáticos apresentam características próprias dos conhecimentos pedagógicos oficiais que se consolidaram em um determinado momento da história.

A descrição e a análise dessa vulgata são a tarefa fundamental do historiador de uma disciplina escolar. Cabe-lhe, se não pode examinar minuciosamente o conjunto da produção editorial, determinar um corpus suficientemente representativo de seus diferentes aspectos (CHERVEL, 1990, p. 20).

O estudo do livro de EMC no Atheneu Sergipense é parte fundamental da pesquisa, para compreender os conteúdos e as práticas que se consolidaram como oficiais durante a década de 1970. Para Chervel (1990),

os manuais escolares explicitam o conteúdo da disciplina, os conceitos ensinados, a terminologia adotada, define as rubricas, os capítulos, organizam corpus do conhecimento, mesmo os exemplos utilizados ou os tipos de exercício praticados [...] (CHERVEL, 1990, p. 203).

Os textos didáticos são organizados a partir das finalidades e da ciência de referência para a EMC que foi tornada obrigatória, para todos os níveis de ensino em 1969 e não tem aparato de uma ciência. Seus programas curriculares específicos são definidos a partir das finalidades de seu ensino pré-estabelecidos pelo CFE. A partir da década de 1970 várias publicações são editadas, baseadas nos conteúdos direcionados pelos pareceres nacionais e pela CNMC, esta era responsável em avaliar e aprovar o livro para a publicação.

Figura 9: Parecer da Comissão Nacional de Moral e Civismo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
COMISSÃO NACIONAL DE MORAL E CIVISMO

CERTIDÃO

(Art. 6º, letra e do Decreto-lei nº 869/69, de 12-09-69 e § 1º do art.10 do Decreto nº 68.065, de 14-01-71 - D.O.U. de 15-01-71).

HOMOLOGAÇÃO DE PARECER

C E R T I F I C O, a pedido da Saraiva S/A - Livreiros Editores que, do Diário Oficial da União, de 9 de novembro de 1978, consta a homologação a seguir transcrita do Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura: "Processos nºs-MEC-241924/78 - CNMC 0062/78 - COMISSÃO NACIONAL DE MORAL E CIVISMO - Nos termos e para os efeitos do parágrafo 1º do artigo 10, do Decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971, HOMOLOGO o Parecer da Comissão Nacional de Moral e Civismo, favorável, do ponto de vista da moral e do civismo, à obra didática intitulada "Trabalho Dirigido de Moral e Civismo" de autoria do Professor ELIAN ALABI LUCCI (ficha nº 3/78). Brasília, em 6 de novembro de 1978. Ass. Euro Brandão". E, para constar, eu, *Elisermes Gusmão Piau*, ELISERME GUSMÃO PIAU, ocupante do cargo de Desenhista, Classe "B", Código NM-1.014-7 - Referência 32 - Matrícula IPASE nº 1.994.337, lavrei a presente CERTIDÃO aos cinco dias do mês de dezembro de mil novecentos e setenta e oito que, depois de lida e achada conforme, vai subscrita e assinada pela Senhora Secretária-Executiva da Comissão Nacional de Moral e Civismo. E eu, *Alma B. Figueiredo*, ALMA ALBERTINA DE CASTRO FIGUEIREDO, matrícula IPASE nº 1.214.336, a subscrevo e assino. *Alma Figueiredo*.

Fonte: Obra "TDMC - Trabalho Dirigido de Moral e Civismo" de Elian Alabi Lucci (1978).

Freitas (2009) afirma que:

as finalidades são produzidas em meio aos jogos de interesse do Estado, da corporação de professores, pais de alunos, dos movimentos sociais que refletem nas decisões do Congresso Nacional. [...] são traduzidas em conceito-chave como formação para a cidadania e construção de identidades (individuais, de gênero, ética, locais e nacionais currículo e programas estaduais e municipais nos projetos pedagógicos de cada instituição escolar (FREITAS, 2009, p. 27).

Segundo Filgueiras (2006) no ano de 1971 foram publicados mais treze livros para a disciplina. As editoras didáticas atenderam rapidamente a demanda do mercado da EMC.

O livro-texto é considerado uma das fontes privilegiadas para o estudo dos conteúdos. Por intermédio da análise dos livros verifica-se a construção do ensino da Educação Moral e Cívica no Atheneu Sergipense.

Os livros aos quais teve-se acesso, foram localizados na Biblioteca do Atheneu Sergipense, na Biblioteca Dom Luciano José Cabral Duarte e apresentados por ex-alunos da referida escola. Os manuais localizados e analisados podem ser observados no quadro seguinte:

Quadro 6 - Sobre os Livros Didáticos de Educação Moral e Cívica utilizados no Atheneu Sergipense

TÍTULO	AUTOR	ANO	EDITORIA
Educação Moral e Cívica em nova metodologia: dinâmica de grupo	Antônio Xavier Teles	1969	Nacional
Guia de Civismo	M. Mariani	1969	Livraria Francisco Alves
Princípios de Educação Moral e Cívica	Amaral Fontoura	1970	Aurora
Curso de Educação Moral e Cívica	Angelo Agazzi	1970	Sem editor
Guia de Civismo	Diniz Almeida do Valle	1971	Agir
Educação Moral e Cívica	Lurdes de Bortoli	1974	Nacional
Moral e Civismo	Maria Braz, José Nascimento e João Ribas da Costa	1979	F.T.D.
Educação Moral e Cívica	Avelino Antônio Correa	1983	Ática
TDMC - Trabalho Dirigido de Moral e Civismo	Elian Alabi Lucci	1982	Saraiva

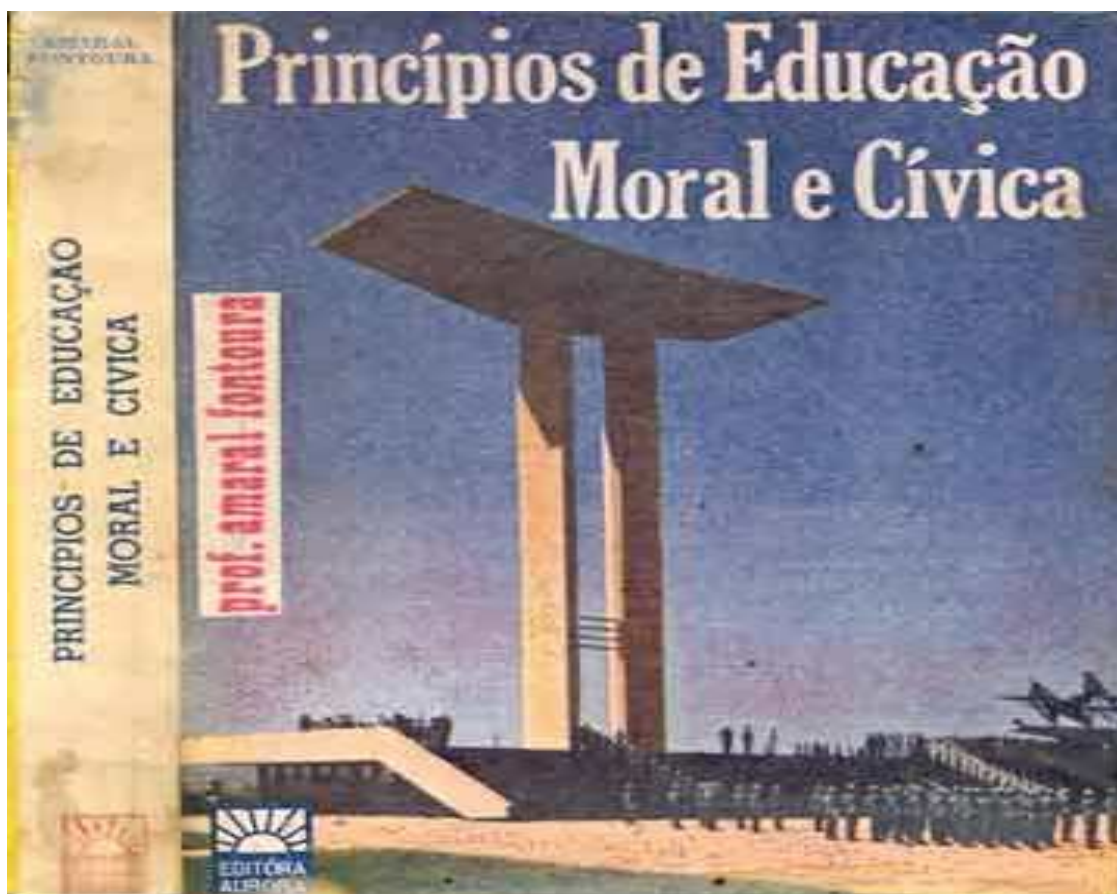
Fonte: Quadro elaborado a partir da análise dos Acervos pesquisados.

Entre os livros didáticos identificou-se o material didático utilizado no Atheneu Sergipense, como o Manual *Educação Moral e Cívica: em nova metodologia* de Antônio Xavier Teles, *Guia de Civismo* de Diniz Almeida do Valle e *Curso de Educação Moral e Cívica* de Angelo Agazzi. Também foi possível analisar o *TDMC - Trabalho Dirigido de*

Moral e Civismo de Elian Alabi Lucci que teve sua primeira edição nos anos 1970 e foi sendo reeditado até os anos 90.

Nos manuais de EMC, analisou-se a parte externa do livro (capa e contra - capa), o prefácio, o índice e os capítulos. A capa e a contra - capa apresentam gravuras (de exaltação a Pátria e a família, por exemplo), a apresentação e a recomendação da obra, o que nos leva a refletir acerca dos direcionamentos dos manuais. Na gravura seguinte pode-se visualizar a capa do manual “Princípios de Educação Moral e Cívica” de Amaral Fontoura.

Figura 10: Capa do Manual de Amaral Fontoura (1970)



Fonte: Manual “Princípios de Educação Moral e Cívica” de Amaral Fontoura (1970).

Na capa observa-se a representação da Segurança Nacional e da defesa territorial na figura das Forças Armadas. Já no prefácio encontram-se as intenções do autor ou editor do livro. Por ele é possível apreender as finalidades, os objetivos e as orientações a serem seguidas.

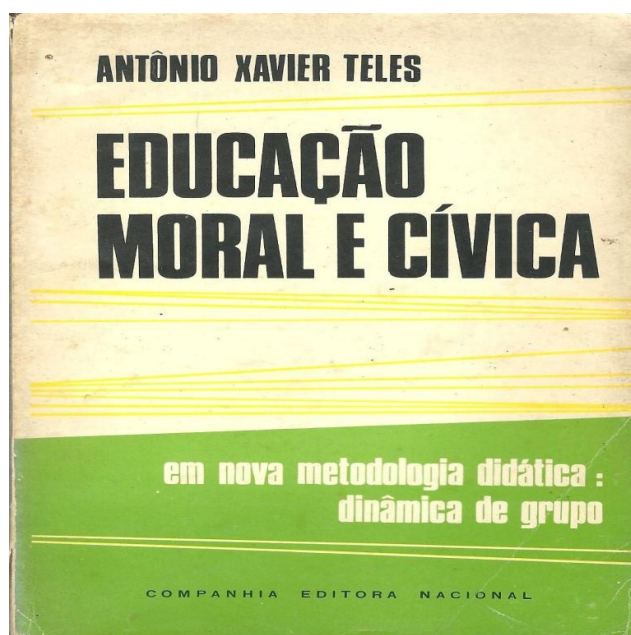
O índice é o primeiro contato com o conteúdo do livro, ele indica qual é o modo de apresentação dos capítulos, anexos e bibliografias utilizadas. Os capítulos desenvolvem os temas propostos para a disciplina e por meio destes é possível saber quais os saberes foram selecionados a serem ensinados, as atividades trabalhadas e os exercícios sugeridos.

Os autores dos livros de EMC utilizados e selecionados para a pesquisa foram professores, militares ou religiosos ligados a Igreja Católica.

3.1.2 - Antônio Xavier Teles e a Educação Moral e Cívica em nova metodologia didática: dinâmica de grupo

No Atheneu Sergipense, entre os livros identificados, estava o livro de Antônio Xavier Teles, professor de Ensino Superior e do Colégio Pedro II, editado pela Companhia Editora Nacional. É apresentado, pela editora do livro, como um autor que vem se dedicando intelectual e emocionalmente à juventude brasileira, ocupando no Colégio Pedro II, colégio padrão, a cadeira de Filosofia e Estudos Sociais. Sua preocupação com os temas brasileiros da época e com os problemas e desafios que a sociedade tinha que enfrentar, levou-o a escrever o livro de EMC.

Figura 11: Capa do Manual de Antônio Xavier Teles (1971)



Fonte: Manual “Educação Moral e Cívica” de Antônio Xavier Teles (1971).

O livro *“Educação Moral e Cívica em nova metodologia: dinâmica de grupo”* concentrava seu objetivo em apresentar o conteúdo de EMC e orientar o professor a uma proposta metodológica diferenciada. O livro propõe atividades de estudo dirigidos e de instruções programadas.

Na capa do manual pode-se observar as cores de um dos símbolos nacionais do país (a Bandeira Nacional) e percebe-se sutilmente a ideia de que o espírito patriótico deve ser incutido na criança desde os primeiros anos de idade. Na contra - capa a editora apresenta o livro, ressaltando a importância de estudar a EMC para a construção de um bom cidadão e apresenta a equivalência do livro com a proposta do Decreto - Lei que criou a Disciplina. Ao final do texto é apresentado as credenciais do autor e a importância dessa nova metodologia.

A parte textual do livro está dividida em quatro partes: prefácio, introdução, orientação cívica e orientação moral. No prefácio, o autor apresenta a EMC como cadeira obrigatória e importantíssima, mas muito difícil de ser dada e estudada corretamente. O objetivo do manual é auxiliar o professor apontando uma saída metodológica diferenciada para criar uma atmosfera possível em que os objetivos desejados no ensino de EMC fossem alcançados. Os objetivos da lei são enaltecidos pelo autor, que aponta a seguinte consideração

Os objetivos desejados pelo referido decreto-lei só serão alcançados se conseguirmos despertar a reflexão do aluno levando-o a pensar com seriedade sobre a responsabilidade que é ser cidadão brasileiro e membro de comunidade humana. Assim, o objetivo da Educação Moral e Cívica é mais um efeito existencial na pessoa do que a simples aprendizagem de conteúdo teórico. Se o aluno sair mais ciente de suas responsabilidades, mais ciente de ser um cidadão radicado no contexto de um país em desenvolvimento, com tremendas obrigações para com esta coletividade na qual nasceu e com a qual tem de cooperar, o objetivo foi alcançado (TELES, 1971, p.10).

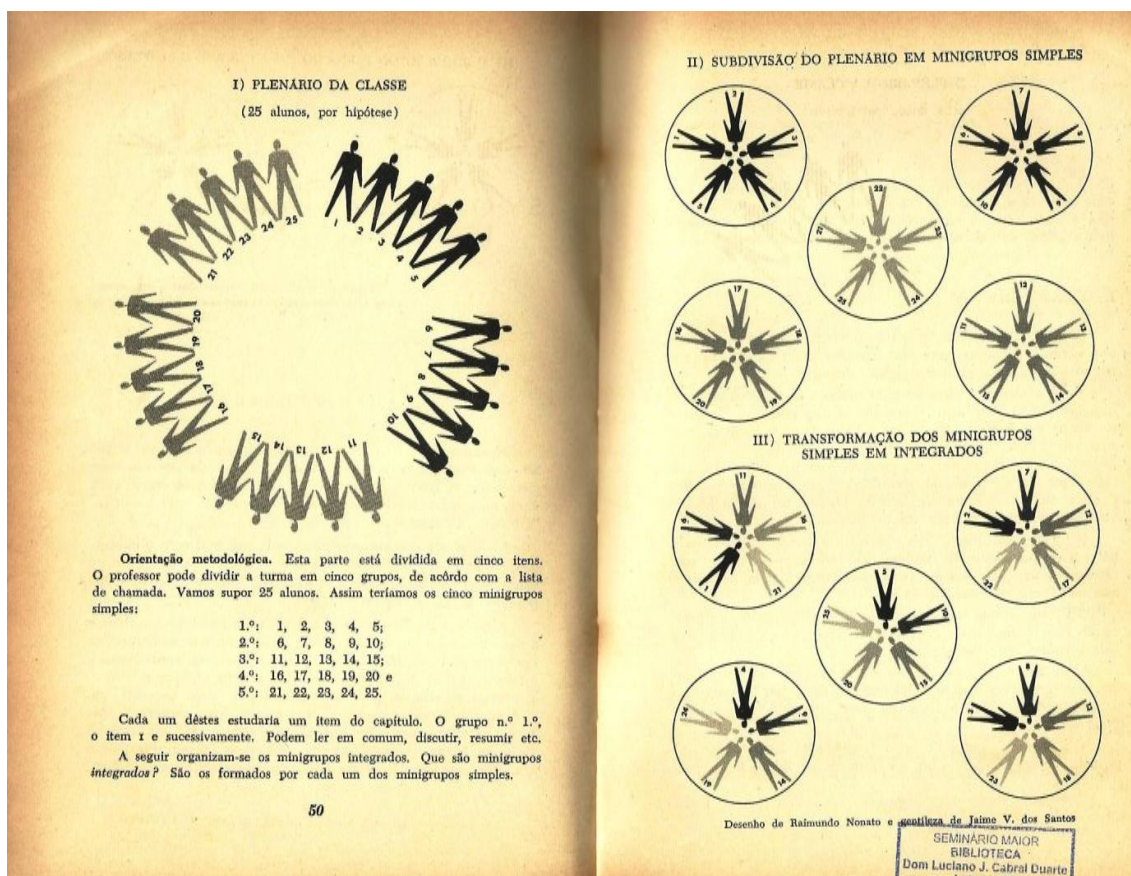
O autor apresenta o método da dinâmica de grupo buscando respaldo em Dilthey³⁴ para afirmar que o método precisa funcionar como uma faca que deve ser preparada e apropriada ao objeto de cortar.

O texto apresenta a EMC como um efeito existencial, e não como uma simples aprendizagem teórica, para isto, uma técnica didática que desenvolva reflexão é fundamental. A proposta metodológica do autor é o “Plenário de Classe”. No qual os alunos são divididos em grupos e o tempo em minuto simples e minuto integrado. No minuto simples os alunos em

³⁴Dilthey (1833-1911) - Filósofo e historiador do historicismo alemão. Sua obra compreende estudos sobre o problema do conhecimento histórico e a elaboração de uma crítica. (NAPOLI, Ricardo B. de. A hermenêutica de W. Dilthey. Disponível em: <<http://www.foje.edu.br/periodicos/index.php/sintese/article/768>>. Acesso em: 17 jan. 2012).

pequenas equipes estudam os temas sugeridos e nos minutos integrados os alunos mesclam-se e toda a matéria é estudada discutida e refletida por todos.

Figura 12: Páginas do Livro “Educação Moral e Cívica em nova metodologia didática: dinâmica de grupo” de Antônio Xavier Teles



Fonte: Livro “Educação Moral e Cívica em nova metodologia didática: dinâmica de grupo” de Antônio Xavier Teles. Companhia Editora Nacional. Ano: 1969

Nas aulas da professora Elze do Prado Barreto em março de 1971, no Atheneu Sergipense, foi identificado a utilização desse método. Logo após o primeiro contato com os alunos ela orienta e define os grupos de estudo. Nas aulas seguintes a professora apresenta os temas a serem estudados e debatidos.

Teles conclui o prefácio garantindo a fidelidade ao Decreto-Lei nº 869, que estabelece a doutrina básica a ser seguida. Ele agradece a acolhida da Associação dos Educadores Cristãos e da CNMC.

Na sequência, o livro está dividido em três partes sendo a primeira parte caracterizada como introdução. Na introdução o autor apresenta conceitos, chamando todos a

cooperação. A participação de todos é apresentada como fator indispensável à prática do civismo e da moral.

A primeira parte está dividida em quatro temas:

- Cooperação, fator indispensável do civismo e da moral;
- Que é ser responsável;
- O mundo em que vivemos e os valores que prezamos;
- O homem e seu meio.

Através da apresentação dessas temáticas o autor discute a questão humana e o meio em que se vive, apontando o homem enquanto um ser social, responsável pelo bem-estar da comunidade a qual faz parte, pela preservação e transmissão dos valores vindos da família, da religião e da escola.

Os temas são apresentados de forma teórica e sempre utilizando a prática com resumos e propostas de atividades em grupo. O autor faz a orientação pedagógica para o professor dialogando diretamente com o aluno. Pode-se citar como exemplo um trecho do texto do livro de Teles,

Depois de o professor apresentar verbalmente um resumo do mesmo, pode fazer com que cada aluno leia atentamente e interprete o item correspondente a seu número de chamada. É também uma boa sugestão solicitar aos demais para dar nota a cada expositor (TELES, 1971, p. 17).

A segunda e a terceira parte do livro tratam da orientação cívica e a orientação moral, e também é apresentado por temas. A primeira parte refere-se à educação cívica, o bom cidadão, inevitavelmente, era um homem moral, digno de ser brasileiro. As temáticas trabalhadas foram as seguintes:

- O homem e o cidadão brasileiro;
- O Brasil na berlinda;
- A Segurança Nacional;
- A afirmação do Brasil;
- A democracia brasileira;
- A constituição de 30 de outubro de 1969;
- Uma reflexão sobre a vida republicana.

Diferente da proposta do CFE para a matriz curricular, o livro de Teles deixa a discussão moral e religiosa para a última parte do texto. Porém, as temáticas do texto não fogem as propostas do decreto. Observe os conteúdos a respeito da orientação moral:

- A moral necessária;
- O desenvolvimento da personalidade moral;
- A família brasileira;
- Direitos humanos;
- A liberdade humana.

Para o autor, a Educação Moral e Cívica é o ponto central para a definição do bem estar do homem. Com o ensino da moral e a prática cívica era possível alcançar o progresso humano e social. Portanto, o livro de Teles utiliza-se de trabalho em grupo para o exercício da cidadania, traz textos explicativos e questões para debater. Através destas questões é possível direcionar o trabalho do professor e a posição do aluno deve ser participativa, na qual o aluno deve buscar estudar o conteúdo ministrado na sala de aula e pesquisar em jornais e revistas.

3.1.3 - Diniz Almeida do Valle e o “Guia de Civismo”

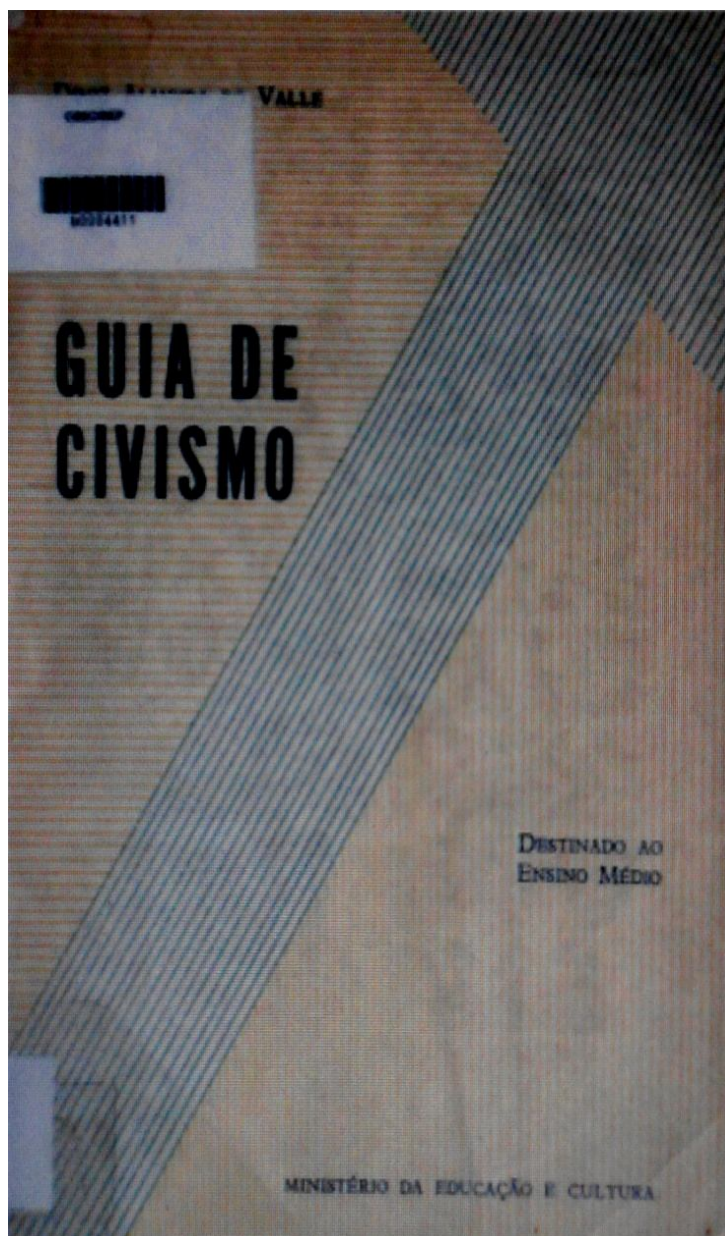
O segundo livro aqui tratado é o “Guia de Civismo” de Diniz Almeida Valle. A capa do livro tem as cores nacionais (verde e amarelo), na transversal uma seta verde que indica a direção para a construção do civismo brasileiro. O texto apresenta-se de forma longa e detalhada com todo o suporte teórico e necessário para o ensino de EMC. É enaltecido o fato de se encontrar rigorosamente em dia, em face das disposições legais do Decreto-Lei nº 869 de 1969 e com o Regulamento nº 68.065 de 1971.

O livro está dividido em Prefácio, Advertência, Sumário e Temáticas. O prefácio é constituído por um texto escrito pelo Ministro da Educação e Cultura da época, Jarbas Gonçalves Passarinho, o qual se limita a apresentação da obra enquanto um conjunto de guias selecionados em concurso, ressaltando a EMC enquanto obrigatória no currículo escolar brasileiro e a importância por fomentar a aptidão ao crescimento da Nação Brasileira. Veja o seguinte trecho:

Nesta oportunidade não nos será lícito omitir o aplauso que estão a merecer quantos entusiasticamente se dedicam a formação de crianças e adolescentes, desenvolvendo-lhes, desde cedo, nas almas em floração, o culto à Pátria, que, no caso brasileiro, encontra, na História e no ambiente, nos céus, na terra e no subsolo, toda uma inexaurível fonte de salutareis incentivos, a

atingirem as dimensões e a força de autêntico desafio, que se dirá formulado na medida da capacidade do nosso povo, providencialmente dotado de inatas aptidões à altura dos destinos do Brasil grande, de cuja realidade nós vamos aproximando em ritmo acelerado, para colocar-nos definitivamente ao nível das potências mundiais de primeira grandeza (VALLE, 1971, p.4).

Figura 13: Capa do livro “Guia de Civismo” de Diniz Almeida do Valle (1971)



Fonte: Livro “Guia de Civismo” de Diniz Almeida Valle (1971).

O prefácio é seguido de uma advertência, a qual apresenta as ideias básicas para que o Guia de Civismo atinja os objetivos da ação educacional cívico - democrática e do preparo do brasileiro para o exercício da cidadania. Em seguida apresenta o Sumário com os conteúdos a serem trabalhados no manual, que são:

- O homem e o Estado;
- Liberdade;
- Direitos individuais;
- A família;
- O trabalho;
- Democracia representativa no Brasil
- O voto
- Desenvolvimento integral do Homem Brasileiro
- A religião no Brasil;
- Justiça brasileira;
- Segurança Nacional;
- Serviço Militar no Brasil;
- Forças Armadas;
- Organização sócio-político-econômica do Brasil;
- Vultos brasileiros.

Ao fazer a leitura dos temas propostos para o ensino da EMC através das 300 páginas deste guia, foi possível observar a transferência de um currículo proposto para conteúdos escolares. Esses conteúdos relacionam a conduta moral ao civismo, a bondade, a fidelidade e a honra com a pátria.

Assim sendo, a investigação trouxe:

- As características do patriotismo;
- A preocupação no trabalho em fixar as diferenças entre valores “efêmeros e perenes”;
- O cuidado no trabalho com o conceito de liberdade;
- A sacralização da pátria enaltecendo os vultos nacionais.

Quanto aos vultos nacionais, entre os nomes que deveriam ser inesquecíveis para a história do país, são indicados: Araribáia, André Vidal de Negreiros, Antônio Felipe Camarão, Henrique Dias, Tiradentes, Maria Quitéria, Antônio João, Osório Caxias, Ana Néri, Tamandaré, Pedro II, Mauá, Deodoro, Carlos Gomes, Floriano, Rio Branco, Olavo Bilac e Osvaldo Cruz.

Nas aulas do professor Clodoaldo Andrade, no primeiro ano ginasial da turma D de 1971, pode-se perceber o trabalho com as biografias dos grandes vultos para a cultura brasileira na mesma sequência trazida pelo Guia de Civismo.

As características do patriotismo, trazidas nesse guia, constituem princípios que, de certa forma, norteavam a disciplina. Eis as características:

- A) O realismo, definido como algo que “consiste em amor a pátria com seus aspectos positivos e negativos. O amor realista não é ufanista, quer dizer, não exagera a grande Pátria”
- B) A permanência, que consistiria em “amor a Pátria nas horas de glória e humilhação”
- C) O amor sem inveja nem rivalidade, isto é, “amor a Pátria sem sentir inveja das outras Pátrias”. Optou-se por utilizar as definições de Correa.
- D) O amor puro, ou seja, aquele que “consiste em não procurar vantagens pessoais, em prejuízo do bem comum da pátria. O verdadeiro patriota é capaz, inclusive, de dar a própria vida pela Pátria”.

Sobre os objetivos nacionais foi possível identificar:

- Integridade territorial;
- Integração nacional;
- Soberania;
- Progresso;
- Paz social;
- Democracia.

Estes tópicos são enredados de modo a levar o aluno a refletir que quanto mais ele amasse a Pátria, mais democrata seria. O sentido de sacrifício é ressaltado através de artifícios como o contido na quarta característica - o que é ser um verdadeiro patriota? É ser capaz de dar a vida em sacrifício pela Pátria.

Sutilmente, apresenta disjunções temporais. Quando os autores utilizam-se da adversativa “mas”, sugere, ao mesmo tempo, duas coisas: Primeiro, que ainda não vivemos numa perfeita democracia representativa; e segundo que, a época na qual redigia o seu trabalho era um momento de preparação (que não seria curto). Por fim, parecem preocupados em ressaltar o valor da EMC, afirmando que nenhum povo pode ser democrata, quando não

cultiva os três conceitos que batizam a disciplina à qual ele se dedica. A EMC é um processo de educação necessário para o exercício da cidadania aliada ao fim do analfabetismo.

O Guia de Moral e Civismo ocupa-se em ressaltar a diferença entre os regimes anteriores e o pós-1964. O aspecto democrático do país emergia ao aluno da disciplina como algo evidente e irrefutável: “O Brasil é uma democracia. No entanto, esteve entre os anos de 1930 e 1945 subjugados por uma ditadura. Conhecemos, portanto, o gosto amargo da falta de liberdade para podermos desejar a todo o preço manter a liberdade” (VALLE, 1971, p.125). Por conseguinte, o regime militar estava disposto a salvaguardar a liberdade, mesmo que, contraditoriamente, “a todo preço”.

Admitir que a defesa e a segurança da Pátria e das instituições constituem dever exclusivo das Forças Armadas é um erro imperdoável. O que importa, acima de tudo, é que todo cidadão tenha pleno conhecimento de que essa missão patriótica, em qualquer circunstância, é dever de cada um em particular o de toda a nação (VALLE, 1971, p. 125).

Sobre a defesa da Pátria pelas Forças Armadas:

Sabe-se, há muito tempo, que nenhum país pode sobreviver soberano sem dispor de meios que garantam sua integridade. Hoje, mais do que nunca, as nações independentes são obrigadas a manter forças armadas que zelam pela segurança e as defendem de agressões externas e internas (VALLE, 1971, p. 130).

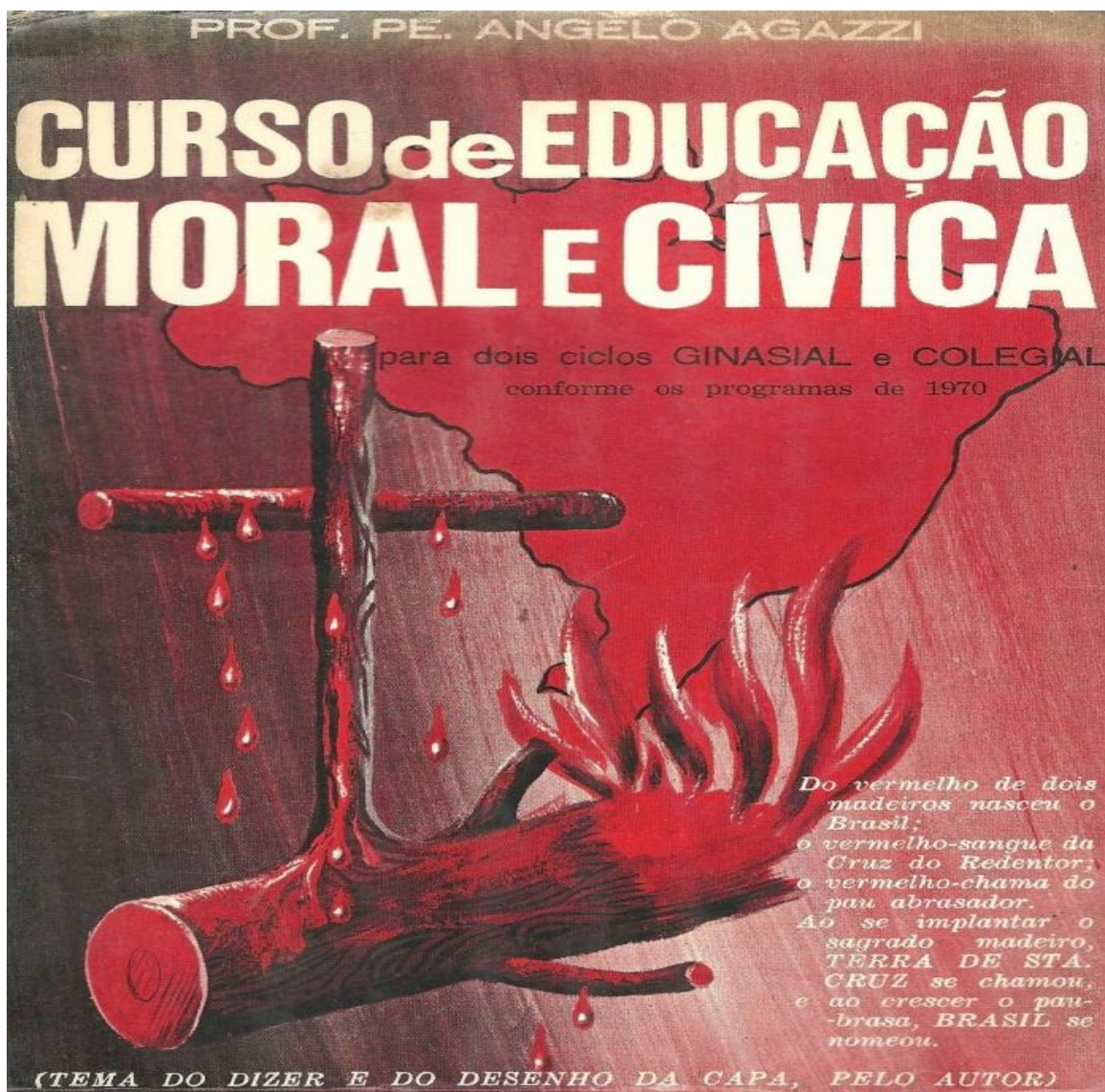
Por fim, o livro apresenta bibliografia utilizada para a elaboração do Guia. Entre os autores consultados estão: Olavo Bilac, discursos do Marechal Artur da Costa e Silva, Jacques Maritan, Silvio Romero e Paulo VI. O manual é composto por textos, contém exercícios e não é ilustrado. Possui um arsenal de conteúdos para o ensino de EMC, que serviu como base formativa aos professores que iriam dar aulas da disciplina e não eram formados em Estudos Sociais.

3.1.4 - Angelo Agazzi: Curso de Educação Moral e Cívica

O terceiro livro didático analisado refere-se ao “Curso de Educação Moral e Cívica” de autoria do Pe. Angelo Agazzi. O autor era um missionário italiano radicalizado no Brasil, também era professor de Filosofia em alguns estabelecimentos de ensino, como no Colégio

Vieira em Salvador, na Faculdade de Direito em Ilhéus, na Faculdade de Filosofia em Itabuna, na Faculdade Católica de Filosofia e Instituto de Teologia de Salvador.

Figura 14: Capa do Livro de Angelo Agazzi (1970)



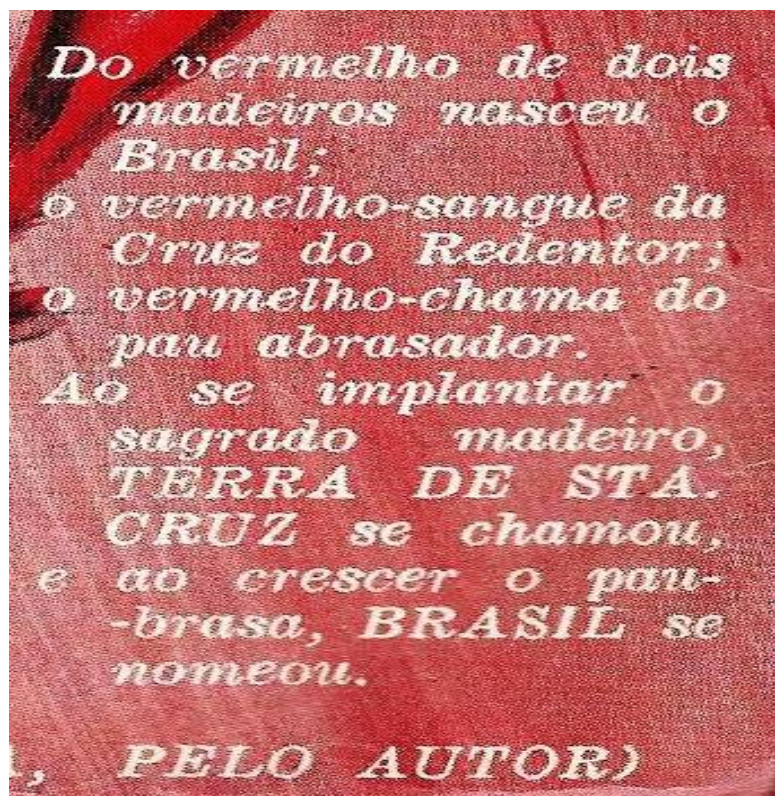
Fonte: Livro “Curso de Educação Moral e Cívica” de Angelo Agazzi (1970).

Entre os livros analisados, o de Agazzi é o que mais apresenta a ordem dos conteúdos listados na ordem do currículo pré-estabelecido. O livro didático está dividido em prefácio, índice e oito unidades temáticas.

A capa, diferente dos outros manuais analisados, é vermelha e traz um desenho e um dizer do próprio Pe. Angelo Agazzi. O autor faz uma analogia entre a cruz e o pau-brasil.

O pau-brasil de onde se extrai tinta vermelha para a indústria e a cruz, símbolo cristão onde o Jesus derramou o seu sangue. Podemos visualizar em seguida as palavras do autor contidas na capa do livro.

Figura 15: Palavras do autor Angelo Agazzi ampliada da capa do livro "Curso de Educação Moral e Cívica" (1970)



Fonte: Livro "Curso de Educação Moral e Cívica" de Angelo Agazzi (1970).

No prefácio estão as Advertências Gerais, onde o autor localiza a Disciplina através do Conselho Federal de Educação e apresenta a finalidade do livro que é “elucidar o programa do Ciclo Ginásial, dada, todavia, a formulação com que este se apresenta- quase idêntica com a do programa do Ciclo Colegial”. O autor elenca todos os pontos do Programa Curricular Nacional para que a comparação entre pontos estabelecidos no currículo e conteúdos das unidades possa ser feita e completa com uma introdução comentando o programa oficial e oferecendo a obra enquanto contribuição ao ensino da EMC.

O índice desse livro didático apresenta a organização dos temas e a hierarquia definida para os conteúdos propostos. As ordens das Unidades são: Deus, a Moral, a Nação, a

Constituição, a Pátria, a Organização Social, as Relações Internacionais e as Estruturas Sociais.

Quanto aos capítulos estão divididos em oito unidades, como citado anteriormente, e em cada item das unidades o autor faz referência, no cabeçalho, ao tema do currículo oficial ao qual está se referindo, e só depois coloca a explanação do conteúdo. Ao final de cada item ele apresenta um sumário em forma de questionamento e uma atividade prática.

A partir da organização dos conteúdos, foi possível perceber a prioridade das temáticas sugeridas por Agazzi. O texto está dividido em oito unidades, no entanto, observa-se dois blocos temáticos. O primeiro faz menção a educação moral e o segundo à educação cívica.

No primeiro bloco apresenta o conhecimento de Deus e a prática da religião para chegar à prática da moral.

A consciência deve ser educada, quer dizer instruída pela própria religião, à qual, portanto devemos recorrer para descobrir o conteúdo da moral. Ainda mais se considerarmos os absurdos que se segue ao imaginarmos de cumprir uma lei moral, portanto, de sermos honestos, sem a idéia de Deus. Quem pode nos proporcionar a força de aceitar as obrigações tôdas exigidas pela honestidade? O medo da justiça? É ridículo, porque de tantas maneiras a justiça neste mundo pode ser ludibriada. Daí não há nem cadeira, nem tribunal que possa convencer a sermos indivíduos honestos (AGAZZI, 1970, p.36).

A questão da educação moral é explanada nas duas primeiras unidades e os conteúdos apresentados são: a harmonia do universo, conceito de homem, conceito de religião, religiosidade, dignidade da criatura humana, religião como base da moral, liberdade com responsabilidade, o caráter, o homem moral, valores, virtudes, direito e deveres morais e cívicos.

O ser humano que tem a prática moral conhece sua responsabilidade cívica com sua pátria. O autor define o homem cívico como um bom cidadão. “Como aquele que se torna membro útil da comunidade nacional apto para colaborar com eficiência na realização do bem comum” (AGAZZI, 1970, p. 47).

A educação moral deve contribuir para a orientação da vida pessoal, ajustando o comportamento em relação ao próximo, encaminha para a educação cívica que direciona a atos morais coletivos para com a Pátria, tais como as virtudes enaltecidas com os exemplos dos grandes heróis nacionais.

As duas primeiras unidades alicerçam os conteúdos para as demais. São apresentadas mais seis unidades que instrumentalizam a prática do civismo. Os conteúdos trabalhados são: Nação, Constituição, Pátria, Organização Social, as Relações Internacionais e as Estruturas Sociais.

O texto orienta o valor do sentimento de nacionalidade para o fortalecimento da Pátria. Apresenta o Brasil em suas características físicas e estruturas políticas e sociais. As instituições que fundamentam e regulam o estado brasileiro é a família, o Estado, Forças Armadas, Igreja. No Atheneu Sergipense no ensino de EMC, esses conteúdos foram trabalhados em todas as turmas, formando a base para a educação cívica.

Quanto à instituição, o livro didático conceitua da seguinte maneira: “A instituição num sentido amplo é característica daquela sociedade” (AGAZZI, 1970, p. 71). Ainda afirma que a:

Família, que atende às necessidades primárias e da propagação da espécie; - Instituições culturais, destinadas ao desenvolvimento das faculdades espirituais; - Estado, concebido como órgão administrativo em função do bem-estar da sociedade; - Igreja, que possibilita a abertura para cumprir a missão de defesa (AGAZZI, 1970, p.72).

Duas questões também são tratadas em que o autor chama a atenção. A primeira questão refere-se à Doutrina da Segurança Nacional, o autor procura alertar os professores e alunos contra o inimigo do Estado - o Comunismo Ateu.

“Começaremos pelo exame das estruturas de cunho negativo, para que sobre o fundo escuro do erro possa bilhar melhor a luz da verdade” (AGAZZI, 1970, p.137). E a segunda questão é a justificativa da autoridade do Estado Forte.

Obediência aos poderes públicos não é sujeição de homem a homem; é sim, no seu verdadeiro significado, homenagem prestada a Deus, sábio criador de todas as coisas, o qual dispôs que as relações de convivência se adaptem à ordem por Ele estabelecida. Pelo fato de prestarmos a devida referência a Deus, não nos humilhamos, mas nos elevamos e enobrecemos, porque servir a Deus é reinar (AGAZZI, 1970, p.146).

Ao fazer a análise do livro observa-se a necessidade que o texto tem de legitimar a autonomia nacional. O ensino da EMC dá suporte ao resgate dos valores da ordem e do civismo. A disciplina é uma possibilidade de alavancar um espírito patriótico consciente e conhecedor de sua nação em direção ao progresso.

Ao cruzar o texto didático com os conteúdos apresentados nas cadernetas escolares, identificou-se nas turmas dos professores Clodoaldo Andrade e Neyde Mesquita, do Atheneu Sergipense, uma relação direta com os tópicos das unidades trazidas nesse texto. Os professores iniciam as aulas com o conceito de moral, religião como base da moral, aspectos físicos do Brasil, Organismos Internacionais³⁵.

3.2 - Os Exercícios de Educação Moral e Cívica

Figura16: Capa do Manual de Elian Alabi Lucci (1982)



Fonte: Manual “TDMC - Trabalho Dirigido de Moral e Civismo” de Elian Alabi Lucci (1982).

Atividades, questionários, verificação da aprendizagem, exercício de fixação, estudo dirigido, trabalho, arguição e pesquisa. Esses são os termos recorrentes à prática de verificação de fixação do conteúdo de EMC registrada por seus professores nas cadernetas escolares do Atheneu Sergipense.

³⁵ Informações retiradas da caderneta da 1ª série, turma A da Educação Moral e Cívica, ministrada pelos professores Neyde Mesquita e Clodoaldo Andrade no Atheneu Sergipense em 1971.

Conforme Julia (2001) que diz que a Cultura Escolar constitui práticas que possibilitam que o conhecimento seja transmitido, assim sendo, os exercícios escolares fazem parte da cultura e das práticas escolares.

Chervel (1990) afirma a importância dos exercícios enquanto eixo central para a fixação de um conteúdo. A prática dos exercícios é que garante a eficácia do aprendizado.

Se os conteúdos explícitos constituem o eixo central da disciplina ensinada, o exercício é a contrapartida quase indispensável. A inversão momentânea dos papéis entre o professor e o aluno constitui o elemento fundamental desse interminável diálogo de gerações que se opera no interior da escola (CHERVEL, 1990, p.204).

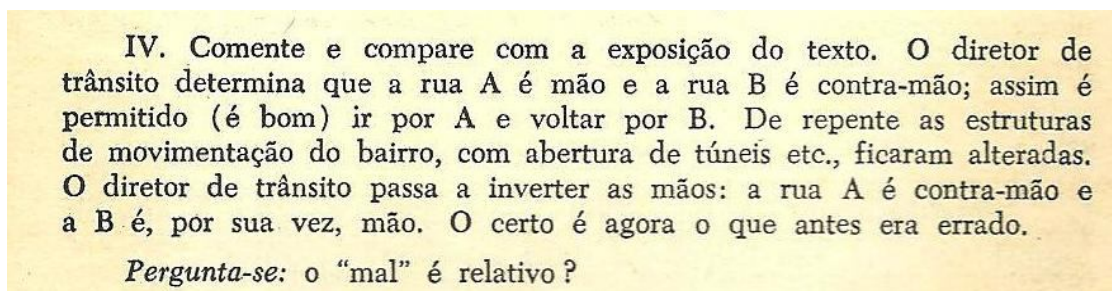
A partir do entendimento dos exercícios escolares como prática da Cultura Escolar e eixo central de uma disciplina escolar buscou-se analisar como foram apresentadas essas atividades aos alunos de EMC do Atheneu Sergipense. Como fonte para o estudo utilizou-se os livros didáticos identificados como àqueles adotados no Atheneu Sergipense, já apresentados neste trabalho, como o “Trabalho dirigido de moral e civismo (TDMC)” de Elian Alabi Lucci e trabalhos escolares localizados no Arquivo Corrente da Instituição.

No livro didático de Antônio Xavier Teles intitulado “Educação Moral e Cívica em nova metodologia didática: dinâmica de grupo”, o autor apresenta uma nova metodologia do ensino. Os exercícios em grupo são considerados uma prática diferenciada no ensino de EMC. Segundo Chervel (1990):

O estudo da evolução das disciplinas, conteúdos e exercícios, mostra que as práticas de estimulação do interesse do aluno estão constantemente em ação nos arranjos mínimos ou importantes que eles sofrem. Toda inovação, todo novo método chama a atenção dos mestres por uma maior facilidade, um interesse mais manifesto entre os alunos, o novo gosto que eles vão encontrar ao fazer os exercícios, a maior modernidade dos textos que se lhes submete (CHERVEL, 1990, p. 205).

A nova metodologia apresentada por Teles consiste no Plenário de Classe, com atividades desenvolvidas em grupo, a partir do método de Dilthey que consiste em criar um problema significativo e responder empregando os conhecimentos aprendidos na aula no texto. Como exemplo, pode-se observar o seguinte exercício proposto por Teles (1971):

Figura 17: Exercício retirado do livro “Educação Moral e Cívica em nova metodologia: dinâmica de grupo” de Antônio Xavier Teles (1971)



Fonte: Livro “Educação Moral e Cívica em nova metodologia: dinâmica de grupo” de Antônio Xavier Teles (1971).

Além das atividades em grupo o livro propõe questões e enunciados de interrogativas diretas, a exemplo, os exercícios do tema “a moral necessária”. Questões como: “Qual a definição de moral? Qual a relação de moral e os dez mandamentos? Qual a diferença entre moral e ética?” (TELES, 1971, p. 118-119)

Com esse modelo de questões, também é constituído os exercícios sugeridos no livro “Curso de Educação Moral e Cívica” de Angelo Agazzi. Agazzi apresenta em um dos seus exercícios as seguintes questões: “Qual o conceito de virtude? Quais são as quatro virtudes fundamentais? Cite alguns tipos de hábitos. Como podemos adquirir bons hábitos?” (AGAZZI, 1970, p. 54)

Em um trabalho escolar, dirigido aos alunos da 6ª série B do ano de 1976, do Atheneu Sergipense, solicitado pelo professor João Barreto, os formatos das questões se assemelham. São elas:

- Sendo a família o primeiro grupo que o ser humano faz parte, qual a sua importância?
- Por que a família é célula mater da sociedade?
- Escola é um grupo importante. Qual a sua importância?
- O homem vive em sociedade? Qual o problema nº 1 que ele enfrenta?

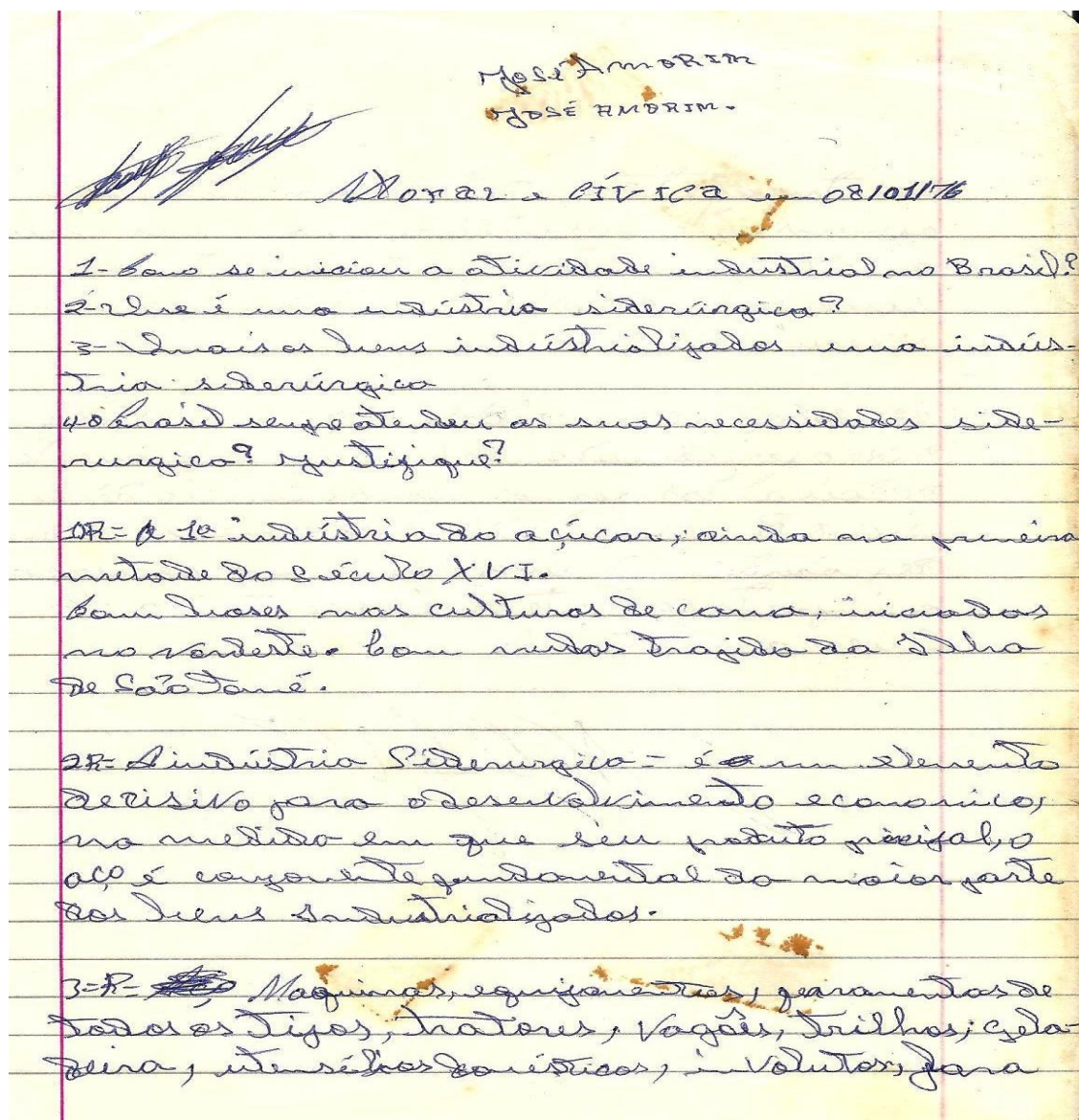
Também em outros exercícios de classe³⁶ encontra-se o mesmo modelo proposto pelos livros:

- 1- Como se iniciou a atividade industrial no Brasil?
- 2- Que é uma indústria siderúrgica?
- 3- Quais os bens industrializados?

³⁶ Exercício de José Amorim em 8 de janeiro de 1976 localizado no Arquivo do Atheneu Sergipense.

Observa-se a seguir o manuscrito de atividade desenvolvida em classe nas aulas do professor José Amorim em 8 de janeiro de 1976 no Colégio Atheneu Sergipense.

Figura18: Atividade Escolar realizada em 08/01/1976 no Colégio Atheneu Sergipense



Fonte: Acervo do Colégio Atheneu Sergipense.

Em “TDMC - Trabalho dirigido de moral e civismo”, Lucci apresenta por finalidade a formação intelectual moral e cívica. O caderno de atividades é baseado na técnica do Estudo Dirigido a qual o autor garante maior participação no estudo pelos alunos

proporcionando um maior desenvolvimento de raciocínio e facilidade para chegar a conclusões próprias.

No entanto, a prática empregada era a de utilizar lacunas para que o aluno preencha segundo a sugestão dada pelo autor, a exemplo, temos a atividade seguinte utilizada no capítulo 1 do Livro de Elian Alabi Lucci:

Como você já sabe, o homem sempre procurou viver em grupo. Os fatores que levaram o ser humano, desde o seu aparecimento, a viver em grupo foram o **instinto de sobrevivência**, a **procriação** e a **inteligência**.

1. Esta característica que o ser humano possui de procurar conviver com seus semelhantes fez com que ele fosse considerado um ser.....
(sociável; insociável) (LUCCI, 1982, p. 7).

O TDMC também se utiliza do termo “recapitulando” e “fixando” para rever os temas, apresenta questões objetivas com alternativas de múltipla escolha ou para marcar verdadeiro ou falso. Nos exercícios de EMC apresentados no Atheneu Sergipense, seja nos livros didáticos utilizados nos trabalhos para casa ou nos exercícios de sala de aula, pode-se concluir que tanto nas questões diretas, como nas objetivas, as novas metodologias propostas tinham como objetivo conduzir o aluno a memorizar os conceitos considerados mais relevantes. As atividades conduzem o aluno à leitura do texto e a memorizar os temas. Como nos alerta Chervel, “sem o exercício e seu controle não há fixação possível de uma disciplina” (CHERVEL, 1990, p. 204).

Com base no exposto, verifica-se que os livros didáticos utilizados como referência na disciplina EMC refletem, não só os conteúdos indicados nos pareceres e as práticas pedagógicas sugeridas, mas, também, as finalidades apontadas pela sociedade à escola, como a aprendizagem de saberes e o bom comportamento de um cidadão digno de ser brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de identificar os conteúdos e compreender as finalidades da disciplina escolar EMC no Atheneu Sergipense nos anos de 1970, fez-se necessário compreender essa disciplina historicamente, situando suas intenções impostas e fazendo a leitura da legislação educacional do período analisado.

Estudar os registros das cadernetas escolares, localizadas no Arquivo Corrente da instituição e fazer a leitura de alguns livros didáticos utilizados para organizar as aulas de EMC, auxiliaram na averiguação dos conteúdos ensinados e das práticas pedagógicas utilizadas nas aulas.

A necessidade de uma Educação Moral e Cívica para a formação do cidadão era tema de debate no Brasil República durante muitos anos. Assim sendo, estruturar essa educação em uma disciplina autônoma, se configurou como o resultado de várias experiências de organização anterior aos anos de 1969.

O civismo republicano pretendia formar o cidadão para a vida racional. No Brasil Republicano o ensino de EMC deveria ser laico em oposição à moral religiosa da monarquia e eis aí o ponto chave de maiores desencontros para a legitimação da disciplina na educação brasileira. Apesar de insistir em uma educação laica a fundamentação do conceito de moral é baseado em princípios religiosos cristãos e isso está impregnado em toda a construção do currículo da EMC.

Nos anos 1970, com a Reforma do Ensino, a referida disciplina ganhou força, deixando de ser conteúdo isolado em várias disciplinas, passando à disciplina obrigatória em todos os níveis de ensino.

No Atheneu Sergipense, após a leitura das fontes, foi possível perceber a presença da EMC, de início em todas as turmas e aos poucos a disciplina foi ganhando forma, definindo as séries e unificando os conteúdos.

A EMC foi implantada sem uma ciência de referência e não havia de início professores ainda específicos durante os anos de 1970, dessa forma, vários professores ministraram a disciplina. O livro didático foi o ponto que norteava e dava suporte teórico e pedagógico para o ensino, auxiliando na direção das atividades propostas e na aplicação de exercícios. Ao fazer a leitura da disposição dos conteúdos nas cadernetas escolares notou-se a escolha de determinados manuais em detrimento de outros.

A EMC incorporava, enquanto grande finalidade, a formação de crianças e jovens para o exercício da cidadania e esses deveriam participar no espaço para desenvolver a Pátria.

A investigação da disciplina no Atheneu Sergipense revelou que o seu ensino estava entrelaçado a exposição dos conteúdos e a prática cívica. Os ensinamentos dos conteúdos perpassavam pela apresentação do civismo, conhecimento do Estado Brasileiro e construção de hábitos e comportamentos morais. Os estudantes deveriam apreender os direitos e deveres do homem brasileiro, conhecer a organização sócio-político-econômica do país e valorizar comportamentos éticos.

Na prática com atividades de fixação, debates, palestras, atividades extraclasse como, desfiles cívicos, festas religiosas e comemorações de dias memoráveis, enalteciam o culto aos símbolos da Pátria, as suas instituições e os vultos da História Nacional.

Indagar sobre a EMC ministrada no Atheneu Sergipense permitiu compreendê-la como uma disciplina criada para a escola e dentro da escola. Dessa forma a EMC a partir dos seus conteúdos em contato com o cotidiano escolar gerou uma cultura: “a prática do civismo”.

REFERÊNCIAS

ABREU, Vanessa Kern. **A Educação Moral e Cívica:** disciplina escolar e doutrina disciplinar - Minas Gerais (1969-1993). Uberlândia: UFU, 2008. (Dissertação de Mestrado).

ALBUQUERQUE, Samuel B. M. **Memórias de Dalila.** Jornal da Cidade, Aracaju, mai. 2009. Disponível em: < <http://2008.jornaldacidade.net>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

ALMEIDA, Djair Lázaro. **Educação Moral e Cívica na Ditadura Militar:** um estudo de manuais didáticos. São Carlos: UFSCAR, 2009. (Dissertação de Mestrado).

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense:** uma Casa de Educação Literária examinada segundo os planos de estudos (1870-1908). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. Tese de Doutorado, 2005.

_____. **O Atheneu Sergipense:** Traços de uma história. Aracaju: ADGRAF, 2005.

_____; COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura. Aspectos Históricos da cadeira de Sociologia nos Estudos Secundários (1892-1925). In: **Revista Brasileira de História da Educação.** Campinas. n.12., jul./dez., 2006. pp. 31-51

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Grupos escolares em Sergipe (1911-1930):** Cultura Escolar, Civilização e Escolarização da Infância. Natal: EDUFRN, 2009.

BARRETO, Luís A. **Ofenísia Soares Freire:** A mestra de todos nós. Infonet, Aracaju, set. 2004. Seção Blogs. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

_____. **José Rollemberg Leite e o ensino sergipano.** Infonet, Aracaju, nov, 2004. Seção Blogs. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

_____. **Manoel Cabral Machado.** Infonet, Aracaju, jan, 2001. Seção Blogs. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia (org). **Leitura, História e História da leitura.** Campinas: Associação de Leitura do Brasil, 2003. pp. 529-575.

BITTENCOURT, Circe Maria. **Livro didático e conhecimento histórico:** uma história do saber escolar. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado, 1993.

_____. **Ensino de História:** fundamento e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: RANZI, Sirlei Maria Fischer (Org). **História das Disciplinas Escolares no Brasil:** contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. pp. 9-38.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Teoria e Educação**. Porto Alegre, n.2., 1990. pp. 177-229.

DELGADO, Normando Pignataro. Dom Nivaldo Monte, Administrador Apostólico de Natal. Arquidiocese de Natal, Natal, abr, 2008. Seção História. Disponível em: <<http://www.arquidiocesedenatal.org.br/arquidiocese/domnivaldomonte.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1986.

DUARTE, Luciano José Cabral. **Escritos diversos sobre educação e outros temas**. Aracaju: J. Andrade, 2008.

ECO, Umberto; BONNAZI, M. **Mentiras que parecem verdades**. 4. ed. São Paulo: Summus, 1980.

ELIAS, Janete de Oliveira. **A reinvenção do cidadão: as estratégias da memória nacional no desenvolvimento da disciplina Educação Moral e Cívica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. (Dissertação de Mestrado).

FENELON, Déa Ribeiro. A questão de Estudos Sociais. In: Cadernos Cedes. São Paulo: Papirus, 1994.

FERREIRA, Jorge; DELAGADO, Lucília de Almeida (Org). **O Tempo da Ditadura: Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969-1993**. São Paulo: PUC, 2006. (Dissertação de Mestrado).

FREITAS, Itamar. **História regional para a escolarização básica no Brasil: o texto didático em questão (2006-2009)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

GOODSON, Ivor F. **Historia del curriculum: la construcción social de las disciplinas escolares**. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1998.

_____. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. In: **Teoria e Educação**. n.2. Porto Alegre, 1990. pp. 230-254.

_____. **Currículo: Teoria e História**. Petrópolis: Vozes, 2001.

HORTA, José Silvério Baía. **O Hino, o Sermão e a Ordem do Dia: A educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

HOUAISS, Antônio; KOOGAN, A. *Enciclopédia e Dicionário Ilustrado*. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1998.

JOSGRILBERT, Maria de Fátima Viegas. **A História Moral e Cívica: um álbum de fotografias da sociedade brasileira**. Campo Grande: UFMS, 1998. (Dissertação de Mestrado).

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de Educação**. n. 1. Campinas: Editora Autores Associados, 2001. pp. 9-43.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 2008.

LEME, Dulce M^a. P. Camargo. (Org.). **O Ensino de Estudos Sociais no primeiro grau**. 3. Ed. São Paulo: Atual, 1980.

LOPES, Eliane M. T.; GALVÃO, Ana Maria de O. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MARTINS, Maria do Carmo. (Org.). **A História Prescrita e Disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?** Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

_____. As humanidades em debate: a reformulação curricular e a criação de novas disciplinas escolares. In: OLIVEIRA, Marcus A. Taborda de; RANZI, Serlei M^a. F. (Org.). **Histórias das disciplinas escolares no Brasil: Contribuições para o debate**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2003.

_____. Currículo, cultura e ideologia na Ditadura Militar Brasileira: Demarcação do espaço e atuação do professor. In: CERRI, Luís Fernando (Org). **Ensino de História e a Ditadura Militar**. Curitiba: Aos quatro ventos, 2003.

MARTINS, Vicente. O que é legislação educacional? 2002. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/579/0-que-e-legislacaoeducacional>>. Acesso em: 15 out. 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. Tese de Doutorado, 1997.

NAPOLI, Ricardo B. de. A hermenêutica de W. Dilthey. Disponível em: <<http://www.foje.edu.br/periodicos/index.php/sintese/article/768>>. Acesso em: 17 jan. 2012.

NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

OLIVEIRA, Antônio de Almeida. **O Ensino Público**. Brasília: Senado Federal, 2003.

OLIVEIRA, Fabiana Cristina O. S. **Uma disciplina, uma história:** cálculo na Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Sergipe (1972-1990). São Cristóvão: UFS, 2009. (Dissertação de Matemática).

ONGERO, André Luiz. **Moral e Civismo nos currículos das escolas catarinenses:** memórias de professores. Cidade: UESCP, 2007. (Dissertação de Mestrado).

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da Era das cadeiras isoladas a Era dos grupos escolares na Paraíba.** Campinas: Autores Associados, 2002.

SANTOS, Ana Márcia Barbosa. **Sob a lente do discurso:** aspectos do ensino de retórica e poética no Atheneu Sergipense (1874-1891). São Cristóvão: UFS, 2010. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, Arionaldo Moreira. **Colégio Estadual Tobias Barreto.** Web Artigos, Aracaju, out. 2011. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/historico-do-colegio-estadual-tobias-barreto-de-aracaju-se/77420/>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

SANTOS, Patrícia Francisca de M.; SOUZA, Anderson Teixeira. Contribuição do Reitor Aloísio Campos para a formação do Campo Superior Público em Sergipe (1976-1980). In: V Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”, 2011, São Cristóvão. **Contribuição do Reitor Aloísio Campos para a formação do Campo Superior Público em Sergipe (1976-1980).** São Cristóvão: UFS, 2011. pp. 1-15. Disponível em: <<http://www.educonufs.com.br/vcoloquio/>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

SANTOS, Osmário. Neide Mesquita: uma vida cheia de atividade. **Jornal da Cidade,** Aracaju, 8 fev. 1998. Seção Variedades, p.17.

SOUZA, Suely Cristina Silva. **Uma História da Disciplina Matemática no Atheneu Sergipense durante a ação da Reforma Francisco Campos (1938-1943).** São Cristóvão: UFS, 2011. (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da Organização do Trabalho Escolar e do Currículo no século XX:** ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Alicerces da Pátria:** História da Escola primária no estado de São Paulo (1890-1976). Campinas: Mercado de Letras, 2009.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VENTURI, Ioná Vieira Guimarães; GATTI JR, Décio. A construção histórica da disciplina escolar: Língua Portuguesa no Brasil. In: **Cadernos de História da Educação.** n. 3. Uberlândia: EDUFU, 2004. pp. 65-76.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história:** estudos da história e historiografia da educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIÑAO FRAGO, Antônio. A História das Disciplinas Escolares. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. n. 18. Campinas: Autores Associados, 2008. pp. 173-215.

_____. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. In: **Contemporaneidade e Educação**. n. 7. Rio de Janeiro: Instituição de Estudos da Cultura e Educação Continuada, 2000. pp.100-118.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, Educação e Currículo no Brasil**: dos jesuítas aos anos de 1980. Rio de Janeiro: Autores Associados, 2004.

FONTES CONSULTADAS

1- Cadernetas de Classe

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 1ª série, turma A, curso Ginásial. Profª. Marlene Machado, 1970 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 1ª série, turma A, curso Colegial. Prof. Frei Eugênio Alves Barreto, 1970 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 1ª série, turma B, curso Ginásial. Profª. Marlene Machado, 1970 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 2ª série, turma E, curso Ginásial. Profª. Maria Leda Farias Fonseca, 1970. (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 2ª série, turma F, curso Ginásial. Prof. Alberto Silveira Leite, 1970 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 2ª série, turma F, curso Colegial. Profª. Elisabeth de S. Caldeira, 1970 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 2ª série, turma G, curso Colegial. Profª. Nádia Fraga Vilas-Boas, 1970 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 1ª série, turma A, curso Ginásial. Profª. Elze Prado Barreto, 1971 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 1ª série, turma B, curso Ginásial. Profª. Elze Prado Barreto, 1971 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 1ª série, turma A, curso Colegial. Prof. José Alves dos Santos, 1971 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 1ª série, turma B, curso Colegial. Profª. Antonieta Gomes de Melo, 1971 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 1ª série, turma C, curso Colegial. Profª. Antonieta Gomes de Melo, 1971 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 1ª série, turma D, curso Colegial. Profª Antonieta Gomes de Melo, 1971 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 1ª série, turma E, curso Colegial. Prof. José Alves dos Santos, 1971 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 2ª série, turma A, curso Ginásial. Profª Elze Prado Barreto, 1971 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 2ª série, turma B, curso Ginásial. Profª. Elze do Prado Barreto Marlene Machado, 1971 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 2ª série, turma C, curso Ginásial. Profª. Elze do Prado Barreto, 1971 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 2ª série, turma D, curso Ginásial. Profª. Elze do Prado Barreto, 1971 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 2ª série, turma A, curso Ginásial. Profª. Maria Célia Barreto Batalha, 1971 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 2ª série, turma B, curso Ginásial. Profª. Maria Célia Barreto Batalha, 1971 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 2ª série, turma D, curso Ginásial. Profª. Maria Célia Barreto Batalha, 1971 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 2ª série, turma E, curso Ginásial. Profª. Maria Célia Barreto Batalha, 1971 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 2ª série, turma F, curso Ginásial. Profª. Maria Célia Barreto Batalha, 1971 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 1ª série, turma A, curso Ginásial. Prof. Alberto Silveira Leite, 1971 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 1ª série, turma B, curso Ginásial. Prof. Alberto Silveira Leite, 1971 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 1ª série, turma C, curso Ginásial. Prof. Alberto Silveira Leite, 1971 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 1ª série, turma D, curso Ginásial. Prof. Alberto Silveira Leite, 1971 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 1ª série, turma K, curso Ginásial. Prof. Alberto Silveira Leite, 1971 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 1ª série, turma L, curso Ginásial. Prof. Alberto Silveira Leite, 1971 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 1ª série, turma F, curso Colegial. Prof. José Alves dos Santos, 1971 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 1ª série, turma G, curso Colegial. Prof. Adão Rodrigues, 1971 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 1ª série, turma O, curso Colegial. Prof. José Alves dos Santos, 1971 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 1ª série, turma P, curso Colegial. Prof. José Alves dos Santos, 1971 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 1ª série, turma Q, curso Colegial. Prof. José Alves dos Santos, 1972 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 1ª série, turma R, curso Colegial. Prof. José Alves dos Santos, 1972 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 2ª série, turma G, curso Colegial. Profª. Antonieta Gomes de Melo, 1972 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 1ª série, turma G, curso Ginásial. Prof. Wilder Santos, 1972 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Diário de Classe do Atheneu Sergipense da Disciplina Moral e Cívica do professor José Alves dos Santos - 1972.

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 1ª série, turma A, curso 2º Grau. Profª. Tereza Simões, 1977 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 1ª série, turma B, curso 2º Grau. Profª. Tereza Simões, 1977 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 1ª série, turma A, curso 2º Grau. Prof. Paulo Mendonça Souza, 1977 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 5ª série, turma A-3, curso 1º Grau. Profª. Nadja Naira Oliveira Bezerra, 1979 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 6ª série, turma A-2, curso 1º Grau. Profª. Maria Neuza Castro Rodrigues, 1979 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

SERGIPE. Caderneta de aula. Educação Moral e Cívica, 2ª série, turma E, curso 2º Grau. Prof. Paulo Mendonça Souza, 1979 (Acervo: Arquivo do Atheneu Sergipense).

2 - Livros Didáticos

AGAZZI, Angelo. **Curso de Educação Moral e Cívica**. São Paulo: Editora São Paulo, 1970.

ÁVILA, Fernando Bastos de. **Pequena enciclopédia de Moral e Civismo**. Rio de Janeiro: Editora CNME, 1967.

BORTOLI, Lurdes de. **Educação Moral e Cívica: Manual do Professor**. 2. ed. São Paulo: Cia Editorial Nacional, 1974.

BRAZ, Maria; NASCIMENTO, José Camarinha; COSTA, João Ribas. **Moral e Civismo: Livro I**. 6. ed. São Paulo: FTD, 1979.

CORREA, Avelino Antônio. **Educação Moral e Cívica. 1º Grau**. São Paulo: Ática, 1983, 1. v.

COTRIM, Gilberto. **Educação Moral e Cívica para uma educação consciente: exemplar do professor**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

FONTOURA, Amaral. **Princípios de Educação Moral e Cívica**. Rio de Janeiro: Aurora, 1970.

LUCCI, Elian Alabi. **TDMC - Trabalho dirigido de Moral e Civismo**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

MARIANI, Marília. **Guia de Civismo**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1969.

SCHMIDT, Maria Junqueira. **Curso de Educação Moral e Cívica**. Rio de Janeiro: Agir, 1970.

TELES, Antônio Xavier. **Educação Moral e Cívica em uma nova metodologia didática: dinâmica de grupo**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1971.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpolo. **História para o ensino médio: História Geral e do Brasil**. São Paulo: Editora Scipione Ltda, 2001.

3 - Leis e Decretos

BRASIL. Decreto-Lei nº 896 de 12 de Setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina Obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades do Brasil.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 5962, de 11.08.1970. Dispõe sobre a reformulação da educação e trata dos fundamentos do primeiro e segundo graus.

BRASIL. Decreto-Lei nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971. Dispõe sobre a Regulamentação do Decreto-lei 869.

BRASIL. Lei nº 8.663, de 14 de junho de 1993. Dispõe sobre a Revogação do Decreto-Lei 869, de 12 de dezembro de 1969.

BRASIL. Lei nº 16.782 de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a difusão do Ensino Primário, organiza o Departamento Nacional de Ensino, reforma o Ensino Secundário e Superior e da outras providências.

BRASIL. Lei nº 16.782 de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a difusão do Ensino Primário, organiza o Departamento Nacional de Ensino, reforma o Ensino Secundário e Superior e dá outras providências.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário.

SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DA BAHIA. Educação Moral e Cívica: Como Disciplina Obrigatória Nos Três Níveis De Ensino. Prescrições sobre currículos Programas Básicas. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1970.

3 - Fontes Eletrônicas

<<http://www2.camara.gov.br/legislação/publicações/república>>. Acesso em: 15 out. 2011.

<<http://www.webartigos.com/artigos/histórico-do-colegio-estadual-tobias-barreto-de-aracaju-se/77420/>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

<<http://www.tjse.jus.br/arquivojudiciario/content/view/15/26/>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

<<http://www.tce.se.gov.br/sitev2/historico.php>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

< <http://2008.jornaldacidade.net>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

<<http://mp-se.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 18 jan.2012.

<<http://www.tce.se.gov.br/sitev2/conteudo.ler>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

<<http://www.educonufs.com.br/vcoloquio/>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

<<http://www.infonet.com.br/luisantonioabarreto/ler>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

<<http://silveriofontes.com.br>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

<<http://www.seed.se.gov.br/portais/cee/historico.asp>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

<<http://www.institutodomlucianoduarte.com.br>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

<<http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

<<http://www.arquidiocesedenatal.org.br/arquidiocese/domnivaldomonte.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

<<http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

<<http://www.seed.se.gov.br>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

<<http://itamarfo.blogspot.com>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

<<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/republica>>. Acesso em: 15 out. 2011.

<<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/republica>>. Acesso em: 15 out. 2011.

<<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/579/0-que-e-legislacaoeducacional>>. Acesso em: 15 out. 2011.

<<http://www.foje.edu.br/periodicos/index.php/sintese/article/768>>. Acesso em: 17 jan. 2012.

